

A Casa de Tralhariz.
Um estudo monográfico

Ana Margarida Portela *
Francisco Queiroz **

Introdução

Situada no coração do Douro vinhateiro, a Casa de Tralhariz foi recentemente objecto de um estudo monográfico, o qual debruçou-se sumariamente sobre todos os aspectos relevantes da casa, em termos de evolução histórica e arquitectónica, incluindo-se as inevitáveis questões genealógicas e aquelas pequenas histórias curiosas que conferem à casa um carácter único e irrepetível.

O estudo foi realizado de modo a fundamentar um projecto de recuperação e adaptação a fins turísticos e envolveu também a Capela do Bom Jesus de Tralhariz, que aqui não iremos abordar, não só porque não possuirá uma relação histórica directa com a Casa de Tralhariz, mas também porque foi objecto de uma outra comunicação[1].

O estudo elaborado resultou algo desequilibrado, sobretudo porque o tempo disponível para o mesmo foi muito limitado (Junho a Julho de 2003). De qualquer modo, a sua dimensão é mais do que suficiente para que se possa ter uma ideia da história, do valor artístico e do significado sócio-económico do edifício em causa. Certamente que a sua posterior leitura por investigadores da região poderá ajudar

* Historiadora de arte; anamargaridaportela@clix.pt
** Historiador de arte; http://franciscoeanamargarida.planetaclix.pt

1 PORTELA, Ana Margarida - *A Ermida do Bom Jesus de Tralhariz. Uma pérola do rococó perdida no Alto Douro*. Comunicação apresentada no "III Congresso Internacional de História da Arte" (Porto, 17 a 20 de Novembro de 2004).

a esclarecer algumas dúvidas e, mesmo que a investigação de fundo não venha a avançar muito mais por agora, será certamente possível, sobretudo através da tradição oral, resolver algumas das questões colocadas. Paradoxalmente, foi mais complexo elaborar a história da casa no primeiro quartel do século XX do que nas décadas anteriores, uma vez que a tradição oral é já excessivamente confusa e nebulosa e os documentos escritos não estão disponíveis, não sendo fácil ter livre acesso aos livros ainda existentes no registo civil e aos testamentos mais recentes. O facto da Casa de Tralhariz ter sido frequentemente uma segunda casa também condicionou muito a informação que se pôde compilar, já que a origem de um dos antigos proprietários não pode ser talvez encontrada na região.

Por outro lado, quanto à origem exacta da casa, poder-se-á avançar um pouco mais através de uma análise mais exaustiva do fundo paroquial setecentista (existente no Arquivo Diocesano de Bragança), ou com eventuais róis de votos de S. Tiago, já que os róis de confessados da Paróquia do Castanheiro alegadamente não existem hoje. Quanto à datação exacta da casa, nomeadamente do alçado principal, esta poderá beneficiar de dados novos aquando das obras previstas para breve, que colocarão à vista a estrutura de alvenaria[2].

Tralhariz

Tralhariz é uma aldeia do concelho de Carrazeda de Ansiães, pertencente à freguesia do Castanheiro do Norte. Dos vários lugares que compõem a freguesia do Castanheiro, os mais antigos são Castanheiro, Tralhariz e Fiolhal. O Lugar de Foz Tua tem também já vários séculos, mas é algo mais recente, tendo nascido sobretudo como local de embarque de produtos agrícolas, especialmente de vinho. É, pois, um lugar que deve a sua vitalidade e o seu crescimento ao fenómeno do Vinho do Porto e, mais tarde, ao caminho de ferro. No início do século XVIII, o Lugar do

[2] Deixamos aqui os nossos agradecimentos a todas as pessoas que nos ajudaram a conhecer melhor a história de Tralhariz e dos edifícios em causa, quer através de elementos concretos, quer através das facilidades concedidas, nomeadamente ao Sr. Lobato (Presidente da Junta de Freguesia do Castanheiro do Norte), à Dra. Fernanda Natália Pereira e sua mãe D. Felicidade (do Castanheiro), ao Eng.º Casimiro de Carvalho e sua esposa (com residência no Castanheiro), à Vereadora do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães e a diversos funcionários da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães, à D. Maria do Céu Magalhães e ao seu marido Luís Armando Martins, à Prof. Doutora Lúcia Rosas, ao Dr. Carlos Prada Oliveira e ao Sr. José de Nápoles. Um agradecimento especial ao Arquitecto Ricardo Santos Oliveira, pela cedência das plantas da casa, bem como pela oportunidade que nos deu de elaborar este estudo. As fotos são de Francisco Queiroz e Ana Margarida Portela.



Castanheiro reunia 40 vizinhos. Tralhariz tinha então 36 vizinhos e o Fiolhal juntamente com Foz Tua congregavam 17 vizinhos. Esta era então uma *"terra quente e de muito azeite"*.

Em 1758, a freguesia do Castanheiro tinha 124 vizinhos (ou seja, unidades familiares), totalizando 406 pessoas (sem contar talvez com os menores de 7 anos, que não comungavam nem se confessavam, não entrando geralmente nas contagens feitas por párocos). Pertenciam a Tralhariz 45 vizinhos e ao Fiolhal 16 vizinhos. Comparando-se com os dados publicados em 1706 (já referidos), nota-se, pois, que Tralhariz cresceu mais 9 fogos em cerca de cinquenta anos, embora o Castanheiro também tenha crescido, pois teria então 58 vizinhos, mais 18 do que cerca de cinquenta anos antes[3].

Em 1758, a produção agrícola da freguesia do Castanheiro era sobretudo feita de vinho, algum azeite e pão. Refere-se também que, na altura, chegavam-se já a juntar trinta barcos na Foz do Tua, levando produtos para o Porto, sobretudo vinho[4].

O Lugar do Castanheiro beneficiou bastante do facto de se encontrar junto a uma antiga estrada (com melhor acesso ao Douro) e também de ficar mais perto do núcleo medieval de Ansiães, bem como da sede de concelho a partir do século XVIII – Carrazeda de Ansiães. Assim, tomou a dianteira em termos de crescimento, tendo até surgido um arrabalde junto à estrada (a julgar pelos edifícios existentes, será de finais do século XVIII e do século XIX), chamado de Santo António, junto à Corredoura.

Se o Castanheiro funciona como sede de freguesia e possui mais casas e mais serviços, Tralhariz teve uma importância equivalente antes do século XVIII, como se demonstrará ao longo deste estudo, através de vários indícios. Podemos começar mesmo por referir que o vigário que redigiu as memórias da Paróquia do Castanheiro, Manuel Teixeira da Silva, em 1758 residia em Tralhariz[5]. Tendo em conta a sua localização menos afortunada em termos de centralidade, adiantamos também que o Lugar de Tralhariz só não diminuiu mais a sua importância relativa face ao do Castanheiro graças sobretudo a uma casa, precisamente a que é objecto deste estudo – a Casa de Tralhariz.

---

3 *Memórias paroquiais*, 1758.

4 *Memórias paroquiais*, 1758.

5 *Memórias paroquiais*, 1758.

Caracterização morfológica da aldeia de Tralhariz

Não sabemos quando Tralhariz se formou, mas já existia como lugar antes do século XVI. A aldeia dispõe-se ao longo de um caminho (figura 1), não estando a maioria dos edifícios em banda nem sequer alinhados com o mesmo caminho, uma vez que estes edifícios não possuem vocação comercial. Assim, Tralhariz possui, aqui e ali, as inevitáveis azinhagas e pequenos logradouros de carácter semi-público. No núcleo da aldeia existem algumas casas que denotam um certo alinhamento, mas não são totalmente contíguas, nem apresentam aspectos evidentes de carácter urbano. Um edifício destaca-se no centro da aldeia, uma vez que é de nobre arquitectura e todo de cantaria – a Casa do Pátio (figura 2). Esta casa está hoje dividida por vários proprietários e a sua antiga importância encontra-se abafada e até ultrapassada por uma outra casa, de construção posterior, que é precisamente a Casa de Tralhariz.

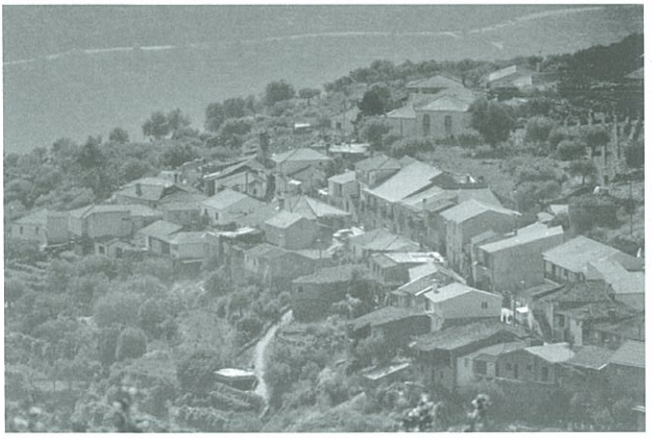


Fig. 1



Fig. 2

A Casa de Tralhariz está em posição relativamente periférica na aldeia. Para lá desta casa, as edificações destinadas a habitação são mais espaçadas, muito modestas e provavelmente todas posteriores ao século XVIII. Assim, Tralhariz terá crescido de um núcleo (sensivelmente entre o Pátio de S. João e o caminho para a fonte) para a periferia, ao longo de um eixo a que se chamava em setecentos o "*caminho do concelho*", estando a Casa de Tralhariz perfeitamente identificada com um determinado período de crescimento da aldeia, como se abordará adiante.

Como toda a aldeia-tipo, Tralhariz apresenta vários capilares de acesso a zonas agrícolas, ramificando de um eixo principal, que é precisamente o já referido "*caminho do concelho*". Estes capilares são quase sempre meros caminhos de servidão, salvo alguns caminhos onde, a custo, podem passar carroças. Note-se que a grande



maioria destes capilares encontra-se abaixo da aldeia. Acima da aldeia, a área agricultável é menor pois, logo a cerca de cem metros, inicia-se uma zona de declive mais acentuado, que terá certamente funcionado em épocas recuadas como montado (terreno não cultivado, onde era sobretudo recolhida lenha para aquecimento e madeira para construção, para além de pastagem de gado caprino ou ovino). Por outro lado, esta zona alta está menos fragmentada em termos de propriedade, dependendo muito dos logradouros de duas grandes casas: a Casa do Pátio (situada no Largo do Pátio, alegadamente com belas pinturas nos seus tectos de madeira, embora não tenhamos visto o seu interior) e a Casa de Tralhariz. A Casa de Tralhariz apresenta-se como a casa nobre que, na aldeia, maior relação com esta zona alta possui – não só pela sua posição em termos de cota, mas também dada a sua relação de sobranceria e até de algum desfasamento visual com o caminho principal da aldeia. Trata-se também da casa da aldeia que mais benfeitorias possui a uma cota alta, sendo interessantes os valos (socalcos) de pedra do extremo superior da propriedade, junto aos pinheiros mansos e no início do monte, onde foi aberta, em época relativamente recente, uma estrada de melhor acesso à aldeia.

Entre Tralhariz e a Portela que precede o Lugar do Castanheiro desenvolveu-se um núcleo habitacional recente: como seria de esperar, o crescimento da aldeia fez-se no sentido da estrada principal para o Castanheiro, para a igreja paroquial, para a sede do concelho e para a Foz do Tua. A Casa de Tralhariz está, pois, como contraponto, numa zona da aldeia com menor pendor de crescimento, representando uma fase áurea da aldeia em termos económicos, a qual não teve correspondência nos tempos seguintes do mesmo modo – como atesta a evolução morfológica da dita aldeia até aos dias de hoje.

Tralhariz possui hoje uma única secular capela com culto. Situa-se na aldeia propriamente dita, mas não bem no centro do seu núcleo antigo. Esta capela marca uma bifurcação de dois caminhos, um deles conduzindo à escola (recente) e a propriedades à cota baixa, o outro conduzindo à Portela, à igreja matriz e ao Lugar do Castanheiro.

Existe em Tralhariz uma ermida, afastada da aldeia mas em relação visual com a mesma. Trata-se da Ermida do Bom Jesus, profanada há muitos anos. Existiu ainda uma outra ermida em Tralhariz, a de S. Francisco, situada no fundo do povoado para o lado poente, da qual ainda se vêem vestígios. Ambas terão sido fundadas em meados do século XVIII por iniciativa do Dr. António Fernandes de Lima, clérigo "*in minoribus*", que faleceu em 17 de Junho de 1783[6]. O Dr. António Fernandes de Lima

[6] A.D.B., Castanheiro, Óbitos, 1753-1867, fl. 50v.

era natural de Tralhariz, sendo filho de Francisco Fernandes. António Fernandes de Lima matriculou-se na Universidade de Coimbra, em Cânones, no ano de 1732, tendo concluído a formatura em 17 de Julho de 1737[7].

Supomos que o Dr. António Fernandes de Lima fosse abastado e que possuísse várias propriedades na zona de Tralhariz. Porém, onde residia o Dr. António Fernandes de Lima em Tralhariz? Quem ocupava a actual Casa do Pátio e o que é hoje a Casa de Tralhariz? Em relação à primeira questão, a resposta afigura-se-nos ainda quase impossível. Relativamente à segunda, é possível adiantar algumas pistas, ficando-se assim a saber quem eram os notáveis de Tralhariz nesta época.

Na segunda metade da década de 1770, o Dr. Bernardo António José de Figueiredo e Barros, morador na Quinta de S. Jorge (termo de Vila Real) e "*assistente nas suas cazas que tem neste dito Lugar de Tralhariz*", onde se deslocou o tabelião, fez um prazo a Matias Gonçalves e a sua mulher Ana Maria, do Castanheiro[8]. Ora, este Dr. Bernardo António José de Figueiredo de Barros deverá ser o Dr. Bernardo José de Figueiredo Teixeira de Barros, que era Fidalgo Cavaleiro da Casa Real e casou com Caetana Josefa de Figueiredo Sarmento (de Arufe), a qual - segundo uma genealogia - seria neta de um alcaide de Bragança[9]. Ora, o Dr. Bernardo António José de Figueiredo Teixeira de Barros era senhor dos morgados de Arufe (provavelmente por via da sua mulher) e de Tralhariz. Este morgado de Tralhariz deveria vir de ascendentes familiares e, por lógica, deveria ser encabeçado por uma casa com alguma dignidade. Esta casa seria, na nossa opinião, a Casa do Pátio, pelas razões que expomos seguidamente.

---

7 A.U.C., *Livro de matrículas*. 1732-1733, fl. 49 e Fichas de pesquisa de matrículas e de exames. Esta fonte não inclui o nome da mãe para nenhum aluno e o *Livro de certidões de idade* não existe antes de 1772, não sendo por isso possível obter informações sobre a sua mãe e avós. Uma vez que encontrámos esta referência já depois da redacção do presente trabalho, não tivemos ainda oportunidade de procurar a ascendência do Dr. António Fernandes de Lima no Arquivo Diocesano de Bragança.

8 Os bens do prazo eram: um monte onde chamam o Contilheiro (ou Coutilheiro?), de semeadura, partindo do nascente com o Dr. António Manuel, de Moncorvo, do poente com estrada pública e do norte com José António, do Castanheiro; um terreno na Portela, partindo com o Dr. Jerónimo Lopes de Morais(?), do Castanheiro. Este último poderá ser o Dr. Jerónimo de Morais, que viveu no Castanheiro em finais do século XVIII, sendo ascendente do marido de Feliciana Augusta de Sampaio e Melo. A.D.B., Cartório Notarial de Carrazeda de Ansiães, cx. 28, lv. 196, fl. 114v. Nota: houve também um Jerónimo Barbosa de Abreu Lima no Castanheiro, sendo de uma geração posterior. Este foi deputado e Governador Civil de Bragança. Nasceu em 1870 e era da família da Casa de Zedes[10]. O seu pai estava a fazer-lhe uma casa no Castanheiro, quando ele faleceu e a casa ficou inacabada, tendo o pai, com o desgosto, mandado usar as pedras já trabalhadas para a fechar totalmente, estando ainda assim nos dias de hoje. Esta informação devemo-la à Dra. Fernanda Natália Pereira.

9 ABADE DE BAÇAL - *Memórias arqueologico-históricas do Distrito de Bragança*, tomo VI, p. 185-187.

A Casa do Pátio

O já referido Dr. Bernardo António José de Figueiredo Teixeira de Barros - também dado como Bernardo José de Távora Figueiredo e Barros, ou simplesmente Bernardo José de Távora (quando mais jovem), era natural de S. Jorge (Favaios), sendo filho de Bernardo de Figueiredo e Távora. Matriculou-se na Universidade de Coimbra, em Cânones, no ano de 1744, tendo terminado o curso apenas em 1752[10].

O Dr. Bernardo António José de Figueiredo Teixeira de Barros teve uma filha, Maria Josefa [de Figueiredo] Teixeira de Barros Morais [Sarmento], que casou em 23 de Maio de 1804 com António Correia de Castro Sepúlveda, 1º Visconde de Ervedosa (Bragança, 30 de Março de 1790 - Bragança, 4 de Março de 1875). Este último era filho do General Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda, que se distinguiu durante a resistência militar às invasões francesas[11].

O 1º Visconde de Ervedosa também foi militar. Sendo um convicto liberal, viu a sua casa incendiada durante o período miguelista[12]. Foi Director da Alfândega de Bragança. Os filhos dos primeiros Viscondes de Ervedosa eram:

- Manuel Jorge (nasceu em Favaios, a 27 de Julho de 1807 e faleceu em 1833, nas lutas liberais);
- Francisco Correia (nasceu em 1808 e faleceu em 1833, também nas lutas liberais);
- Francisca Júlia (nasceu em 1810, não casou);
- Teresa Augusta de Sepúlveda (nasceu em 1818, não casou);
- Bernardo Correia de Castro Sepúlveda, que nasceu em 19 de Julho de 1820, tendo casado com Maria da Conceição, de quem teve dois filhos: Bernardo Correia de Castro Sepúlveda (nascido em Arufe, casou duas vezes, com Maria do Carmo Ferreira, s.g., e com Amélia Augusta Pinto Bandeira, c.g., falecendo em 1912) e António Augusto de Castro Sepúlveda (que casou com Carlota Amélia Pimentel, natural de Macedo, c.g.)[13].

Os primeiros Viscondes de Ervedosa tinham relação com Tralhariz. Em 1835, Bernardo Correia de Castro Sepúlveda e a sua mãe, 1ª Viscondessa de Ervedosa,

---

[10] A.U.C., *Livro de matrículas*. 1745-1746, fl. 68 e Fichas de pesquisa de matrículas e de exames.
[11] ABADE DE BAÇAL - *Memórias arqueologico-históricas do Distrito de Bragança*, tomo VI, p. 185-187.
[12] ABADE DE BAÇAL - *Memórias arqueologico-históricas do Distrito de Bragança*, tomo VI, p. 187.
[13] ABADE DE BAÇAL - *Memórias arqueologico-históricas do Distrito de Bragança*, tomo VI, p. 187-189.
[14] A.D.B., Paróquia do Castanheiro, Baptismos, 1825-1852, fl. 61v.

da Quinta de S. Jorge (Favaios), foram padrinhos de uma criança de Tralhariz[14]. Já em 1834, Bernardo Correia de Castro Sepúlveda e sua irmã Teresa Augusta de Sepúlveda, do Lugar de S. Jorge (Favaios), foram padrinhos de uma criança chamada Bernardo, do Fiolhal[15]. Neste caso, o apadrinhamento foi feito através de procuração. Contudo, no primeiro caso, tal não é mencionado. Não se tendo tratado de um baptismo de alguém importante, supomos que o apadrinhamento por parte de gente tão notável foi possível sobretudo por uma questão de proximidade. Supomos, pois, que a 1ª Viscondessa da Ervedosa e o seu filho Bernardo (para além de outros membros da família) estivessem em Tralhariz com alguma regularidade, em casas que serão as mesmas referidas na década de 1770, de modo a cuidar dos assuntos referentes ao morgado de Tralhariz.

Estas casas seriam a Casa do Pátio, exemplar arquitectónico marcante em Tralhariz, definindo – de certo modo – o próprio centro da aldeia. Trata-se de uma casa com alçado principal inteiramente em cantaria e com várias sacadas. Pela severidade da fachada, pelo tipo de gradeamentos nas sacadas (com dois registos de balaústres em ferro forjado, sendo mais espaçado o superior), pelas gárgulas de cantaria, pela ausência de molduras de forma curva no portal ou nas restantes aberturas, pelo facto das vergas das aberturas do piso superior estarem logo abaixo da cornija, bem como pelo facto do portal principal estar muito próximo de modelos do Renascimento, esta casa acusa um gosto barroco inicial, sendo do século XVII (provavelmente de finais do século XVII, não devendo ser posterior ao primeiro quartel do século XVIII). Sendo assim, se a casa estiver efectivamente relacionada com o morgado de Tralhariz, a família que o administrava deveria ter relações com Tralhariz desde, pelo menos, a época de edificação da casa. Não fizemos investigação quanto a este assunto, que se afasta do tema a que nos propusemos, mas encontrámos alguns dados interessantes, que poderão ser melhor complementados no futuro.

Assim, sabemos que na primeira metade do século XVIII viveu o Dr. Bernardo de Figueiredo e Távora, da Quinta de S. Jorge (Comarca de Vila Real)[16], que é certamente a Quinta de S. Jorge em Favaios. Ora, este Bernardo de Figueiredo e Távora era precisamente avô paterno da 1ª Viscondessa de Ervedosa, como se deduz pelos dados já apresentados. Curiosamente, não se encontrou o seu registo de matrícula na Universidade de Coimbra. Porém, segundo uma recolha de Hirondino da Paixão Fernandes, que – através dos processos "de genere" - inventariou alguns bacharéis do Distrito de Bragança que "leram" no Desembargo do Paço, o único que surge

[15] A.D.B., Paróquia do Castanheiro, Baptismos, 1825-1852, fls. 51v.-52.
[16] A.D.B., Castanheiro, Casamentos, 1746-1757, s/fl.

como sendo de Tralhariz é precisamente Bernardo de Figueiredo e Távora, filho de Pedro Fernandes de Figueiredo e de Isabel de Figueiredo e Távora. Assim, é curioso como o mesmo homem é dado como de Tralhariz e, mais tarde, da Quinta de S. Jorge, em Favaios. Existia, certamente, uma relação. Infelizmente, o Dr. Bernardo de Figueiredo e Távora é um dos muitos nomes importantes que não foram incluídos pelo Abade de Baçal na sua obra mais conhecida sobre o Distrito de Bragança. Mesmo assim, sabemos que o mesmo terá nascido em finais do século XVII e fez a sua "leitura" no Desembargo do Paço em 13 de Abril de 1712, tendo ficado aprovado por maioria[17]. Sabemos também que o Dr. Bernardo de Figueiredo e Távora casou com Luísa Teixeira de Barros. Ora, mesmo sendo o Dr. Bernardo de Figueiredo e Távora e a sua mulher Luísa Teixeira de Barros dados como moradores na Quinta de S. Jorge (Favaios), é óbvio que existia uma relação forte com Tralhariz, até porque o seu filho, Dr. Bernardo António José de Figueiredo Teixeira de Barros, era o senhor do morgado de Tralhariz na década de 1770. Aliás, o Dr. Bernardo de Figueiredo e Távora e a sua mulher Luísa Teixeira de Barros tiveram um outro filho, o qual nasceu na Quinta de S. Jorge, chamando-se António de Távora Teixeira e Barros. Ora, este casou em 1752 com Paula Luísa de Távora, certamente ainda sua prima, já que era filha de António Luís de Távora e Figueiredo, de Tralhariz, e de uma Luísa, de Ansiães, então já defunta[18]. Assim, a relação entre os senhores da Quinta de S. Jorge, em Favaios, e Tralhariz manteve-se, certamente tendo como base económica a existência do morgadio. Teria de existir uma casa em Tralhariz que correspondesse a esta posição de fidalguia. Mais uma vez sustentamos que seria a Casa do Pátio, sendo esta a mais antiga casa nobre de Tralhariz e a mais marcante do miolo da aldeia.

Mais indícios para esta hipótese serão dados adiante. Por agora, realcemos que a Casa do Pátio é o único edifício da aldeia que se relaciona com a via pública de uma forma quase urbana (veja-se o alinhamento a cordel, definindo a rua, as várias sacadas intervaladas, o carácter marcadamente horizontal, a nobreza da construção), sendo até um edifício algo desfasado da morfologia rural que existe em Tralhariz. Ao poente da Casa do Pátio, do outro lado da rua, existe um edifício também com os cunhais de cantaria, mas apenas de um piso sobre a rua (figura 3), o qual respeita o alinhamento da Casa do Pátio, sendo esta a única zona da rua principal de Tralhariz em que se nota um carácter semi-urbano e um sentido de planeamento da casa em função da noção de rua. Esta outra casa junto à Casa do

[17] FERNANDES – *Bacharéis do Distrito de Bragança que leram no Desembargo do Paço*, n.º 1-2, p. 45.
[18] A.D.B., Castanheiro, Casamentos, 1746-1757, s/fl.



Fig. 3

Pátio possui também a sua nobreza. Quem lá habitaria no século XVIII? Seria nesta casa que o Dr. António Fernandes de Lima habitava? Afirmá-lo seria pura especulação, já que não existem ainda suficientes dados tratados para poder concluir algo sobre esta questão. Fazer a exclusão das partes também se torna perigoso. O Dr. António Fernandes de Lima não moraria na Casa do Pátio, que certamente não lhe pertencia, nem na actual Casa de Tralhariz, como se verá. Mas em Tralhariz existem algumas casas hoje bastante modificadas no exterior e que poderiam ser suficientemente dignas para residência de um bacharel. Aliás, até uma casa térrea em frente da Casa de Tralhariz, cujo exterior é singelo, apresenta no interior um curioso tecto de masseira oitavado, marca de uma certa riqueza setecentista que se perdeu. Algumas outras pessoas com algum tipo de fidalguia, mesmo que não fossem muito abastados, residiam então em Tralhariz. Para 1754, por exemplo, encontrámos uma venda que fizeram António de Morais e sua mulher Catarina de Menezes, de Tralhariz, a Domingos de Castro e seus irmãos, de Misquel[19].

Note-se que o Dr. António Fernandes de Lima não aparece na relação dos bacharéis do Distrito de Bragança que "leram" no Desembargo do Paço, compilada por Hirondino da Paixão Fernandes. Contudo, na referida relação surgem outros nomes relacionados com famílias a abordar mais adiante. É o caso do Dr. Pedro Nunes de Sequeira Ferraz, da Adeganha – Selores (filho de Francisco Nunes de Mesquita e de Isabel de Sequeira), que leu em 1758[20]. É o caso também do Dr. Francisco Morais da Mesquita e Magalhães, de Marzagão (filho de António de Magalhães e Sousa e de Maria de Morais e Mesquita), que leu em 1740[21]. Note-se que existem nesta relação vários Morais da Mesquita, das Selores, a obter o grau de Bacharel. Referenciemos apenas o Dr. António de Morais da Mesquita, neto de uma Feliciana Pereira de Sá, que leu em 1715. Este foi Capitão-mor de Ansiães e administrador da capela e morgado das Selores[22], morgado esse a abordar adiante, dada a sua relação com a família inicial da Casa de Tralhariz.

[19] A.D.B., Cartório Notarial de Carrazeda de Ansiães, cx. 3, lv. 16, fls. 37-37v.

[20] FERNANDES – *Bacharéis do Distrito de Bragança que leram no Desembargo do Paço*, n.º 1-2, p. 45.

[21] FERNANDES – *Bacharéis do Distrito de Bragança que leram no Desembargo do Paço*, n.º 1-2, p. 55.

[22] MORAIS / MAGALHÃES – *Memórias de Ansiães*, p. 36.

As famílias que deram origem à Casa de Tralhariz

A personagem fundamental para compreendermos a história da Casa de Tralhariz é o Dr. Luís António de Sampaio e Melo, filho de Luís Manuel de Sampaio e Sousa (natural da Fontelonga) e de Feliciana Maria de Morais e Almeida (natural de Eucísia). O Dr. Luís António de Sampaio e Melo irá ser abordado mais adiante. Para já, temos de conhecer os seus ascendentes familiares, de maneira a perceber qual a sua relação com a Casa de Tralhariz. Assim, o seu pai - Luís Manuel de Sampaio e Sousa (também dado como Luís Manuel de Sampaio e Silva[23]) foi homem importante na sua época, nesta região, tendo sido o Capitão-mor de Ansiães.

Luís Manuel de Sampaio e Sousa era filho de Manuel Tavares e de Helena de Sampaio e Sousa[24]. Este Manuel Tavares, por sua vez, era filho de Gonçalo Tavares (natural de Vilarinho da Castanheira) e de Ana Rosa (natural de Tralhariz). Infelizmente, ainda não apurámos se esta Ana Rosa era de alguma família de relevo na sociedade da época. O facto de ser referenciada apenas com nomes próprios parece indiciar o contrário. Porém, esta senhora parece ter sido o elo de ligação entre os Tavares e Tralhariz.

Numa conhecida obra do início do século XVIII, referem-se as famílias fidalgas do concelho de Ansiães como sendo: os Sampaio, os Melo, os Morais, os Carvalho, os Cabral, os Mesquita, os Silva, os Magalhães, os Azevedo, os Pereira, os Teixeira e os Matos[25]. Esta referência é algo falível, pois muitos destes apelidos quase se perderam e outros perderam a sua importância inicial. Por outro lado, esta lista não refere os Tavares, nem outras famílias fidalgas que também por aqui morariam nessa época (como os já referidos Távora e os Figueiredo). Os Tavares, em particular, eram gente com alguma importância, senão vejamos: Gonçalo Tavares, pai de Manuel Tavares (marido de Helena de Sampaio e Sousa), avô de Luís Manuel de Sampaio e Sousa e bisavô do Dr. Luís António de Sampaio e Melo, era natural de Vilarinho da Castanheira, como já dissemos. Ora, em 1610, faleceu nesta antiga vila um Francisco Tavares, que terá sido o primeiro deste apelido na dita vila. Deste descendia António Tavares, que foi o primeiro Sargento-mor da vila (eleito em 1626). Por sua vez, deste descendia Isabel da Mesquita e Castro, mãe de Manuel

[23] ABADE DE BAÇAL - *Memórias arqueologico-históricas do Distrito de Bragança*, tomo VI, p. 436.

[24] Embora numa certidão apresentada à Universidade de Coimbra em 1785, a mãe seja dada não como Helena de Sampaio e Sousa, mas sim como Clara, de Tralhariz - estranha referência que ainda não pudemos explicar cabalmente, uma vez que vimos o assento original de baptismo e nele não consta esta Clara, de Tralhariz. A.U.C., *Livro de certidões de idade*. Iª série, 1772-1833 e Fichas de pesquisa de matrículas.

[25] COSTA - *Corografia portugueza*, p. 438.

Tavares da Mesquita e Castro, 3º Capitão-mor de Vilarinho da Castanheira e senhor da Quinta de Lobazim, o qual foi instituidor (juntamente com sua mãe) de um morgadio na mesma quinta (morgado de Santa Luzia e Purificação)[26]. É muito provável que os Tavares de Tralhariz provenham daqui, embora a Quinta de Lobazim tivesse posteriormente andado na família dos Mesquita e Castro, tendo o apelido Tavares perdido importância[27].

Quando nos referimos aos Tavares de Tralhariz, temos de realçar o facto deste apelido se ter generalizado em Tralhariz ao ponto de não sabermos bem se existem ligações de parentesco entre todos eles. Se existem, podemos concluir pelo menos que nem todos foram afortunados em termos económicos.

Sendo Gonçalo Tavares possivelmente aparentado com os Tavares de Vilarinho da Castanheira e tendo talvez algumas posses, o seu filho Manuel Tavares deveria também ser alguém com bem estar económico. Ora, Manuel Tavares casou com uma senhora que seria, certamente, dos melhores partidos do concelho (em termos de riqueza e prestígio): Helena de Sampaio e Sousa. Vejamos qual é a sua ascendência.

Helena de Sampaio e Sousa era filha de João da Silva Sampaio e de Maria Mendes da Veiga Veloso (que casaram em S. João da Pesqueira). Ora, João da Silva Sampaio era filho de um outro João da Silva Sampaio e de Helena de Sousa, ambos com origem fidalga. Os pais deste último João da Silva Sampaio residiram na Fontelonga. Quanto aos pais de Helena de Sousa, residiram nas Selores (isto, na primeira metade do século XVII), provavelmente porque a sua mãe era uma tal Maria de Morais, neta de Catarina de Morais, do morgado instituído nas Selores pelo Bispo do Porto, D. Gonçalo de Morais da Mesquita[28]. Helena de Sampaio e Sousa era, pois, neta paterna de uma senhora ligada ao belo solar que ainda hoje existe à entrada das Selores, para quem vem da vila velha de Ansiães. O próprio João da Silva Sampaio (pai de Helena de Sampaio e Sousa) era um descendente do célebre Fernão Vaz de Sampaio, da Casa de Vila Flor – a origem dos Sampaio desta região e que, em Ansiães, foram certamente a mais alargada família fidalga durante alguns séculos.

Desde o reinado de D. João I que os Sampaio eram importantes na região, tendo sido senhores de Ansiães até 1798, quando a terra passa para a Coroa[29].

---

[26] ABADE DE BAÇAL - *Memórias arqueologico-históricas do Distrito de Bragança*, tomo VI, p. 529.

[27] No século XIX, a Quinta de Lobazim era de Manuel de Castro Pereira de Mesquita, Ministro da Rainha D. Maria II.

[28] ABADE DE BAÇAL - *Memórias arqueologico-históricas do Distrito de Bragança*, tomo VIII, p. 399-404.

[29] TAVARES - *Conheça a nossa terra*, p. 167.

Lopo Vaz de Sampaio, por exemplo, foi pagem de D. João I[30]. Um outro Lopo Vaz de Sampaio foi Vice-rei da Índia, no século XVI[31]. O principal panteão familiar existente na antiga vila de Ansiães era precisamente o dos Sampaio, ainda hoje existente, anexo à Igreja Matriz de S. Salvador. Trata-se da Capela de Nossa Senhora da Graça, que era administrada em 1720 por José Vaz de Sampaio e Melo, de Ribalonga, embora a capela então estivesse arruinada[32]. Efectivamente, com o despovoamento de Ansiães, as suas famílias fidalgas foram-se também retirando e mandando construir casas em aldeias vizinhas de Ansiães. Os Morais (da Mesquita) foram para as Selores, que era quase um arrabalde de Ansiães. Os Magalhães instituíram um morgado em Carrazeda e retiraram-se sobretudo para Parambos[33]. Os Sampaio, mais numerosos, foram para Castanheiro, Fontelonga, Linhares e Ribalonga. Pela nossa investigação, o ramo de Ribalonga acabou por tornar-se o mais afastado, em parentesco, relativamente aos Sampaio da Casa de Tralhariz.

A Casa de Tralhariz na segunda metade do século XVIII

Manuel Tavares e Helena de Sampaio e Sousa terão talvez vivido em casas que vieram a dar origem à actual Casa de Tralhariz e que seriam talvez da família de Manuel Tavares (uma vez que a sua mãe era de Tralhariz). Infelizmente, não encontrámos ainda documentos que comprovem inteiramente esta suposição. Sabemos apenas, por dois documentos, que Manuel Tavares e Helena de Sampaio e Sousa são dados como residentes em Tralhariz, pelo que poderão ter sido, mesmo, a origem remota da actual Casa de Tralhariz (figuras 4 e 5). Efectivamente, Manuel Tavares, dado também como Manuel Tavares Vilas-Boas e casado com Helena de (Sampaio e) Sousa, morou em Tralhariz e ali faleceu a 18 de Outubro de 1753, tendo sido sepultado na Igreja de S. Brás do Castanheiro[34]. Em assento de baptismo de 1766 (de uma neta), Manuel Tavares (Vilas-Boas) e Helena de Sampaio e Sousa também são dados como tendo sido residentes em Tralhariz. Através deste último assento, não fica claro se Helena de Sampaio e Sousa ainda era viva, pois Manuel Tavares estava já morto mas o assento não o menciona[35].

---

30 FERREIRA – *Ansiães, notas monográficas*.

31 ABADE DE BAÇAL - *Memórias arqueologico-históricas do Distrito de Bragança*, tomo VII, p. 478.

32 "O Commercio do Porto", 28 de Fevereiro de 1872.

33 Segundo uns recortes fornecidos pelo Senhor Lobato, Presidente da Junta de Freguesia do Castanheiro.

34 A.D.B., Castanheiro, Óbitos, 1753-1867, s/fl.

35 A.DI.B., Fontelonga, Baptismos, 1734-1775, fl. 189.





Fig. 4 e 5 | Casa de tralhariz

Os "*Tavares Vilas-Boas de Tralhariz*" são laconicamente referenciados num manuscrito genealógico do Pe. Frei Manuel Bernardo de Magalhães, escrito em 1804, sendo que os Morais são no mesmo manuscrito apontados, quer para as Selores, quer para Tralhariz[36]. Isto leva-nos a concluir que Manuel Tavares (ou Manuel Tavares Vilas-Boas) residiu efectivamente em Tralhariz e era homem com algum peso social, reforçado pela origem fidalga da sua mulher. Refira-se que Helena de Sampaio e Sousa tinha uma irmã, Maria de Sampaio, que casou com António de Melo, o morgado de Marzagão.

Quer por compra ou por via de herança de seus pais, supomos que Manuel Tavares (Vilas-Boas) terá sido, na década de 1740 (pelo menos), proprietário do prédio que actualmente é a Casa de Tralhariz, o qual não era certamente como hoje é. Talvez fosse apenas uma casa mais pequena, correspondendo à parte nascente da actual casa (cfr. a planta, nas figuras 6 e 7). A Casa de Tralhariz actual, com o seu alçado principal unificado, embora possa ser ainda obra de Manuel Tavares será, mais provavelmente, obra do seu sucessor na casa. Quem foi então esse sucessor? Manuel Tavares (Vilas-Boas) e Helena de Sampaio e Sousa tiveram somente dois filhos que chegaram à idade adulta:

- Carlos José de Sampaio Coutinho[37], que casou com Maria de Sampaio e Vasconcelos (enteada do seu irmão, a referir mais adiante), sem geração. Note-se, porém, que Carlos José de Sampaio (Coutinho) teve uma filha natural de

[36] ABADE DE BAÇAL - *Memórias arqueologico-históricas do Distrito de Bragança*, tomo V.

[37] Não apurámos de onde provém este apelido Coutinho.



Fig. 6

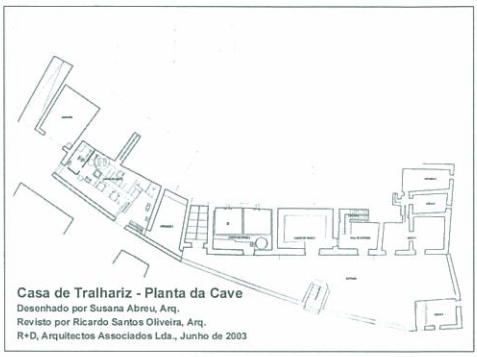


Fig. 7

Luísa Maria Bernarda, filha essa que casou em 7 de Fevereiro de 1780 com José Gomes (filho de Matias Gomes, então já falecido, e de Marinha Moutinho, ambos de Marzagão). Curiosamente, nesse assento de casamento, Carlos José de Sampaio (Coutinho) e Luísa Maria Bernarda são ambos dados como de Tralhariz[38].

- Luís Manuel de Sampaio e Sousa, nascido na Fontelonga, que foi Capitão-mor de Ansiães. Note-se que encontrámos referência a um Luís Manuel Tavares de Sampaio, de Tralhariz, que fez uma procuração ao licenciado(?) Francisco José de Sampaio, em 16 de Dezembro de 1756[39]. Encontrámos também um Luís Manuel Tavares e Sampaio, natural de Tralhariz, que se matriculou em Cânones a 1 de Outubro de 1751, tendo frequentado a Universidade de Coimbra até 1758, embora com este nome não surja no ficheiro de exames[40]. Deverá ser uma mesma pessoa: Luís Manuel Tavares de Sampaio deveria ser o nome pelo qual Luís Manuel de Sampaio e Sousa era conhecido quando mais novo. A ser assim, Luís Manuel (Tavares) de Sampaio e Sousa tinha certamente o grau de bacharel e terá nascido no início da década de 1730, em Tralhariz.

Se Luís Manuel (Tavares) de Sampaio e Sousa nasceu na Fontelonga (como uma das referências faz crer), tal não invalida que os seus pais possam ter vivido em Tralhariz durante a maior parte da sua vida. Eventualmente, poderiam ter residido algumas temporadas na Fontelonga. Aliás, através do percurso biográfico dos descendentes, verifica-se que esta família inicialmente detentora da actual Casa de Tralhariz tinha também (pelo menos) uma casa na Fontelonga, que deveria ter então talvez

[38] A.D.B., Castanheiro, Casamentos, 1759-1846, fl. 52.
[39] A.D.B., Cartório Notarial de Carrazeda de Ansiães, cx. 3, lv. 16, fls. 103v.-104.
[40] A.U.C., Fichas de pesquisa de matrículas.

melhores condições de habitabilidade. Eventualmente, a casa na Fontelonga poderia ser da família da mãe de Luís Manuel de Sampaio e Sousa - Helena de Sampaio e Sousa - e a casa em Tralhariz poderia ser da família de Manuel Tavares (Vilas-Boas), que – como já referimos – sabe-se ser descendente de uma senhora de Tralhariz.

Luís Manuel (Tavares) de Sampaio e Sousa casou com Feliciana Maria de Morais e Almeida, natural de Eucísia[41]. Ela era filha de André de Morais da Mesquita (natural da Fontelonga) e de Rosa Maria de Almeida e Sousa (natural da Eucísia), que terão residido na Fontelonga (segundo um assento de 1753[42] e outro de 1766[43]). Era neta paterna de Simão Tavares Monteiro e de Isabel Morais da Mesquita. Era neta materna de João de Almeida da Mesquita e Castro e de Isabel de Figueiredo. Era, portanto, também descendente dos Morais e dos Tavares da região de Ansiães.

Feliciana Maria de Morais e Almeida casou com Luís Manuel de Sampaio e Sousa em segundas núpcias. Seu marido em primeiras núpcias foi o Dr. João Manuel da Silva Sampaio e Vasconcelos, natural de Linhares. Feliciana Maria de Morais e Almeida e o Dr. João Manuel da Silva Sampaio casaram em 21 de Janeiro de 1753[44]. O Dr. João Manuel da Silva Sampaio e Vasconcelos era filho de João de Sampaio e Silva (natural de Linhares) e de Maria Madalena de Vasconcelos (natural da Torre de Moncorvo), que residiram em Linhares[45]. O Dr. João Manuel da Silva Sampaio e Vasconcelos – também conhecido por João Manuel de Sampaio de Vasconcelos – obteve o grau de bacharel em Cânones em 17 de Julho de 1739[46]. O Dr. João Manuel da Silva Sampaio e Vasconcelos era Fidalgo Cavaleiro da Casa Real e foi Capitão-mor de Ansiães. Devia ser homem abastado. Aliás, em testamento de 1757[47], o já referido André de Morais da Mesquita (da Fontelonga) terá deixado explicitamente os seus bens ao Dr. João Manuel de Sampaio e Vasconcelos, como dote pelo casamento com Feliciana Maria de Morais e Almeida, sua filha, porque aquando do casamento não tinha registado essa doação por escrito.

---

41 ABADE DE BAÇAL - *Memórias arqueologico-históricas do Distrito de Bragança*, tomo VIII, p. 403.

42 A.DI.B., Fontelonga, Casamentos, 1722-1772, s/fl.

43 A.DI.B., Fontelonga, Baptismos, 1734-1775, fl. 189.

44 A.DI.B., Fontelonga, Casamentos, 1722-1772, s/fl. Feliciana Maria de Morais e Almeida e o Dr. João Manuel da Silva Sampaio apadrinham uma criança na Fontelonga em 1766. A.DI.B., Fontelonga, Baptismos, 1734-1775, fl. 193v.

45 A.DI.B., Fontelonga, Baptismos, 1734-1775, fls. 146v. e A.DI.B., Fontelonga, Baptismos, 1734--1775, fls. 113v.

46 O Dr. João Manuel da Silva Sampaio e Vasconcelos frequentou a Universidade de Coimbra desde 1734 até 1739. A.U.C., Fichas de pesquisa de matrículas e de exames.

47 A.D.B., Cartório Notarial de Carrazeda de Ansiães, cx. 4, lv. 18, s/fl. Não se consegue perceber bem o que está escrito, até porque o livro apanhou muita água.

Feliciana Maria de Morais e Almeida e o Dr. João Manuel da Silva Sampaio tiveram duas filhas e um filho:

- Maria da Expectação, nome corrigido para Maria do Carmo no próprio assento, mais conhecida posteriormente como Maria de Sampaio e Vasconcelos, nascida em 20 de Janeiro de 1754[48] e que enviuvou do já referido Carlos José de Sampaio Coutinho, seu tio por via das segundas núpcias de sua mãe. Maria (do Carmo) de Sampaio e Vasconcelos, que ainda abordaremos, faleceu na Paróquia do Castanheiro em 1 de Março de 1819, sem testamento[49].
- Teresa de Sampaio e Vasconcelos, nascida em 2 de Maio de 1757[50], que faleceu solteira. Em 20 de Julho de 1812, Teresa de Sampaio e Vasconcelos é dada como sendo de Linhares (local de residência?) e fez prazo a duas pessoas de Linhares. Contudo, a escritura foi feita na casa da Fontelonga do seu meio irmão Dr. Luís António de Sampaio e Melo. Teresa Sampaio de Vasconcelos enumera então os bens que possuía a serem incluídos no prazo, onde o Dr. Luís António de Sampaio e Melo também tinha terras[51]. Teresa de Sampaio e Vasconcelos era viva em 1816. Porém, não encontrámos o seu assento de óbito, após 1816, nem no Castanheiro, nem na Fontelonga. Poderá ter falecido em Linhares.
- Francisco Manuel, nascido em 21 de Fevereiro de 1759, sendo padrinhos o Porteiro-mor do concelho de Ansiães e Leonor Teresa de Morais[52].

Do segundo casamento de Feliciana Maria de Morais e Almeida, desta feita com Luís Manuel (Tavares) de Sampaio e Sousa, nasceram, pelo menos, dois filhos:

- O já referido Dr. Luís António de Sampaio (e Melo), nascido em 29 de Setembro de 1764[53].
- Francisca Rosa, nascida a 22 de Fevereiro de 1766, cujos padrinhos foram Carlos José [de Sampaio Coutinho?], de Tralhariz e Maria do Carmo [de Sampaio e Vasconcelos?], solteira, da Fontelonga. Foram também testemunhas o Dr. Luís Bernardo de Sampaio[54], António José de Almeida (que

[48] A.DI.B., Fontelonga, Baptismos, 1734-1775, fls. 113v.

[49] A.D.B., Castanheiro, Óbitos, 1753-1867, fl. 103v.

[50] A.DI.B., Fontelonga, Baptismos, 1734-1775, fls. 132.

[51] A.D.B., Cartório Notarial de Carrazeda de Ansiães, cx. 13, lv. 85 (1811-1813), fls. 37v.-40v.

[52] A.DI.B., Fontelonga, Baptismos, 1734-1775, fls. 146v.

[53] A.DI.B., Fontelonga, Baptismos, 1734-1775, fls. 181-181v.

[54] O Dr. Luís Bernardo de Sampaio, da Fontelonga, era casado com uma Mariana, do mesmo lugar (A.DI.B., Fontelonga, Baptismos, 1734-1775, fl. 202, 11 de Setembro de 1768). Tiveram um filho, Luís

supomos fosse casado com Rosa de Morais, tendo tido um filho em 1765[55]) e o Dr. Luís Marinho[56]. Esta Francisca Rosa poderá ter falecido ainda jovem, já que não lhe encontrámos referências ulteriores.

Uma vez que Maria de Sampaio e Vasconcelos, como viúva, é dada como proprietária de umas casas em Tralhariz (possivelmente a actual Casa de Tralhariz), supomos que as mesmas lhe tivessem ficado do seu marido e tio Carlos José de Sampaio Coutinho. Assim, podemos concluir que as casas do casal Manuel Tavares (Vilas-Boas) e Helena de Sampaio e Sousa (para além de outros bens imóveis que possam ter existido) ficaram assim distribuídas: casa em Tralhariz para Carlos José de Sampaio Coutinho e casa na Fontelonga para Luís Manuel de Sampaio e Sousa. Pelo facto do primeiro não ter tido geração legítima e ter casado com uma enteada do seu irmão, estas duas casas acabariam por se juntar no único filho varão deste dito seu irmão que chegou à idade adulta: o Dr. Luís António de Sampaio e Melo, o qual deve ter ficado muitíssimo rico. Sabemos, aliás, que o Dr. Luís António de Sampaio e Melo era herdeiro de seu tio Carlos José de Sampaio (Coutinho). Ele próprio o afirma em 1811, aquando de um documento em que se diz também procurador da sua meia irmã Maria de Sampaio e Vasconcelos[57].

Uma vez que o Dr. Luís António de Sampaio e Melo não terá residido em Tralhariz, salvo no fim da sua vida, a fachada principal da actual Casa de Tralhariz terá sido mandada fazer pelo seu tio Carlos José de Sampaio Coutinho, pois foi o proprietário da casa durante vários anos, sendo talvez aquele que maior interesse tinha

António, que nasceu em 1 de Outubro de 1769, sendo neto paterno de António Tavares (Monteiro) e de Maria da Cunha, da Fontelonga. Era neto materno de Diogo Nunes e de Isabel de Carvalho, do Amedo. Os padrinhos foram o Padre António José de Sampaio, Abade de Louselos, e Catarina Nunes, do Amedo (A.DI.B., Fontelonga, Baptismos, 1734-1775, fl. 206.). Luís Bernardo de Sampaio era bacharel em Cânones, tendo frequentado a Universidade de Coimbra desde 1746 a 1752 (A.U.C., Fichas de pesquisa de matrículas e de exames). Como se pode constatar, o Dr. Luís Bernardo de Sampaio era, pois, também filho de um Tavares. Encontrámos igualmente uma procuração feita por um José Caetano Tavares, de Tralhariz, em 1777 (Cartório Notarial de Carrazeda de Ansiães, cx. 6, lv. 32, fl. 89v.). Não apurámos se havia parentesco com algum dos Tavares já referenciados, assim como no caso de Manuel Pinto Tavares, filho de um Caetano Tavares e de Ana Pinta, casado com Maria José [de Azevedo], de Tralhariz, que tiveram uma filha Violante e uma outra chamada Bárbara Caetana. Esta última casou em 1781 com António José Gomes, filho de José Maria Gomes e Maria Lopes, de Tralhariz, em cujo casamento foi testemunha o Dr. António Fernandes de Lima e o próprio Caetano José Tavares. (A.DI.B., Castanheiro, Baptismos, 1753-1794, fls. 41v. e 53v.)

[55] A.DI.B., Fontelonga, Baptismos, 1734-1775, fl. 181.

[56] A.DI.B., Fontelonga, Baptismos, 1734-1775, fl. 189.

[57] A.D.B., Cartório Notarial de Carrazeda de Ansiães, cx. 13, lv. 85 (1811-1813), fls. 12-14.

na constituição de uma casa de aparência mais nobre, com base em casas que já ali existiam. Tal terá sucedido talvez na década de 1770, 1780 ou alguns anos depois, eventualmente. A análise da fachada principal da Casa de Tralhariz não é fácil de fazer, como se verá. Por outro lado, ainda nem sequer apurámos quando faleceu Carlos José de Sampaio Coutinho. A sua viúva e sobrinha, Maria de Sampaio e Vasconcelos, também pode ter sido a impulsionadora das obras que fizeram com que a Casa de Tralhariz tivesse ganho uma maior dignidade. Parece-nos, contudo, seguro que, quando Maria de Sampaio e Vasconcelos faleceu, já a Casa de Tralhariz estava como actualmente, salvo em alguns detalhes, que iremos abordar mais à frente.

O brasão que se encontra actualmente na Casa de Tralhariz (figura 8), embora possa ser oitocentista pelo seu estilo, reflecte alianças familiares que se consolidaram na segunda metade do século XVIII: por um lado, os Tavares, que estavam em Tralhariz desde o início do século XVIII (pelo menos); por outro lado, os Sousa (do Prado), os Morais e os Sampaio (presentes no timbre – águia). Note-se que também um dos brasões existentes na casa dos Sampaio de Linhares possui timbre dos Sampaio, as armas dos Sousa (do Prado), as dos Morais e as dos Tavares, identificando o mesmo ramo familiar da Casa de Tralhariz, com a diferença de que esta pedra de armas em Linhares foi colocada possivelmente no terceiro quartel do século XVIII, dentro do estilo rococó da casa (figura 9).



Fig. 8

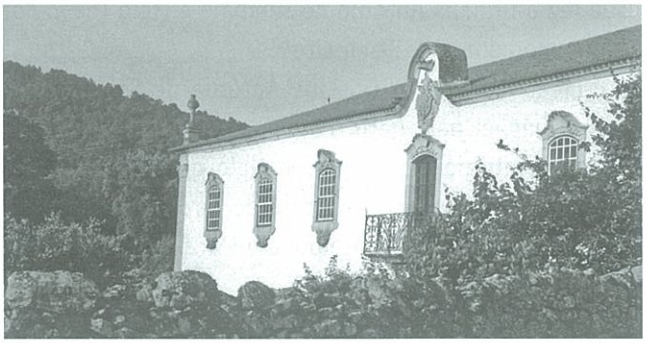


Fig. 9

Perfil do Dr. Luís António de Sampaio e Melo

O Dr. Luís António de Sampaio e Melo nasceu na Fontelonga em 29 de Setembro de 1764, como já se referiu. Quando jovem, é dado como Luís António de Sampaio Morais e Silva[58]. Luís António de Sampaio e Melo fez o curso de Matemática na Universidade de Coimbra, entre 1784 e 1787, instituição que também foi frequentada

[58] A.U.C., *Livro de certidões de idade*. Iª série, 1772-1833 e Fichas de pesquisa de matrículas.

pelo seu pai, como se viu[59]. Porém, o Dr. Luís António de Sampaio e Melo foi mais longe. Chegou a Doutor em Ciências Naturais e foi Demonstrador de Física na Universidade de Coimbra, bem como Lente de Filosofia na mesma Universidade[60], Lente de Hidráulica na Academia Militar de Lisboa, Capitão de Cavalaria de Bragança[61] e, desde pelo menos 1804 até falecer, Governador de Freixo de Espada-à-Cinta. Como é óbvio, não residia permanentemente na região de Ansiães e a sua casa era na Fontelonga, possivelmente a mesma que vinha já dos avós (mais concretamente da família da avó, Helena de Sampaio e Sousa). Contudo, acabou por residir algum tempo na Casa de Tralhariz, como se verá.

Encontrámos várias referências relativas à gestão do imenso património que o Dr. Luís António de Sampaio e Melo detinha. Assim, em 12 de Dezembro de 1811, fez reforma e renovação de prazo de terras em Marzagão[62]. Em 12 de Janeiro de 1812 fez também prazo de uma casa térrea na Coleja[63]. Fez igualmente prazo de uma terra no Monte de Morais (Coleja), em 20 de Abril de 1812, assim como de uns chãos a um casal do Lugar de Seixo, na mesma data[64]. Em 11 de Outubro de 1812, fez prazo de uma terra por detrás da casa dos herdeiros de Manuel de Sousa, em Linhares, e de outras terras por aquelas bandas[65].

O Dr. Luís António de Sampaio e Melo fez também emprazamentos a pessoas em Amedo e Areias (dois), entre 1813 e 1814[66]. Em 1815 há notícia de um outro prazo que fez o Dr. Luís António de Sampaio e Melo (dado como residente na Fontelonga), a uns moradores de Campelos[67].

Efectivamente, o Dr. Luís António de Sampaio e Melo tinha um grande património imóvel para gerir. Porém, existem outros aspectos interessantes da vida do Dr. Luís António de Sampaio e Melo que fazem crer na sua vocação para os negócios. É o caso de uma escritura de juro feita a Teresa Maria de Magalhães (viúva), sua filha e genro, da Fontelonga e Marzagão, em 14 de Dezembro de 1811[68], ou uma

[59] A.U.C., *Livro de certidões de idade*. Iª série, 1772-1833 e Fichas de pesquisa de matrículas.

[60] ABADE DE BAÇAL - *Memórias arqueologico-históricas do Distrito de Bragança*, tomo VI, p. 434-436.

[61] ABADE DE BAÇAL - *Memórias arqueologico-históricas do Distrito de Bragança*, tomo VIII, p. 403.

[62] A.D.B., Cartório Notarial de Carrazeda de Ansiães, cx. 13, lv. 85 (1811-1813), fls. 10-12.

[63] A.D.B., Cartório Notarial de Carrazeda de Ansiães, cx. 13, lv. 85 (1811-1813), fls. 16v.-18v.

[64] A.D.B., Cartório Notarial de Carrazeda de Ansiães, cx. 13, lv. 85 (1811-1813), fls. 26v.-31.

[65] A.D.B., Cartório Notarial de Carrazeda de Ansiães, cx. 13, lv. 85 (1811-1813), fls. 49v.-52.

[66] A.D.B., Cartório Notarial de Carrazeda de Ansiães cx. 15, lv. 96 (1816-1817), índice avulso do livro de notas de 5 de Outubro de 1813 a 29 de Abril de 1814, livro hoje inexistente no A.D.B., fls. 6, 9 e 15 desse livro desaparecido.

[67] A.D.B., Cartório Notarial de Carrazeda de Ansiães cx. 14, lv. 89 (1814-1815), fl. 84v.

[68] A.D.B., Cartório Notarial de Carrazeda de Ansiães, cx. 13, lv. 85 (1811-1813), fls. 12-14.

escritura conjunta (do tipo compromisso) com Luís Manuel de Morais da Mesquita de Menezes, de Zedes, com o Padre Dr. Domingos Lemos Costa, dos Cortiços, e com João de Sá Machado, em 2 de Dezembro de 1812[69].

Mas a mais interessante escritura em que o Dr. Luís António de Sampaio e Melo surge envolvido foi feita em 2 de Janeiro de 1814: João Monteiro de Carvalho (professo na Ordem de Cristo, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Deputado da Junta), sua mulher Rita de Cássia Delfina de Carvalho e sua cunhada Maria M. da Silva e Vasconcelos, do Porto, como herdeiros do seu tio Domingos Martins(?) Gonçalves, venderam ao Governador Dr. Luís António de Sampaio (e Melo), do Lugar da Fontelonga, e ao Padre João Manuel de Aguiar (e Sousa), de Valetorno, "*uma fábrica de ferro, com todas as suas pertenças*", em Carviçais, no limite da vila de Mós (Moncorvo). A venda foi feita por 1.800$000, pagando o Dr. Luís António de Sampaio e Melo, 1.200$000 e o Padre João Manuel de Aguiar e Sousa, 600$000[70].

Também é curiosa uma lista das pessoas que, na Fontelonga, costumavam "*vender pão*", surgindo nela em primeiro lugar o Dr. Luís António de Sampaio e Melo, então chamado simplesmente de Luís António de Sampaio, com 200 alqueires - valor comparativamente muito alto, tendo em conta o que se passava nas outras freguesia do concelho, em algumas das quais não havia até quem o vendesse por hábito. Por isso, o Dr. Luís António de Sampaio e Melo deveria ter aqui mais uma fonte de rendimento. Em segundo lugar da lista surge Manuel António de Mesquita, com 100 alqueires, depois o Pe. Francisco (50 alqueires), o Vigário da freguesia e o Dr. Francisco Inácio – certamente, Francisco Inácio Pereira de Sequeira Ferraz – ambos com 10 alqueires[71]. Note-se que, na mesma época, existia também um Luís António de Sampaio, proprietário no Amedo, que ainda não apurámos se seria o mesmo da Fontelonga[72].

Por último, sabemos também que o Dr. Luís António de Sampaio e Melo, para além de ser detentor do domínio directo de vários prazos, ele próprio também era foreiro, nomeadamente de um sítio chamado "*os Pinheiros*", que pertencia à Confraria do Santíssimo Sacramento da Fontelonga[73].

---

[69] A.D.B., Cartório Notarial de Carrazeda de Ansiães, cx. 13, lv. 85 (1811-1813), fls. 57v.-60.

[70] A.D.B., Cartório Notarial de Carrazeda de Ansiães cx. 14, lv. 89 (1814-1815), s/fl. A escritura original tinha sido feita pelo tabelião da vila de Mós, em 27 de Dezembro de 1813.

[71] Sobre Francisco Inácio Pereira de Sequeira Ferraz veja-se também A.D.B., Cartório Notarial de Carrazeda de Ansiães cx. 15, lv. 96 (1816-1817), fls. 69v.-77.

[72] A.M.C.A., Actas, 1807-1815, fl. 74v.

[73] Prazo feito em 28 de Janeiro de 1813. A.D.B., Cartório Notarial de Carrazeda de Ansiães, cx. 13, lv. 85 (1811-1813), fls. 66v.-69.

A morte do Dr. Luís António de Sampaio e Melo, na Casa de Tralhariz

O Dr. Luís António de Sampaio e Melo faleceu solteiro, em Tralhariz, a 5 de Abril de 1816[74], com 51 anos, tendo sido sepultado na Igreja de S. Brás do Castanheiro, numa campa com inscrição ainda visível na capela-mor[75].

Apesar de não ter casado, o Dr. Luís António de Sampaio e Melo deixou vários filhos, para quem legou a sua enorme fortuna, filhos esses que também beneficiaram do facto das meias irmãs do seu pai não terem tido descendência.

Os filhos do Dr. Luís António de Sampaio e Melo foram os seguintes:

- Luís Joaquim de Sampaio.
- Carlos Augusto de Sampaio.
- Luís Manuel de Sampaio, que foi juiz ordinário em Carrazeda, em 1829[76].
- Flora Amália Miquelina de Sampaio e Melo, nascida na Fontelonga em 15 de Agosto de 1800.
- Feliciana Augusta de Sampaio e Melo (referenciada no seu jazigo de família como Feliciana de Frias Sampaio e Melo). Nasceu na Fontelonga por volta de 1805. Faleceu em 9 de Agosto de 1879, em Tralhariz, com cerca de 74 anos. Fez testamento[77].
- Carlos Manuel de Sampaio.
- Julião António de Sampaio (e Melo). Deve ser o mesmo que Julião António de Melo Sampaio, solteiro, dado como morador em Linhares, que foi padrinho de um baptismo em meados da década de 1830[78].

O Dr. Luís António de Sampaio e Melo fez testamento em 19 de Março de 1816, em Tralhariz. O dito testamento foi redigido pelo Pároco da Fontelonga, José de Morais[79], que se deslocou a Tralhariz. Porque foi escolhido o Pároco da Fontelonga? Talvez o Dr. Luís António de Sampaio e Melo estivesse em Tralhariz regularmente só no fim da sua vida, para estar junto da sua meia irmã, por exemplo, ou de uma outra mulher, a que nos iremos referir mais adiante. De facto, ainda em 1814, o

[74] A.D.B., Castanheiro, Óbitos, 1753-1867, fl. 102v.

[75] Não pudemos ter acesso ao interior da igreja para ver a lápide sepulcral.

[76] A.M.C.A., Actas, 1829-1836, fl. 8.

[77] A.D.B., Castanheiro, Óbitos, 1868-1892, fl. 59v., n.º 13.

[78] A.D.B., Fontelonga, Baptismos, 1831-1858.

[79] Este Pe. José de Morais devia ser sobrinho de um outro sacerdote homónimo, tendo sido beneficiado por uma doação do seu tio e sendo então dado como das Selores (por volta de 1756). A.D.B., Cartório Notarial de Carrazeda de Ansiães, cx. 3, lv. 16, fls. 108v.-109.

Dr. Luís António de Sampaio e Melo é dado como Provedor da Confraria das Santas Chagas da Fontelonga[80], pelo que devia ter as suas raízes neste lugar. Aliás, ele é sistematicamente referido como o "*Dr. Luís António de Sampaio* [e Melo], *da Fonte-longa*". No testamento, o pároco referia mesmo que o Dr. Luís António de Sampaio e Melo era "*ora assistente em Tralhariz*", podendo tal ser interpretado que não morava lá há muito tempo. Curiosamente, a sua morte foi registada também no livro de óbitos da Paróquia da Fontelonga, afirmando-se no assento que o Dr. Luís António de Sampaio morrera na "*Quinta de Tralhariz*"[81].

Quando o Dr. Luís António de Sampaio e Melo ditou o seu testamento estava doente, não podendo escrever. O Dr. Luís António de Sampaio e Melo queria ser enterrado onde falecesse e tinha destinados 800 réis para cada padre que fosse assistir aos ofícios. Pedia também várias missas por sua alma. Ao Pároco da Fontelonga, deixava 12$800. Aos criados e à criada que o serviam na altura em que morresse, deixava os seus ordenados e mais 10$000, por uma só vez. Para a Joaquina Rosa (de quem teve filhos, como se verá), "*pelos muitos anos que o serviu*", legava 600$000, em metal ou em fazendas ao seu gosto, no prazo de um ano. Em suma, tirados os legados, deixava o usufruto do terço de todos os seus bens móveis, semoventes e de raiz, a suas irmãs Maria de Sampaio e Vasconcelos e Teresa de Sampaio e Vasconcelos – com a obrigação de darem meação. Se uma morresse, ficava o usufruto transferido para a outra. Aquando do falecimento da última, ficavam esses bens para o filho mais velho – Luís Joaquim de Sampaio. "*E para que nunca em tempo algum possa haver novas partilhas*", o Dr. Luís António de Sampaio e Melo determinava ainda que esse terço se separasse e perfizesse na Quinta de S. Martinho e na fazenda de Linhares, até onde ligar e abranger. Para o restante de todos seus bens e prerrogativas, instituía como universais herdeiros os filhos, Luís Joaquim, Carlos Augusto, Luís Manuel, Carlos Manuel, Julião, Flora e Feliciana, os quais todos se achavam legitimados, excepto Carlos Manuel e Julião, pelo que ele os reconhecia então como filhos.

De qualquer modo, um dia depois do testamento ter sido redigido, o Dr. Luís António de Sampaio e Melo fez explicitamente uma escritura de perfilhação a seus filhos, Carlos Manuel e Julião. A escritura foi feita nas casas de Maria de Sampaio (e Vasconcelos), em Tralhariz. Estes dois filhos foram gerados por Joaquina Rosa, solteira, "*assistente no dito lugar* [de Tralhariz?]", tendo ambos cerca de dois anos, com pouca diferença entre os dois. Supõe-se, pois, que teriam ambos dois anos,

[80] A.D.B., Cartório Notarial de Carrazeda de Ansiães cx. 14, lv. 89 (1814-1815), fl. 26v.
[81] A.D.B., Fontelonga, Óbitos, 1780-1890, fl. 48.

sendo que um estaria já a fazer três e o outro teria feito dois anos muito recentemente[82]. Esta Joaquina Rosa, sendo moradora em Tralhariz, poderia ser um bom motivo para que o Dr. Luís António de Sampaio e Melo ali tivesse passado pelo menos os últimos dois anos da sua vida, embora uma doença também possa ter sido a causa mais forte.

Note-se que não apurámos ainda quem era a mãe dos restantes filhos do Dr. Luís António de Sampaio e Melo. Sabemos apenas que a mãe da filha Feliciana e da filha Flora era Umbelina Rosa, natural de Vilarouco (S. João da Pesqueira)[83], talvez uma criada mais antiga do Dr. Luís António de Sampaio e Melo.

Aquando da redacção do testamento do Dr. Luís António de Sampaio e Melo, todos os filhos eram menores, excepto a Flora, porque já estava casada. Efectivamente, Flora Amália Miquelina de Sampaio e Melo casou com Miguel Francisco Soares Borges Maciel, Bacharel em Filosofia pela Universidade de Coimbra, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Comendador da Ordem de Cristo, Alcaide-mor de Ervededo, sobrinho do Arcebispo de Braga D. Frei Miguel. Pessoa mais importante seria difícil de encontrar na região. O casamento foi em 1814, a julgar pela escritura de esponsais de 3 de Julho desse ano, feita na Casa de Tralhariz, onde residia Maria de Sampaio e Vasconcelos. Nessa altura, o Dr. Miguel Francisco Soares Borges Maciel era dado como Monteiro-mor da Torre de Moncorvo, sendo filho de Maria Isabel Soares, viúva de Manuel António da Cruz Soares, da Torre de Moncorvo. Como procurador da mãe do noivo intervém o Padre João Manuel de Aguiar e Sousa, de Valetorno (Vilarinho da Castanheira). O pai da noiva prometia-lhe, logo que ela casasse, o Casal de Redevides, suas pertenças e seis mil cruzados em dinheiro[84]. Também em 3 de Julho de 1814, na Casa de Tralhariz (de Maria de Sampaio), Maria de Sampaio e Vasconcelos e sua irmã Teresa de Sampaio e Vasconcelos doaram à sua sobrinha Flora a metade de cada uma das suas casas, compostas de algumas quintas, vinhas, terras e olivais, bem como de propriedades urbanas e móvel de toda a qualidade, reservando o usufruto em suas vidas para elas doadoras e para a que sobreviver, de forma a que Flora Amália só poderia usufruir dos bens após a morte de ambas. Foram testemunhas da escritura um sacerdote do Fiolhal, o Pároco do Castanheiro e o Padre João Manuel de Aguiar e Sousa, de Valetorno[85].

No testamento do Dr. Luís António de Sampaio e Melo, a sua filha Flora não era objecto de grande preocupação, uma vez que estava bem casada. Quanto aos

[82] A.D.B., Cartório Notarial de Carrazeda de Ansiães, cx. 14, lv. 91 (1815-1816), fls. 43-44.
[83] A.D.B., Castanheiro, Óbitos, 1868-1892, fl. 59v., n.º 13.
[84] A.D.B., Cartório Notarial de Carrazeda de Ansiães cx. 14, lv. 89 (1814-1815), fls. 51v. e ss.
[85] A.D.B., Cartório Notarial de Carrazeda de Ansiães cx. 14, lv. 89 (1814-1815), fl. 49.

restantes filhos, o Dr. Luís António de Sampaio e Melo nomeava Maria de Sampaio e Vasconcelos para tutora do Julião e da Feliciana. Teresa Sampaio e Vasconcelos passaria a ser tutora dos restantes filhos. Se uma das irmãs morresse, a outra irmã passaria a tutora de todos os filhos menores. Porém, uma vez que estas eram *"senhoras recolhidas e idosas"* e não podiam tratar de negócios e assuntos externos, o Dr. Luís António de Sampaio e Melo nomeava João Marcelino Sampaio e Melo para curador dos assuntos respeitantes ao filho Luís Joaquim. Miguel Francisco Soares Borges Maciel passava a ser curador do filho Carlos Augusto. José de Almeida, de Pereiros, passava a ser curador da Feliciana. António de Sampaio Teixeira passaria a ser curador do filho Luís Manuel. João Manuel de Aguiar passaria a ser curador do Carlos Manuel e Diogo José de Morais, curador do Julião.

As tutoras eram obrigadas a reunir logo após a morte do Dr. Luís António de Sampaio e Melo para tratar do casamento da Feliciana e para tratar também da educação *"regular e científica"* de todos os rapazes. A emancipação dos filhos seria conseguida por *"emprego civil, eclesiástico ou político, muito principalmente como a prestação de contas de bacharel formado em cânones ou leis"*.

No seu testamento, o Dr. Luís António de Sampaio e Melo estipula ainda que quem ficasse com a maior parte da Quinta de S. Martinho, seria obrigado perpetuamente a mandar plantar nela em cada ano três milheiros de bacelo. Se deixasse de o fazer, perderia a sua administração. Os filhos que viessem a possuir a sua Quinta da Alegria seriam obrigados a plantar de novo ou reformar em cada ano *"lucro por dez"*, através de plantação ou reforma das culturas. Perderia a sua parte em benefício dos outros irmãos quem não cumprisse o testamento. No caso de falecimento das irmãs usufrutuárias do terço dos seus bens, antes dos filhos varões chegarem à maior idade, os rendimentos que caberiam a cada um deles seriam aplicados na sua educação. Por último, o Dr. Luís António de Sampaio e Melo nomeava as suas meias irmãs Maria e Teresa como testamenteiras e pedia-lhes para fazer cumprir a sua vontade.

O testamento do Dr. Luís António de Sampaio e Melo foi aberto em 6 de Abril de 1816, nas casas de Maria de Sampaio e Vasconcelos, em Tralhariz (a actual Casa de Tralhariz). O tabelião João de Deus Comenda foi quem o abriu, após ter-lhe sido entregue por Maria de Sampaio e Vasconcelos, à frente de muitas pessoas. Um dos presentes era o genro Miguel Francisco Soares Borges Maciel, marido de Flora Amália Miquelina de Sampaio e Melo. Outros eram Narciso José Pereira de Sequeira Ferraz e João Marcelino de Sampaio e Melo. O testamento foi aprovado em 7 de Abril de 1816, sendo testemunhas o tabelião Cristóvão José de Sampaio Sousa Pimentel (que devia ser tio paterno daquele que viria a ser genro do Dr. Luís

António de Sampaio e Melo, por ter casado com a sua filha Feliciana), António José de Figueiredo Sampaio, de Marzagão, António José Teixeira, cirurgião com partido na vila de S. Mamede de Riba Tua, António Manuel de Oliveira e Manuel da Costa, ambos de Tralhariz[86].

Os filhos do Dr. Luís António de Sampaio e Melo

Não sabemos muitos dados sobre vários dos filhos do Dr. Luís António de Sampaio e Melo. Cada qual tomou conta das suas propriedades, vindo a residir em sítios diferentes. Supomos também que algum dos filhos possa ter falecido ainda jovem, dada a ausência de referências posteriores.

Relativamente a Flora Amália Miquelina de Sampaio e Melo, do seu casamento com o Dr. Miguel Francisco Soares Borges Maciel resultou um filho, Miguel António Soares de Sampaio, que foi Moço Fidalgo da Casa Real, professo na Ordem de Cristo, sendo de Linhares. Ele foi, juntamente com a mãe, padrinho de uma Feliciana nascida em 1837 em Tralhariz[87]. Contudo, deve ter falecido jovem (ou, pelo menos, sem geração).

Flora Amália Miquelina de Sampaio e Melo ainda casou uma segunda vez, com António Joaquim Ferreira Pontes, mas dele ficou viúva, alegadamente sem geração. Porém, refira-se que no elitista Cemitério da Lapa, no Porto, existiu um jazigo de Flora Amélia Sampaio Melo, falecida em 23 de Outubro de 1858 (n.º 69, divisão 1). No processo deste jazigo consta também o nome de António Joaquim Ferreira Pontes, supondo-se que não terá sido ali inumado mais ninguém. Consequentemente, esta Flora Amélia[88] Sampaio Melo devia ser filha de Flora Amália Miquelina de Sampaio e Melo e António Joaquim Ferreira Pontes devia ser alguém com ligação ao Porto.

Supomos que após esta segunda viuvez, Flora Amália Miquelina de Sampaio e Melo se tenha retirado para Linhares. Como sucedia então com várias viúvas abastadas, acabaria por lhe ser concedido um título – o de Viscondessa da Quinta da Alegria (em 1870). Esta quinta tinha sido herança do seu pai e ainda hoje se situa no termo de Linhares, junto ao Douro. A Viscondessa da Quinta da Alegria faleceu a 16 de Março de 1871, com 72 anos[89]. Foi sepultada na Igreja de Linhares, onde terá vivido grande parte da sua vida, alegadamente na Casa dos Sampaio e não na Quinta da Alegria, que seria simplesmente uma propriedade de rendimento.

[86] A.D.B., Cartório Notarial de Carrazeda de Ansiães, cx. 14, lv. 91 (1815-1816), fls. 43-44.

[87] A.D.B., Castanheiro, Baptismos, 1825-1852.

[88] ou Amália.

[89] A.D.B., Linhares, Óbitos, 1871-1891, fl. 2.



Quanto a Feliciana Augusta de Sampaio e Melo, podemos indicar mais dados, sendo estes da maior relevância, uma vez que foi ela quem herdou a Casa de Tralhariz.

O casamento de Feliciana Augusta de Sampaio e Melo

Feliciana Augusta de Sampaio e Melo casou com António de Frias Sarmento, natural de Parambos (segundo o registo de óbito) ou da Fontelonga (segundo um registo de casamento da sua filha Isabel). António de Frias Sarmento era filho de Francisco António Ferreira de Frias Morais Sarmento e de Maria Leonor Clara Morais de Almeida. Francisco António Ferreira de Frias Morais Sarmento era natural e residente em Parambos, tendo sido Capitão-mor de Ansiães, pelo menos entre 1804[90] e 1813[91], bem como juiz ordinário do concelho (em 1808)[92]. Em 1814, Francisco António Ferreira de Frias Morais Sarmento, dado como residente em Parambos, fez a compra de uma propriedade em Parambos[93]. Devia ser sobretudo um grande proprietário. Sua mulher, Maria Leonor Clara Morais de Almeida, era natural da Fontelonga.

António de Frias Sarmento era neto paterno de Bernardo S. Ferreira, da casa dos morgados de Carrazedo (Bragança) e de Luísa (n. Parambos). O morgado de Carrazedo era dos Frias [Morais Sarmento], pois foi instituído em 1620 por Pascoal de Frias, numa capela do Convento de S. Francisco de Bragança. Curiosamente, nesta família Frias Morais Sarmento existiram também, pelo menos, duas Felicianas, no século XVIII, ambas freiras[94]. António de Frias Sarmento tinha um tio paterno chamado Cristóvão José de Sampaio (em Parambos) bem como um outro tio paterno que foi juiz de fora na Chamusca[95].

António de Frias Sarmento era neto materno de António José de Almeida e de Rosa [Morais]. Estes deveriam ser talvez os pais do Padre Luís Manuel de Morais e Almeida, residente na Brunheda, o qual teve um filho Francisco José de Morais e Almeida (posteriormente legitimado), que casou em 1816 com Antónia Vitória Pereira de Sequeira Ferraz, de 25 anos, filha de Maria Teresa Pereira, viúva do Dr. André Nunes de Sequeira Ferraz, residente na Fontelonga. O Dr. Narciso José

---

90 ABADE DE BAÇAL - *Memórias arqueologico-históricas do Distrito de Bragança*, tomo VI, p. 435.

91 A.M.C.A., Actas, 1807-1815, fl. 101.

92 A.M.C.A., Actas, 1807-1815, fl. 25.

93 A.D.B., Cartório Notarial de Carrazeda de Ansiães cx. 14, lv. 89 (1814-1815), fl. 21v.

94 ABADE DE BAÇAL - *Memórias arqueologico-históricas do Distrito de Bragança*, tomo VI, p. 203-208.

95 ABADE DE BAÇAL - *Memórias arqueologico-históricas do Distrito de Bragança*, tomo VI, p. 435-436.

Pereira de Sequeira Ferraz, da Fontelonga e certamente bem conhecido do Dr. Luís António de Sampaio e Melo, era o curador judicial desta Antónia Vitória e veio a ser Presidente da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães no início da década de 1840[96].

Como se pode verificar, António de Frias Sarmento era um homem com importante ascendência. Foi também vereador da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães em 1857 e, no fim da vida, beneficiou do facto do seu tio paterno Luís Bernardo de Frias Sarmento (n. Parambos) lhe ter deixado os seus bens. Este último teve um filho natural, António Justino de Frias Sarmento[97], o qual pertenceu igualmente ao executivo da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães, em 1864[98].

António de Frias Sarmento tinha um irmão mais velho, Luís Maria de Frias Sarmento. Este último era o filho primogénito do Capitão-mor Francisco António Ferreira de Frias Morais Sarmento e de Maria Leonor de Morais e Almeida, residentes em Parambos. Em 1816, Luís Maria de Frias Sarmento estava a estudar em Coimbra.

Quando casou com Feliciana Augusta de Sampaio e Melo, António de Frias Sarmento era já abastado, mas a união das duas famílias veio reforçar ainda mais este aspecto. Os bens imóveis do casal espalhavam-se por numerosas aldeias do concelho de Carrazeda de Ansiães, como se verá. Infelizmente, não apurámos ainda onde casaram António de Frias Sarmento e Feliciana Augusta de Sampaio e Melo[99]. Sabemos, contudo, que o casal morou na Fontelonga, provavelmente na mesma casa que serviu de residência ao pai e ao avô de Feliciana Augusta de Sampaio e Melo, uma vez que a família de António de Frias Sarmento residia em Parambos (embora o seu pai também foi dado como residente na Fontelonga, em 1809, quando ali foi testemunha de um casamento, juntamente com Francisco José de Morais e Almeida, talvez seu cunhado[100]).

De qualquer modo, é certo que a actual Casa de Tralhariz pertencia a este casal António de Frias Sarmento e Feliciana Augusta de Sampaio e Melo, por herança do pai dela. Ocasionalmente, ambos deveriam deslocar-se a Tralhariz, onde possuíam várias terras e oliveiras. Aliás, em 1833, António de Frias Sarmento (dado como "*António Farias*") e Feliciana Augusta de Sampaio e Melo são dados como residentes na Fontelonga, mas foram padrinhos de baptismo de uma criança chamada

96 A.M.C.A., Actas, 1842-1854.

97 A.D.B., Cartório Notarial de Carrazeda de Ansiães cx. 15, lv. 96 (1816-1817), fls. 58v.-60.

98 A.M.C.A., Actas, 1861-1867, fl. 79.

99 Procurámos em vários anos, para a frente e para trás de 1826, quer na Fontelonga, quer no Castanheiro.

100 A.D.B., Fontelonga, Casamentos, 1803-1852, fl. 8v.

Feliciana, de Tralhariz[101]. Também alguns filhos deste casal, mesmo residindo na Fontelonga, foram padrinhos de baptismo em Tralhariz, como se verá.

Descendência de António de Frias Sarmento e Feliciana Augusta de Sampaio e Melo

António de Frias Sarmento e Feliciana Augusta de Sampaio e Melo tiveram quatro filhos:

1. Francisco António de Frias Sarmento (ou Francisco António de Frias Sampaio), nascido na Fontelonga por volta de 1826, que faleceu antes de 1875. Este deve ser Francisco António de Frias Morais Sarmento, que foi vereador da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães em 1854[102]. Em 23 de Agosto de 1849, Francisco António de Frias Sarmento casou com Maria da Glória de Morais Vasconcelos (também chamada Maria da Glória de Sousa Menezes), filha de António Pereira de Sousa Menezes e de Francisca Ramira de Morais Brandão (ou Ramira de Morais). Esta última, quando viúva (ainda Maria da Glória era menor), residia no Lugar de Alganhafres. Julião António de Sampaio e Melo, residente em Linhares, serviu de procurador da noiva. Estiveram presentes no casamento Miguel António de Soares Sampaio, solteiro, o Bacharel João Manuel de Castro Sousa Batorim (do Lugar de Ervedosa e residente na Fontelonga), o Pe. António José de Mesquita, António Luís de Morais, da Fontelonga, entre outros[103]. Pouco antes do casamento (em 18 de Julho de 1849) foi feita a respectiva escritura de dote. Francisco António de Frias Sarmento residia então na Fontelonga e tinha 23 anos. A noiva, Maria da Glória de Morais Vasconcelos, tinha apenas 15 anos, residindo em Alganhafres. Os pais do noivo doaram todos os seus bens nas Selores, e também em Alganhafres, na Lavandeira, na Beira Grande (incluindo muitas oliveiras) e no Seixo. A mãe da noiva dava-lhe somente a meação que lhe pertencia, reservando para si o direito de usufruto[104].

Francisco António de Frias Sarmento e Maria da Glória de Morais Vasconcelos tiveram dois filhos: Francisco de Frias Vasconcelos e Julião Augusto de Frias Sampaio e Melo (também dado como Julião Augusto de Frias Sampaio Sarmento), ambos a abordar.

---

[101] A.D.B., Castanheiro, Baptismos, 1825-1852, fl. 46.

[102] A.M.C.A., Actas, 1854-1860, fl. 1.

[103] A.D.B., Fontelonga, Casamentos, 1803-1852, fls. 54-54v.

[104] A.D.B., Tribunal da Comarca de Moncorvo, mç. 786, n.º 6118, inventário de menores (1875), apenso.

2. Cândido Albino de Frias Sampaio e Melo, nascido em 1835[105]. Não casou, mas teve filhas naturais, que se abordarão adiante.

3. Maria Teresa Augusta de Frias Sampaio e Melo, cujo ano de nascimento ainda não apurámos. Sabemos que faleceu em 23 de Outubro de 1900, tendo sido sepultada no Cemitério da Fontelonga, num jazigo construído em 1901 e que é tão só o mais importante do cemitério, executado pela oficina de Joaquim Maria da Silva, do Porto. Maria Teresa Augusta de Frias Sampaio e Melo casou com o Dr. João Baptista de Morais, da Samorinha, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra (onde estudou desde 1843 a 1848[106]), filho de Luís António de Morais e de Angélica da Veiga Martins, também da Samorinha[107]. O casamento foi em 1 de Setembro de 1852, na Fontelonga, sendo testemunhas o Padre João Frias e Manuel Inácio de Azevedo e Sousa[108]. Antes do casamento, foi feita a respectiva escritura de dote a Maria Teresa de Frias Sampaio e Melo (26 de Agosto de 1852). O pai do noivo doou-lhe o olival no Lugar de Coleja, casas e outros bens que ali possuía, mais todo o casal que tinha no Lugar da Beira Grande e mais todos os bens em Carrazeda, com pequenas excepções. Doou também todos os bens que tinha em Zedes, tudo no valor de 3.200$000, com a condição do doador, seu pai, desfrutar dos bens enquanto vivo. Aparentemente, a mãe do noivo tinha já falecido. Quanto aos pais da noiva, doaram-lhe umas "*casas nobres*" que estavam "*no cimo do Lugar da Fontelonga*", com todas as suas pertenças, quintal, pinheiros, souto e anexos, no valor de 2.400$000. Deram ainda uma propriedade chamada a Travessa, com casas, e outras terras, incluindo parte da Quinta da Alegria, que era de Julião António de Sampaio (e Melo) e de Flora Amália Miquelina de Sampaio e Melo, residentes em Linhares. Doaram igualmente todas as oliveiras junto à Quinta da Alegria, as quais foram herdadas de Manuel Joaquim Magalhães (de Linhares) e mais uma casa no Lugar de Linhares, ao pé da fonte, com quintal em frente, bem como outras terras em Linhares, algumas ainda indivisas com os tios maternos da noiva, Julião e Flora[109].

Em 1862, o Dr. João Baptista de Morais residia na Fontelonga, tendo sido então testemunha de um casamento, juntamente com um João António de Morais Sarmento, solteiro, da Fontelonga, cujo parentesco ainda não apurá-

[105] Procurámos entre cerca de 1833 a 1840, nas paróquias de Fontelonga, Castanheiro e Carrazeda, mas não encontrámos o seu assento de baptismo.

[106] A.U.C., Fichas de pesquisa de matrículas e de exames.

[107] A.D.B., Fontelonga, Baptismos, 1858-1864, s/fl.

[108] A.D.B., Fontelonga, Casamentos, 1803-1852, fl. final.

[109] A.D.B., Tribunal da Comarca de Moncorvo, mç. 786, n.º 6118, inventário de menores (1875), apenso.

mos[110]. Note-se que existiu um João Baptista de Morais que foi vereador da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães, em 1829[111]. Este João Baptista de Morais era morador em Tralhariz, em 1830, tendo sido o depositário dos bens sequestrados ao Pe. Manuel José da Mota, que foi vigário de Tralhariz[112]. Não deve ser o mesmo. O Dr. João Baptista de Morais não seria tão velho quando casou com Maria Teresa Augusta de Frias Sampaio e Melo. O Dr. João Baptista de Morais foi Administrador do Concelho de Carrazeda, tendo sido nomeado em 1860[113].

Maria Teresa de Frias Sampaio e Melo e o Dr. João Baptista de Morais tiveram geração: Flora Amélia de Morais Frias e André de Morais Frias Sampaio e Melo.

Relativamente a Flora Amélia de Morais Frias (natural da Fontelonga), casou no Castanheiro com o Dr. Manuel Maria Lopes Monteiro (engenheiro distrital, formado na Universidade de Coimbra, natural do Castanheiro, filho de Francisco Lopes Monteiro e de Joana Monteiro de Morais). Ali residiram e tiveram, pelo menos, três filhos: Luísa da Conceição (Castanheiro, 7 de Dezembro do 1886 – Castanheiro, 1 de Outubro de 1967[114]), Guilhermina Flora (nascida no Castanheiro a 21 de Fevereiro de 1891[115]) e Mercedes de Jesus (Castanheiro, 24 de Setembro de 1893 – Nogueiró, Braga, 28 de Novembro de 1965[116]). Também houve uma outra filha de Flora Amélia de Morais Frias, Hermengarda de Jesus Lopes Monteiro, que ficou tutora da sua irmã Mercedes em 1937, por esta ter sido dada como demente.

Quanto a André de Morais Frias Sampaio e Melo, nasceu na Fontelonga a 12 de Setembro de 1858[117] e faleceu num hotel do Porto em 26 de Abril de 1919. Concluiu o curso de Medicina no Porto, em 1882. Foi médico em Bragança. Viveu em Soutelo do Douro, onde casou. Escreveu um livro sobre diabetes[118]. Supostamente, era ele quem morava na casa dos Sampaio em Linhares (figura 9), na época em que faleceu. Aliás, deixou de ser médico para tratar das suas propriedades. Teve um filho, o Dr. Manuel António de Morais Frias, alegadamente nascido em Linhares a 19 de Janeiro de 1885 (não encontrámos o respectivo assento, tendo o mesmo sido procurado entre Janeiro e Maio desse ano). Este último formou-se na Escola

[110] A.D.B., Fontelonga, Casamentos, 1854-1887, fl. 18.
[111] A.M.C.A., Actas, 1829-1836, fl. 8.
[112] A.M.C.A., Actas, 1829-1836, fl. 26v.
[113] A.M.C.A., Actas, 1854-1860, fl. 185.
[114] A.D.B., Castanheiro, Baptismos, 1860-1887, fls. 280v.-281, n.º 58.
[115] A.D.B., Castanheiro, Baptismos, 1888-1892, fls. 42-42v., n.º 7.
[116] A.D.B., Castanheiro, Mistos, 1893-1894, fls. 10v.-11, n.º 26.
[117] A.D.B., Fontelonga, Baptismos, 1858-1864, s/fl.
[118] FONTE - *Dicionário dos mais ilustres transmontanos e alto-durienses*, vol. 1, p. 359.

Médico-Cirúrgica do Porto, em 1910, com especialidade em obstetrícia, e foi professor na Faculdade de Medicina do Porto, tendo escrito obras da especialidade e sido condecorado[119].

Existiu também uma Feliciana Amélia de Morais (Frias) Figueiredo Sampaio e Melo (também dada como Feliciana Amélia de Frias ou Feliciana de Morais Frias), natural da Fontelonga, que supomos fosse igualmente filha de Maria Teresa de Frias Sampaio e Melo e do Dr. João Baptista de Morais. Esta Feliciana Amélia de Morais Frias Figueiredo Sampaio e Melo casou com o Dr. António Augusto Cardoso de Figueiredo, de S. João da Pesqueira. Tiveram vários filhos. Um deles, chamado António Inácio de Figueiredo Sampaio e Melo, faleceu com 16 anos, em casa de seus pais na Fontelonga, em 10 de Abril de 1890, sendo solteiro, estudante e natural de S. João da Pesqueira[120]. Por causa desta morte, foi construído um jazigo de família no Cemitério da Fontelonga. Em 20 de Dezembro de 1894, Feliciana Amélia de Morais Frias Figueiredo Sampaio e Melo era já viúva do Dr. António Augusto Cardoso de Figueiredo, sendo moradora na Fontelonga. Nesse ano, a viúva requereu à Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães o pagamento dos ordenados ao marido recentemente falecido. De facto, o Dr. António Augusto Cardoso de Figueiredo foi facultativo municipal, sendo filho de António Inácio de Figueiredo e de Ana Joaquina Ferreira, que residiram em S. João da Pesqueira. O advogado da requerente era, tão só, Domingos de Frias Sampaio e Melo (seu primo). O Dr. António Augusto Cardoso de Figueiredo faleceu sem testamento e deixou filhos menores, tendo sido sepultado no Cemitério da Fontelonga, em 10 de Dezembro de 1894[121]. Supomos que um dos filhos que lhe sobreviveu foi Maria Isabel de Figueiredo Sampaio e Melo (solteira, em 1893), proprietária, moradora na Fontelonga, a qual foi madrinha de Mercedes de Jesus (filha de Flora Amélia de Morais Frias).

4. Maria Isabel de Frias Sampaio e Melo, nascida na Fontelonga em 1837. Em 22 de Setembro de 1860, sendo então solteira, Isabel de Sampaio foi - juntamente com o seu irmão Cândido - madrinha de uma criança de Tralhariz (filha de um ferreiro), morando então na Fontelonga[122]. Em 1 de Maio de 1864, tendo 27 anos, casou com o Dr. António Pinto da Cunha e Sousa, residente em S. Martinho do Arco de Baúlhe. António Pinto da Cunha e Sousa era natural de Moreira do Castelo e

[119] *Portugal económico, monumental e artístico*, vol. 2, p. 573 e FONTE - *Dicionário dos mais ilustres transmontanos e alto-durienses*, vol. 1, p. 255.

[120] Foi sepultado no cemitério local. A.D.B., Fontelonga, Óbitos, 1780-1890, fl. 195v., n.º 6.

[121] A.M.C.A., Requerimentos avulsos.

nasceu em 14 de Abril de 1819. Era filho do capitão João Pinto da Cunha e Sousa e de Miquelina Delfina de Melo Queiroz, da Quinta da Torre, freguesia de Moreira do Castelo. Era neto paterno do capitão António José Alves Coelho e Ana Maria Leite, da Quinta da Torre e neto materno de Vicente de Magalhães Queiroz e Maria Teodora Delfina de Melo Castelo Branco, da Rua do Arco (S. Martinho do Arco de Baúlhe, concelho de Cabeceiras)[123]. O Dr. António Pinto da Cunha e Sousa matriculou-se em Direito na Universidade de Coimbra em 1839, tendo obtido o grau de bacharel em 1843 (formatura em 1844)[124]. Foram testemunhas do casamento do Dr. António Pinto da Cunha e Sousa o seu tio Julião António de Sampaio e Melo, solteiro e proprietário em Linhares e o seu cunhado Dr. João Baptista de Morais, morador na Fontelonga[125].

A interessantíssima escritura de dote pelos esponsais foi feita em 1 de Fevereiro de 1864, na Fontelonga, onde moravam António de Frias Sarmento e Feliciana Augusta Sampaio e Melo (no documento referenciada como Feliciana Augusta Sampaio de Melo e Castro). Os pais da noiva doavam a Maria Isabel de Frias Sampaio e Melo, que com eles morava na Fontelonga, 9.400$000 em dinheiro e "*metade das cazas que têm em Tralhariz, onde costumão viver, sendo estas as que ficam do lado do nascente, para cuja divizão servirá a parede do centro da caza que vai do sul ao norte, livre de toda e qualquer servidão, rezervando para elles doantes* [António de Frias Sarmento e Feliciana Augusta Sampaio e Melo] *em quantos vivos forem, a entrada pelo páteo do lado do sul e o uzo na salla do oratorio no tocante ao culto divino, advertindo porém que tanto a entrada do páteo, digo, entrada pelo páteo e oratório se entende para os doantes e doados; as quaes cazas partem do lado do nascente com propriedade de Bernardo Correia Sepúlveda e do norte com cazas delles doantes, bem como o quintal superior às mesmas cazas que se compõem de hum chão pegado às ditas cazas, ficando elles doadores com o chão de cima, mas ágoa d'este a meias, sendo ella doada obrigada a dar-lhe não só passagem para o seu quintal de cima, como também o terreno do quintal de baixo desde os Pereiros até à parede de Bernardo Correia Sepúlveda para seu recio e passagem, advertindo porém que não só as árvores d'este terreno e do quintal que lhe doão que se compõem de fruteiras e oliveiras ficão pertencendo a ella doada com todos os seus pertences que confrontam*

---

[122] A.D.B., Castanheiro, Baptismos, 1860-1887, fl. 9v., n.º 22.

[123] Os seus padrinhos de baptismo foram o padre que o baptizou e seu tio António José Neves Pinto, professor régio de Gramática na vila de Freixieiro (do mesmo concelho) e sua avó materna. A.U.C., *Livro de certidões de idade*. II[a] série, 1834-1900.

[124] A.U.C., *Livro de certidões de idade*. II[a] série, 1834-1900 e Fichas de pesquisa de matrículas e de exames.

[125] A.D.B., Fontelonga, Casamentos, 1854-1887, fl. 20v.

do lado do (...) norte com quintal d'elles doantes, e do sul com o caminho que vai para as Fontainhas". O valor destas duas propriedades (metade das casas, com suas lojas e pertenças, e metade do quintal, tudo em Tralhariz) era de 1.200$000[126].

Esta descrição permite perceber que os terrenos a nascente da Casa de Tralhariz eram dos Sepúlveda da Casa de S. Jorge, em Favaios, sendo estes terrenos precisamente os que inicialmente pertenciam à Casa do Pátio – uma prova mais de que era esta família quem detinha a dita casa no século XVIII. A descrição dá também pistas interessantes sobre a Casa de Tralhariz, sendo evidente que, já na época, o interior da casa deveria ser muito semelhante à actualidade, em termos de divisões, sendo referido o oratório precisamente onde ele está, tomando a respectiva sala um carácter de recebimento comum para as duas alas da casa (cfr. figura 6).

Refira-se que o noivo – o Dr. António Pinto da Cunha e Sousa – é nesta escritura de dote mencionado como tendo 38 anos (e não 45 anos, como se lê no registo de casamento), tendo sido baptizado em Moreira do Castelo (Cabeceiras de Basto). Fez-se na altura representar pelo irmão, Luís Pinto da Cunha e Sousa. Ambos residiam em S. Martinho do Arco de Baúlhe e ali moravam na Rua do Arco. O noivo moraria nas casas da sua mãe, Miquelina Delfina de Melo (Queiroz), viúva de João Pinto da Cunha e Sousa. Foi nessas casas que o noivo fez a procuração ao seu irmão (em 1864), estando também presente Domingos de Magalhães Queiroz, proprietário na região do Arco de Baúlhe.

Maria Isabel de Frias Sampaio e Melo e o Dr. António Pinto da Cunha e Sousa faleceram ambos poucos anos depois de casarem (antes de 1875), deixando filhos menores, os quais abordaremos mais adiante.

A morte de António de Frias Sarmento

António de Frias Sarmento faleceu em 1875, seguramente um pouco antes de 16 de Novembro de 1875 - data de citação da viúva por parte de um juiz, para ser feito inventário de menores, embora o seu registo de óbito aponte somente para 26 de Agosto de 1876[127]. António de Frias Sarmento faleceu com cerca de 80 anos, em Tralhariz, onde morava, sendo então dado como proprietário.

Após a morte de António de Frias Sarmento, foi pedido inventário de menores por parte da viúva, que era dada como da Fontelonga, mas a morar em Tralhariz. Entretanto, Feliciana Augusta de Sampaio e Melo faleceria cerca de quatro anos

[126] A.D.B., Tribunal da Comarca de Moncorvo, mç. 786, n.º 6118, inventário de menores (1875), apenso.
[127] A.D.B., Castanheiro, Óbitos, 1868-1892, fl. 31v., n.º 10.

depois (em 1879), sendo na altura feito um novo inventário, desta feita orfanológico e pedido pelo filho Cândido Albino de Frias Sampaio e Melo. Feliciana Augusta de Sampaio e Melo residia no Lugar de Tralhariz quando faleceu, assim como o seu filho Cândido, que era ali proprietário.

Dos quatro filhos de António de Frias Sarmento e de Feliciana Augusta de Sampaio e Melo, foi Cândido Albino de Frias Sampaio e Melo quem mais esteve ligado à Casa de Tralhariz. Cândido Albino de Frias Sampaio e Melo morava na Fontelonga, em 26 de Fevereiro de 1860, sendo solteiro. Foi então padrinho (juntamente com a sua mãe, que também morava na Fontelonga) do filho de um jornaleiro do Castanheiro[128]. Cândido Albino de Frias Sampaio e Melo terá passado a morar em Tralhariz pouco tempo depois: em 9 de Março de 1861, Cândido de Frias foi padrinho (juntamente com a sua mãe, que também é dada a morar em Tralhariz) do filho de um lavrador de Tralhariz[129]. Foi também padrinho em 5 de Março de 1862 (juntamente com a sua irmã Maria Isabel de Frias Sampaio e Melo) de uma criança filha de jornaleiros. Ambos os irmãos são dados como moradores em Tralhariz[130]. De qualquer modo, a residência principal da família era a da Fontelonga, como se pode ver através da análise dos livros da contribuição municipal que chegaram até nós.

Assim, em 1855, António de Frias Sarmento surge referenciado com domicílio na Fontelonga, com uma contribuição predial (décima predial) de 61$571[131], valor bastante elevado. No ano seguinte, baixa a sua contribuição para 59$378[132]. Um ano depois, a situação de domicílio fiscal na Fontelonga mantém-se, mas a contribuição baixa para 50$380[133]. Ainda assim, António de Frias Sarmento é, nesse ano, seguramente, um dos dez maiores contribuintes domiciliados no concelho de Carrazeda de Ansiães. Basta ver que o Dr. João Baptista de Morais, seu genro, também morador na Fontelonga e recentemente casado, pagava em 1857 de contribuição 7$340[134].

Em 1862, a contribuição de António de Frias Sarmento era já de 78$510[135]. Curiosamente, em 1866, a contribuição surge repartida entre António de Frias Sarmento (37$270) e Feliciana Augusta de Sampaio e Melo (24$510), ambos domiciliados na Fontelonga[136]. Porque surgem separadas as verbas, quando estas lis-

[128] A.D.B., Castanheiro, Baptismos, 1860-1887, fls. 3v.-4, n.º 6.
[129] A.D.B., Castanheiro, Baptismos, 1860-1887, fl. 16v., n.º 6.
[130] A.D.B., Castanheiro, Baptismos, 1860-1887, fl. 24, n.º 3.
[131] A.M.C.A., Contribuição municipal, 1855-56, n.º 123.
[132] A.M.C.A., Contribuição municipal, 1856-57, n.º 7.
[133] A.M.C.A., Contribuição municipal, 1857-58, n.º 8.
[134] A.M.C.A., Contribuição municipal, 1856-57, n.º 52.
[135] A.M.C.A., Contribuição municipal, 1862-63, n.º 134.
[136] A.M.C.A., Contribuição municipal, 1866, fl. 3, n.º 131, 132.

tas de contribuição municipal registam quase sempre apenas nomes de cidadãos do sexo masculino, simultaneamente chefes de família? Em 1869, surge mesmo a curiosa referência *"António de Frias ou sua Senhora D. Feliciana de Sampaio e Melo"*, totalizando 31$088, sendo 30$865 de contribuição predial, $223 de contribuição pessoal e nada de contribuição industrial. António de Frias Sarmento surge nesse ano também numa verba à parte com 46$091, que se dividiam por 44$350 de contribuição predial e 1$471 de contribuição pessoal[137].

Tanto António de Frias Sarmento como a sua mulher estão ainda domiciliados na Fontelonga em 1869, contrariando um pouco os dados que já adiantámos atrás. Efectivamente, a Casa de Tralhariz era então a sua segunda casa. Mesmo assim, deveriam passar lá longas temporadas. Se, em 1873, António de Frias Sarmento não é referenciado ainda em Tralhariz em termos fiscais, Feliciana Augusta de Sampaio e Melo, com 29$200, passa a estar referenciada à parte para a freguesia do Castanheiro onde, aliás, era a maior contribuinte desse ano[138]. Curiosamente, a fortuna da família volta a aparecer repartida, mesmo a que estava sediada em Tralhariz. Em 1873 surge também Maria Isabel de Frias como cabeça de família em *"Tralhariz/Cabeceiras de Basto"*, com 20$590[139]. Note-se que esta referência a uma pessoa com duas residências é muito rara neste tipo de fonte. Maria Isabel de Frias ficou realmente com parte da Casa de Tralhariz, mas residia em Cabeceiras, pelo que deveria pagar contribuição nos dois concelhos (ou então era o marido quem pagaria em Cabeceiras).

Esta dispersão dos valores de contribuição e sua crescente domiciliação em Tralhariz justifica-se sobretudo pelo facto de, a partir do início da década de 1870, António de Frias Sarmento e sua mulher terem começado a doar partes dos seus bens, passando a maior parte do tempo na Casa de Tralhariz. Existe uma escritura de doação feita em 5 de Setembro de 1870, em Tralhariz, onde morava já António de Frias Sarmento e sua mulher. Doaram então a Francisco António de Frias Sarmento tudo o que tinham em Zedes, bens esses que vieram da herança do tio de António de Frias Sarmento, Luís Bernardo de Frias Sarmento (de Parambos). O usufruto desses bens tinha sido do filho natural de Luís Bernardo de Frias Sarmento, António Justino de Frias Sarmento, do Lugar de Areias, mas este tinha já falecido[140].

---

[137] A.M.C.A., Contribuição municipal, 1869-70, n.º 128-129.

[138] A.M.C.A., Contribuição municipal, 1873-74, n.º 86.

[139] A.M.C.A., Contribuição municipal, 1873-74, n.º 211.

[140] Por morte deste Luís Bernardo de Frias Sarmento fez-se inventário, onde se descrevem todos os bens, mas não o localizámos.

Em 19 de abril de 1872, nas casas de António de Frias Sarmento em Tralhariz, foi feita uma escritura de doação por parte de António de Frias Sarmento, que ali residia, estando então doente, numa cama. Alegadamente, porque gostava muito do filho Cândido Albino Frias de Sampaio, que lhe fazia companhia e que, com zelo, tinha "*administrado e augmentado a sua casa*", doava-lhe seis contos de réis quando morresse, para além das partes iguais da herança que teria com seus irmãos. Foram testemunhas desta doação o Dr. António Inácio Vieira de Sousa Lemos(?), das Selores, casado e proprietário; José Pereira Pinto da Nóbrega, casado e proprietário, de Tralhariz; Manuel Tavares, casado e proprietário, de Tralhariz; João Magalhães, casado e proprietário, de Tralhariz; e António da Costa Pereira, casado e proprietário, de Tralhariz[141]. A expressão "*administrado e augmentado a sua casa*" entendemo-la aqui num sentido lato e não especificamente referente à Casa de Tralhariz.

Julgamos que, a partir do início da década de 1870, António de Frias Sarmento, sua mulher Feliciana Augusta de Sampaio e Melo e seu filho Cândido passaram a residir quase permanentemente na Casa de Tralhariz. Entretanto, António de Frias Sarmento morre. Em 1879, ano em que morre Feliciana Augusta de Sampaio e Melo, esta senhora aparece referenciada para a contribuição municipal como domiciliada em Tralhariz, com uma contribuição de 50$525[142]. Ainda assim, esta verba não deveria corresponder a toda a fortuna da família. Aquando da morte de António de Frias Sarmento, muitos bens foram distribuídos. Em 1881, a lista para a contribuição municipal apresenta Feliciana Augusta de Sampaio e Melo em Tralhariz, com uma contribuição de 52$360, isto apesar de ser já falecida, pelo que tal valor deve corresponder à herança, ainda não repartida. No mesmo ano, também em Tralhariz, surge o seu filho Cândido Albino de Frias Sampaio e Melo com 41$865 de contribuição[143]. Em 1884, Cândido de Frias tem já a posse da sua parte na herança e a sua fortuna engrandece consideravelmente, apresentando um total contributivo de 102$084, sendo 79$499 de contribuição predial, 17$300 de contribuição industrial (talvez de um lagar) e 5$285 de rendas de casa e sumptuária. Porém, esta verba foi diminuída *a posteriori*, sobretudo devido à filoxera desse ano[144]. Adiante veremos que posição ocupou Cândido Albino de Frias Sampaio e Melo em termos de declaração de riqueza, nos anos seguintes.

---

[141] A.D.B., Tribunal da Comarca de Moncorvo, mç. 786, n.º 6118, inventário de menores (1875), apenso.
[142] A.M.C.A., Contribuição municipal, 1879, n.º 82.
[143] A.M.C.A., Contribuição municipal, 1881, n.º 70 e 81.
[144] A.M.C.A., Contribuição municipal, 1884, fl. 20.

Análise dos inventários de bens de António de Frias Sarmento e de Feliciana Augusta de Sampaio e Melo

O primeiro inventário dos bens de António de Frias Sarmento e de Feliciana Augusta de Sampaio e Melo, feito em 1875, revela uma fortuna imensa, sobretudo tendo em conta que a mesma era de carácter eminentemente rural. Temos de nos lembrar, ainda assim, que os quatro filhos do casal estavam já de posse de outros bens de raiz, bem como beneficiaram do facto de terem casado com gente também de posses e prestígio.

Assim, o primeiro inventário começa por enumerar bens no limite de Redevides (julgado de Alfândega da Fé), que foram do pai de António de Frias Sarmento[145]. São inúmeras verbas, incluindo a n.º 41: "*as casas de viver, casarão* [ou seja uma cabana] *e dous cortelhos, que partem de todos os lados com serventias públicas*". Esta não era senão uma casa pobre, pois só valia 60$000[146]. No mesmo termo incluía-se também metade de um lagar, terras, um pombal, inúmeras oliveiras e também "*a capella velha, com sua terra e dous olivais*", a qual partia do nascente com o Salgueiro, do poente com o ribeiro, de norte com caminho e de sul com o Vasconcelos (valia 65$000)[147].

Nas Areias, tinham várias oliveiras e terras, incluindo a Cortinha do Pinto, que tinha árvores, horta e casa (no valor de 1.200$000). Estes bens não constam do 2º inventário, pelo que terão sido distribuídos por um ou mais filhos, ou alienados.

No Lugar do Pinhal, possuíam várias oliveiras e algumas terras, as quais aparecem ainda no segundo inventário.

Na Brunheda, possuíam terras, oliveiras, umas casas de viver e um lagar. O lagar valia 120$000, mas o valor subiu para 250$000 no segundo inventário, pelo que terá sido muito beneficiado. Estes bens constam também do segundo inventário, excepto um olival no sítio do Sobreiro, cujo produto era do co-herdeiro Francisco António de Frias Sarmento (valia 407$500).

Na freguesia do Seixo, em Coleja, são enumerados também bens de raiz, nem todos incluídos em segundo inventário. Eram terrenos, olivais, etc. Um dos bens era uma vinha com seus lagares, toneis e mouta.

No limite da Beira Grande, António de Frias Sarmento e Feliciana Augusta de Sampaio e Melo também tinham um grande olival, desde o sítio do Lugar do Fraga

[145] A.D.B., Tribunal da Comarca de Moncorvo, mç. 786, n.º 6118, inventário de menores (1875), fls. 37v.-45.

[146] A.D.B., Tribunal da Comarca de Moncorvo, mç. 786, n.º 6118, inventário de menores (1875), fl. 185.

[147] A.D.B., Tribunal da Comarca de Moncorvo, mç. 786, n.º 6118, inventário de menores (1875), fl. 185.

até à quinta da viúva de João Moutinho da Veiga, partindo de todos os lados com a dita quinta. O seu valor ascendia a 2.400$000.

Os bens na Fontelonga eram casas de viver com três quintais e palheiros que pegavam, bem como quinteiro, partindo do norte com Francisco Ferraz e Maria Teixeira e dos restantes lados com a rua e caminho. O seu valor era de 2.000$000, o qual baixou para 1.500$000 no segundo inventário, indício de que a casa ficou talvez desabitada e deteriorou-se. Existiam também mais dois palheiros ao poente da casa, que valiam 120$000. Ainda na Fontelonga, a verba n.º 528 estava na posse da herdeira Maria Teresa de Frias Sampaio e Melo: umas casas *"do Silva"* e palheiro (150$000). Também ali existiam bens na posse de Francisco António de Frias Sarmento, que ele vendeu e que deviam ficar perto das casas principais da família na Fontelonga. Eram várias terras, incluindo o Rabaçal e horta e vários lameiros valiosos (um deles na posse da irmã, Maria Teresa).

O inventário refere também bens em Carrazeda, mas na posse dos herdeiros de Francisco António de Frias Sarmento.

Os bens dados em dote por António de Frias Sarmento, e sua mulher, a Maria Teresa Augusta de Frias, para esta casar com o Dr. João Baptista de Morais, também são incluídos no inventário[148]. Tratava-se de uma morada de casas com seu forno, quinteiro e palheiros defronte, e quintal, na Fontelonga, partindo de todos os lados com ruas e caminhos. Valia 1.800$000 aquando do dote. Porém, foram acrescentados depois mais 200$000, dadas as benfeitorias feitas pelos dotados. Supomos, pois, que o casal devia lá morar. Referem-se também umas terras nas Travessas (Fontelonga), que valiam 910$000 à época da escritura de dote, mas tendo-lhe sido adicionados mais 200$000 de benfeitorias. Enumeram-se mais uns montes e umas casas em Linhares, no sítio do Santo, com quintal (valor de 180$000). Também se refere uma quinta no sítio da Alegria, limite de Linhares, com vinha e olival, e uma quinta parte das casas (da quinta, supomos), dos seus lagares e dos armazéns. Este item partia de nascente com Carlos Augusto (Sampaio) e de poente com propriedade que foi de Flora Amália de Sampaio, ambos irmãos de Feliciana Augusta de Sampaio e Melo. Partia do norte com o pendão que foi de Julião de Sampaio (também irmão de Feliciana Augusta de Sampaio e Melo) e de sul com o Douro. O valor deste item era de 1.800$000 aquando da escritura de dote. Porém, com as benfeitorias feitas, o valor subiu, em pouco mais de vinte anos, para os quatro contos de réis. Também tinha sido doado em dote todo o móvel existente

[148] A.D.B., Tribunal da Comarca de Moncorvo, mç. 786, n.º 6118, inventário de menores (1875), fl. 149v.

na casa da Fontelonga, onde Maria Teresa Augusta de Frias morava com o Dr. João Baptista de Morais, o qual valia 600$000.

Os bens em posse da co-herdeira Maria Isabel de Frias Sampaio também foram enumerados neste primeiro inventário, sendo a metade das casas de viver no Lugar de Tralhariz, que partiam de nascente com o quintal do Visconde de S. Jorge (Visconde de Ervedosa), do norte com o mesmo, do poente com bens do casal e de sul com o caminho. O valor era de 1.000$000. Maria Isabel Frias Sampaio teve também de dote 7.834$843 em bens. O móvel existente na sua parte da Casa de Tralhariz valia 1.000$000.

Sob o n.º 195, estão também descritos outros bens que não surgem no segundo inventário, porque estavam na posse dos representantes da co-herdeira Maria Isabel de Frias Sampaio (porque esta era já falecida), ficando os mesmos nos limites do Amedo, Parambos, Misquel e Castanheiro. Também vêm incluídos bens que estavam na posse dos herdeiros do co-herdeiro Francisco António de Frias Sarmento, em Marzagão. O valor total destes bens era de 17.087$670, sendo que 8.125$770 estavam na posse de Feliciana Augusta de Sampaio e Melo e o restante na posse dos herdeiros.

Em apenso a este primeiro inventário, existe uma declaração dos filhos de Maria Isabel Frias Sampaio, feita pelo tutor Domingos de Magalhães Queiroz, em que dizia ter em seu poder 5.900$000 do dote, acrescidos de várias verbas que eram do Dr. António Pinto da Cunha e Sousa[149]. Há também apenso ao inventário um documento de Maria Isabel de Frias Sampaio, de 15 de Abril de 1871, em que ela assina em Moreira (Cabeceiras). Num outro, de 13 de Janeiro de 1872, Maria Isabel de Frias Sampaio assina já no Arco de Baúlhe. Num outro documento ainda, de Junho de 1872, Maria Isabel de Frias Sampaio assina em Tralhariz (declaração de recebimento de umas libras pelo seu dote)[150]. Possivelmente, Maria Isabel de Frias Sampaio passou os últimos tempos de vida na Casa de Tralhariz, na parte que lhe pertencia por dote. Não terá, no entanto falecido na Paróquia do Castanheiro, pois viu-se todo o respectivo livro de óbitos e nada foi encontrado.

Em Tralhariz, este primeiro inventário por morte de António de Frias Sarmento enumera os seguintes bens, praticamente os mesmos que se descreverão no inventário pela morte de Feliciana Augusta de Sampaio e Melo, em 1879:

O n.º 75 do inventário (n.º 1 no inventário de 1879) era a vinha e olival na Carvoeira, valendo 118$000. Porém, existiam outros bens mais valiosos, como uma vinha e olival no Capelão, a qual valia 2.213$500, partindo esta de sul e poente

[149] Uma delas era de 1866.

[150] A.D.B., Tribunal da Comarca de Moncorvo, mç. 786, n.º 6118, inventário de menores (1875), fl. 166.

com Alexandre Pinto Cardoso, de norte e nascente com caminho público. O casal António de Frias Sarmento e Feliciana Augusta de Sampaio e Melo também possuíam em Tralhariz um monte na Gricha (que valia 715$900), um mortório no Rixão, com vinha e olival (que valia 812$000), muitas oliveiras, uma horta às Fontainhas (500$000) e um tapadinho com seu Olival, ao S. Francisco (40$000). Mas existiam ainda mais bens em Tralhariz, como o n.º 160, que era um lagar de azeite, partindo do sul e poente com caminho, do norte e nascente com bens do casal. Por outro lado, não podemos negligenciar a metade das casas de viver (verba n.º 161), quinteiro e todos os palheiros que pegavam, bem como metade do quintal, partindo do norte com Maria Isabel de Frias Sampaio, do nascente com a mesma e do poente e sul com o caminho. Tudo isto foi então louvado em 1.600$000. Porém, no segundo inventário (o de 1879) foi avaliado em 1.200$000, segundo foi escrito à margem, indício de que a Casa de Tralhariz não sofreu beneficiações em meados da década de 1870, muito pelo contrário. Curiosamente, o lagar da família em Tralhariz foi avaliado em 250$000, mas em segundo inventário passou para 260$000.

O casal António de Frias Sarmento e Feliciana Augusta de Sampaio e Melo possuíam também em Tralhariz uma casa (verba n.º 191) que valia somente 10$000 (no segundo inventário valia 12$000), a qual partia do nascente e norte com Maria Isabel de Frias Sampaio e de poente e sul com o caminho. Seria a antiga casa do caseiro? Não podemos também esquecer a verba n.º 194 de Tralhariz: uma quinta na "*ribeira e da viscondessa com seu olival, pomar casas e hortas regadas e cimos com as oliveiras*" que estavam em terras de João de Sousa e de Manuel Filipe e António Botelho, cuja quinta estava na posse do co-herdeiro Cândido Albino de Frias de Sampaio e Melo. Partia do nascente e sul com caminho. Partia do norte com João Magalhães, Manuel Filipe e António Botelho. Partia do poente com o Rio Tua. A quinta foi avaliada em 5.534$000. Esta quinta não aparece no segundo inventário, tendo certamente sido mantida na posse de Cândido Albino de Frias de Sampaio e Melo, até porque se manteve unida aos bens da Casa de Tralhariz durante as décadas seguintes.

O valor total deste primeiro inventário ascendia a 66.582$038, sendo os bens de raiz 56.335$895, o móvel e o dinheiro 9.434$843, o semovente 346$240, e as dívidas activas 465$060. Para se ter uma ideia do valor desta fortuna, refira-se que uma normal casa urbana no Porto valia então, em média, cerca de 3.000$000.

A morte de Feliciana Augusta de Sampaio e Melo

Aquando da morte de Feliciana Augusta de Sampaio e Melo, como já se disse, foi feito novo inventário. Os herdeiros eram:

- Cândido Albino de Frias Sampaio e Melo.
- Maria Teresa de Frias Sampaio e Melo, casada com o Dr. João Baptista de Morais, moradores na Fontelonga.
- Francisco António de Frias Sarmento, já falecido no estado de viuvez, sendo herdeiros os seus filhos: 1 - Francisco de Frias Vasconcelos, proprietário, casado com Carolina da Mesquita Pimentel (já sendo com ela casado pelo menos em 1875), moradores nas Selores. Esta Carolina era também conhecida por Carolina da Mesquita Menezes, ou Carolina de Morais – era assim que assinava; 2 - Julião Augusto de Frias Sampaio e Melo, também dado como Julião Augusto de Frias Sampaio Sarmento, solteiro, maior, morador em Alganhafres. Em 1875, no entanto, morava em Lisboa, na Rua dos Douradores, embora também lhe seja referenciada a morada na Rua da Padaria, n.º 25 (freguesia da Sé)[151].
- Maria Isabel de Frias Sampaio e Melo, falecida em viuvez (do Dr. António Pinto da Cunha e Sousa) e representada pelos seus quatro filhos: António Pinto de Frias Sampaio e Melo, de 13 anos; Feliciana Pinto de Sampaio, de 11 anos (que residia no Convento das Chagas, em Lamego); Cândido Pinto de Frias Sampaio e Melo, de 9 anos e Domingos Pinto de Frias Sampaio e Melo, com 7 anos. O António, o Cândido e o Domingos residiam então no Colégio de S. Carlos, no Porto, mas tinham casa e bens no Arco de Baúlhe[152]. O tutor destes menores era José Teixeira da Cunha, de Vila Nune – Cabeceiras. Foram estes menores que ficaram com a herança da parte nascente da Casa de Tralhariz e o respectivo quintal (referido na escritura de dote da sua mãe), bem como com o dinheiro do dote (9.400$000). Note-se que Domingos (Pinto) de Frias Sampaio e Melo, nascido em 5 de Agosto de 1870, irá ser amplamente abordado adiante.

Comecemos pelos bens móveis que Feliciana Augusta de Sampaio e Melo possuíra em Tralhariz. A lista, de 22 de Outubro de 1879, é exaustiva. Contudo, uma vez que praticamente tudo já não existe hoje na casa, iremos apenas referenciar de forma resumida, apontando algumas peças mais curiosas:

- camas, cómodas, castiçais, louça, tabuleiro de charão, lavatório com pedra mármore, peniqueira de pedra mármore, secretária de madeira, copos, cadeiras, galheteiro, cálices, bule, seis talheres com pé de chifre de veado, vários

[151] A.D.B., Tribunal da Comarca de Moncorvo, mç. 786, n.º 6118, inventário de menores (1875), fl. 17.
[152] Foi feito inventário pelo falecimento dos seus pais, em Cabeceiras, o qual – por razões óbvias – não se deve encontrar em arquivos do Distrito de Bragança.

outros talheres, um canapé estofado de seda, inúmeros utensílios de cozinha e roupas, tachos, toneis (um com a medição de quatro pipas, outro de cinco pipas, outro de seis, outro de dez e outro de catorze pipas), quatro caixas para azeite (que levavam cada uma 800 litros) e uma caixa de 1.200 litros, uma cabeça de alambique, colchas, cobertores, enxergões, *"uma toalha de renda para altar"*, lençóis, toalhas, travesseiros, *"uma toalha com folhos para altar"*, *"um aparamento de damasco branco"*, *"uma alva de linho"*, *"uma toalha do oratório"*, um *"cavalo das cargas"*, uma cabra e dois porcos de ceva[153].

Relativamente aos bens imóveis em Tralhariz, temos:

- uma vinha com olival no sítio da Carvoeira, partindo do sul com caminho público, do norte com José Pinto e do poente com António Matias;
- uma vinha com olival no Capelão;
- oliveiras em vários terrenos;
- um monte com olival na Gricha;
- um monte e horta no Rexão de Cima;
- vinha, olival e casas no Rexão, partindo do nascente com caminho, de norte com ribeiro e de sul com Manuel Raimundo;
- vinha com olival à Campezina (partindo de sul com ribeiro);
- monte dos Fieitos, partindo de norte com ribeiro;
- vinha com olival ao Zambalhau;
- oliveiras na Rapadoura, no Picoto da Lia(?);
- inúmeras oliveiras em terrenos de outras pessoas, nomeadamente de Manuel Filipe, Manuel Samões, etc.;
- um olival e terra nas Colmeias, partindo do sul com ribeiro;
- uma horta e moita com árvores, às Fontainhas;
- uma tapadinha com olival *"ao S. Francisco"*, partindo de norte com caminho;
- inúmeras oliveiras nas Cavedas, em terras de vários proprietários;
- o domínio directo de um prazo de que era enfiteuta Manuel Benigno, do Fiolhal (pagando de foro 15 litros de pão), confrontando do poente e sul com terra do casal;
- o domínio directo de dois outros prazos, que pagavam também 15 litros de pão como foro, cada um;
- o domínio directo de dois outros prazos, cada qual a render 30 litros de pão e uma galinha;

[153] A.D.B., Tribunal da Comarca de Moncorvo, mç. 786, n.º 6118, inventário orfanológico (1880), fls. 77-80v.

- o domínio directo de outro prazo, cujo enfiteuta era José Samões, de Tralhariz, pagando 75 litros de pão e uma galinha;
- o lagar de azeite em Tralhariz (que valia 260$000), partindo do sul com caminho, do norte e nascente com bens do casal;
- "*metade das casas de viver, quinteiro e todos os palheiros, que pegam, e metade do quintal*", com o valor de 1.200$000, partindo de norte e nascente com herdeiros de Maria Isabel de Frias Sampaio e de sul e poente com o caminho;
- mais oliveiras (são inumeráveis) em terras do limite de Tralhariz, sendo uma delas no quintal dos herdeiros de Maria Isabel de Frias Sampaio.
- uma casa que só valia 12$000 e que partia do nascente e norte com herdeiros de Maria Isabel de Frias Sampaio, de poente e sul com caminho.

Refira-se que, pelas confrontações descritas, o lagar de azeite da família deveria situar-se precisamente onde ainda hoje se situa, algo que é perfeitamente plausível. Por um lado, sabemos que o lagar actual implicou a ocupação e reformulação de uma edificação mais antiga, da qual ainda se vêem vestígios (figura 10). Por outro lado, não só o lagar surge no inventário conjuntamente com a casa, como também seria lógico que estivesse próximo dela.

Relativamente aos bens que Feliciana Augusta de Sampaio e Melo possuíra fora de Tralhariz, iremos fazer uma relação muito sucinta, pois quase todos foram descritos já no inventário de 1875:

- Bens no limite do Pinhal – são inumeráveis.
- Bens no limite da Brunheda – são também muitíssimos, incluindo casas de viver, lagar e mais duas casas.



Fig. 10

- Bens móveis existentes na casa da Fontelonga – móveis, panelas, relógio de parede, duas camas e pouco mais. Esta casa estaria, na altura, algo despojada. Certamente que os bens móveis foram sendo transferidos para a Casa de Tralhariz.
- Outros bens no limite da Fontelonga, nomeadamente casas de viver com três quintais, palheiros e quinteiro, partindo de

norte com Francisco Ferraz e Maria Teixeira e dos outros lados com a rua. Mais dois palheiros anexos, bem como a Cortinha da Eira, várias terras, cortinhas e muitos lameiros.
- Bens nos limites do Seixo e Coleja – terras e muitas oliveiras, bem como umas casas em Coleja, que partiam de todos os lados com ruas públicas.
- Bens nos limites das Selores – uma terra e o domínio de um prazo.
- Bens nos limites de Marzagão – uma terra e um souto.

Perfil de Cândido Albino de Frias Sampaio e Melo

Depois do inventário feito em 1879, foram partidos os montes e distribuiu-se a riqueza que pertencera a Feliciana Augusta de Sampaio e Melo. Cândido Albino de Frias Sampaio e Melo ficou com a Casa de Tralhariz, não sabemos ainda se por inteiro.

Cândido Albino de Frias Sampaio e Melo mandou erigir um mausoléu para sua mãe no Cemitério do Castanheiro, o qual data de 1882 e foi executado no Porto pela oficina de José Amatucci[154]. Trata-se do mais imponente mausoléu do cemitério, e o menos regional de todos, denotando em Cândido Albino de Frias Sampaio e Melo uma vontade em se diferenciar dos conterrâneos, através de um monumento funerário ao nível do que era então feito nos cemitérios do Porto. Trata-se de um dos mais cosmopolitas monumento sepulcrais dos cemitérios da região de Ansiães, marcante mesmo pela utilização exclusiva do lioz, algo que em vários cemitérios da região pura e simplesmente não existe.

Apesar de nunca ter casado, que se saiba, Cândido Albino de Frias Sampaio e Melo teve três filhas naturais de sua criada Júlia Fernandes Ranhados, nascida em Parambos em 1860[155]. Júlia Fernandes Ranhados era filha de Jerónimo Fernandes (ou de Manuel Jerónimo, segundo o registo de baptismo da sua filha Maria Teresa, em 1887) e de Maria Joaquina Ranhados (também dada como Maria da Costa, segundo o registo de baptismo da sua filha Isabel). Pelas datas de nascimento das

---

[154] Sobre José Amatucci, veja-se QUEIROZ, José Francisco Ferreira - *Os Cemitérios do Porto e a arte funerária oitocentista em Portugal. Consolidação da vivência romântica na perpetuação da memória.* Tese de Doutoramento em História da Arte, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2003, tomo I, vol. 2.

[155] Esta informação devemo-la à Dra. Fernanda Natália Pereira, a quem agradecemos. Contudo, da década de 1860 para a frente não consta nenhuma Júlia nascida em Parambos, no livro de baptismos da respectiva paróquia de 1860-1891.

filhas, supomos que esta criada servisse na Casa de Tralhariz, onde Cândido Frias vivia certamente em permanência, após a morte dos seus pais. As filhas eram:

- Isabel Fernandes Frias, nascida em Parambos a 16 de Maio de 1885, sendo então dada como filha natural de Júlia Ranhados, criada de servir moradora no Castanheiro[156].
- Maria Teresa, nascida em 18 de Fevereiro de 1887[157]. A mãe era dada como criada de servir em Tralhariz. O padrinho foi Joaquim Tomé, então solteiro e proprietário. Esta criança deve ter falecido ainda bebé e seria também filha natural de Cândido Albino de Frias Sampaio e Melo, sendo no registo dada apenas como filha natural de Júlia Fernandes.
- Maria Teresa Fernandes Frias, nascida a 5 de Julho de 1889, dada então a mãe como moradora no Castanheiro. Foram padrinhos Joaquim Tomé e Isabel Maria de Frias, solteiros e proprietários[158].

O casamento das filhas de Cândido Albino de Frias Sampaio e Melo

Talvez para garantir o futuro das suas filhas e impedir a dispersão da sua fortuna, Cândido Albino de Frias Sampaio e Melo tê-las-á legitimado (não apurámos quando) e fê-las casar com dois homens importantes da região:

- Isabel Fernandes Frias casou em 1904 com o Dr. Domingos (Pinto) de Frias Sampaio e Melo, seu primo, já referido e a abordar novamente mais adiante.
- Maria Teresa Fernandes Frias casou em 1909 com Francisco Monteiro Filipe, nascido em 30 de Junho de 1880[159].

Francisco Monteiro Filipe era filho de Francisco Filipe da Veiga, proprietário (n. Castedo - Alijó) e de Maria da Luz Morais Monteiro de Sampaio (n. Castanheiro), que casaram no Castanheiro e ali moraram, tendo tido vários outros filhos:

- José António, nascido a 23 de Outubro de 1876, falecido em Lisboa a 3 de Setembro de 1962[160].
- Ermelinda, nascida em 17 de Março de 1878[161].

[156] A.D.B., Parambos, Baptismos, 1860-1891, fl. 156v., n.º 19.
[157] A.D.B., Castanheiro, Baptismos, 1860-1887, fls. 283, n.º 9.
[158] A.D.B., Castanheiro, Baptismos, 1888-1892, fl. 21, n.º 20.
[159] A.D.B., Castanheiro, Baptismos, 1860-1887, fl. 176v., n.º 13.
[160] A.D.B., Castanheiro, Baptismos, 1860-1887, fls. 160v.-161, n.º 24.
[161] A.D.B., Castanheiro, Baptismos, 1860-1887, fls. 173-173v., n.º 5.

- Gonçalo, nascido em 7 de Setembro de 1881, sendo em 1901 estudante e morador no Castanheiro[162].
- Ana Joaquina, nascida em 8 de Fevereiro de 1883[163].
- Joaquim, que nasceu a 11 de Julho de 1885, tendo sido seu padrinho, como procurador, António Monteiro Filipe, solteiro e estudante. Joaquim faleceu em Lisboa a 9 de Abril de 1972[164].
- Adelaide Umbelina, nascida em 7 de Dezembro de 1890, faleceu no Castanheiro a 9 de Junho de 1975[165].
- Maria da Graça, que nasceu a 22 de Maio de 1893 e faleceu no Castanheiro em 20 de Março de 1949[166].

Todos estes filhos eram netos paternos de António Fernandes Filipe e de Ana Pinto da Veiga. Eram netos maternos de José Monteiro de Morais e de Joaquina Monteiro de Sampaio. Segundo informação oral que recolhemos[167], Francisco Monteiro Filipe tinha também um outro irmão – o Dr. Manuel Monteiro Filipe, que foi proprietário da Quinta da Romaneira, em Cotas (Pinhão). O Dr. Manuel Monteiro Filipe casou duas vezes, uma delas com uma senhora abastada de Lisboa (onde tinha palacete), tendo-a conhecido quando estudava no último ano de medicina[168].

Francisco Monteiro Filipe e Maria Teresa Fernandes Frias tiveram três filhos: António de Frias Filipe, que casou com uma senhora chamada Ana (ainda viva em 2003), sendo estes os pais de Cândido Frias, proprietário do café existente em Tralhariz; Francisco Filipe (que foi Director de Finanças e teve uma filha) e Telmo Filipe, que também trabalhou nas Finanças.

Curiosamente, Francisco Monteiro Filipe teve também uma filha ilegítima – Maria Isabel Sampaio – que viria a ser criada na Casa de Tralhariz, quando ali era proprietário o Dr. Manuel Joaquim Pereira dos Santos, pois Maria Isabel Sampaio casou com António Sampaio, de Louselas, que foi caseiro da Casa de Tralhariz. Alegadamente, António Sampaio já era caseiro no tempo em que a Casa de Tralhariz era de Feliciana Gonçalves Martinho, a abordar[169]. Maria Isabel Sampaio ainda era viva em 2003, morando em Tralhariz.

---

[162] A.M.C.A., Recenseamento militar, 1901.
[163] A.D.B., Castanheiro, Baptismos, 1860-1887, fls. 229v.-230, n.º 16.
[164] A.D.B., Castanheiro, Baptismos, 1860-1887, fl. 260v.-261, n.º 34.
[165] A.D.B., Castanheiro, Baptismos, 1888-1892, fls. 39v.-40, n.º 1.
[166] A.D.B., Castanheiro, Mistos, 1893-1894, fl. 7v., n.º 18.
[167] Agradecemos ao Eng.º Casimiro de Carvalho por esta informação.
[168] Agradecemos ao Eng.º Casimiro de Carvalho por esta informação.
[169] Informação de Maria do Céu Magalhães e seu marido Luís Armando Martins.

A importância da Casa de Tralhariz no início do século XX

Em 1893, os maiores contribuintes do concelho de Carrazeda de Ansiães eram, numa posição muito destacada em relação aos restantes: António Trigo Moutinho, de 56 anos, proprietário, residente em Mogo de Malta, com 146$927 de contribuição; e Cândido Albino de Frias Sampaio e Melo, solteiro, proprietário, com 54 anos, residente em Tralhariz, com 133$737 de contribuição. Todos os restantes recenseados para jurados (120 cidadãos domiciliados no concelho) pagavam uma contribuição que não passava dos cinco dígitos. Logo a seguir aos dois homens que referimos acima, destacavam-se – ainda que numa posição comparativamente bastante inferior – Francisco Filipe da Veiga, residente no Castanheiro, casado, proprietário, de 58 anos, com 85$910 de contribuição; e Julião de Frias Sampaio, solteiro, proprietário, de 40 anos, residente em Alganhafres, com 41$413 de contribuição[170].

Estes dados evidenciam que a estratégia de casamento das filhas naturais de Cândido Albino de Frias Sampaio e Melo veio reforçar ainda mais a posição da família como a segunda mais rica domiciliada no concelho de Carrazeda de Ansiães: uma filha casa com o filho de um dos terceiros homens mais ricos do concelho (quando morre, em 1907, Francisco Filipe da Veiga pagava já 101$773 de contribuição); a outra filha casa com um jovem advogado promissor – o Dr. Domingos de Frias Sampaio e Melo, que ainda por cima era primo da noiva.

Já em 1895, o nome do Dr. Domingos de Frias Sampaio e Melo surge no recenseamento dos jurados com uma contribuição de 17$160[171], verba que não é de desprezar para um jovem que estava ainda no início da sua carreira, mesmo descendendo de família abastada, até porque ele tinha mais irmãos e os bens que provinham dos avós maternos foram bastante repartidos. O Dr. Domingos de Frias Sampaio e Melo estava então domiciliado em Carrazeda, certamente ali estabelecido como advogado.

De 1895 em diante, o recenseamento dos jurados deixa de mencionar Cândido Albino de Frias Sampaio e Melo, por requerimento expresso deste, cujos motivos alegados desconhecemos. Quando deixa de ser referido, Cândido de Frias continuava a ser o segundo mais rico homem domiciliado no concelho, com 144$227, sendo também o que mais imposto pagava na freguesia do Castanheiro, em termos de contribuição predial e em termos de sumptuária (ex-aequo). Aliás, em Tralhariz, pagavam contribuição por sumptuária apenas João de Magalhães (34$610 de con-

[170] A.M.C.A., Recenseamento dos jurados, 1890-1911, fls. 22-23.
[171] A.M.C.A., Recenseamento dos jurados, 1890-1911.

tribuição total) e Júlio dos Santos (8$120 de contribuição total)[172]. Contudo, em Tralhariz, os únicos que surgem na lista dos 120 maiores contribuintes na altura (1895) eram João Magalhães, com cerca de um terço dos rendimentos de Cândido de Frias - como se viu, e Joaquim Tomé, com bastante menos ainda. Em 1896, a situação é idêntica, já sem Cândido de Frias na lista, mas sabendo-se que ele continuava vivo e dono de uma das maiores fortunas do concelho. Em 1897, surge outro recenseado em Tralhariz - Gabriel Gomes dos Santos, com uma fortuna ao nível da de Joaquim Tomé. Neste ano, o Dr. Domingos de Frias Sampaio e Melo surge com apenas 2$656, mas em 1898 surge já com 21$994 de contribuição, deixando de pagar nos anos seguintes (usando de uma isenção para quem tinha formatura em direito). Nos restantes nomes, repetia-se o mesmo cenário em 1899 e em 1900.

Em 1900, Cândido de Frias tinha 64 anos, era solteiro e era (obviamente) considerado cidadão elegível, embora o seu nome tenha sido riscado *a posteriori*. Ao que parece, Cândido de Frias não se queria envolver na política local. Na altura, pagava 129$235 de contribuição predial e 2$510 de renda de casas e sumptuária, totalizando 131$745. Continuava, pois, a ser o mais rico da freguesia do Castanheiro. Seguia-se logo atrás, no Castanheiro, um novo nome: o Dr. Casimiro António Ribeiro da Silva, que ainda abordaremos mais adiante, com 126$709 de contribuição total[173].

Em 1901, João Magalhães, residente em Tralhariz, tinha 65 anos, era casado, proprietário e contribuía com 38$585 de imposto, sendo a última vez que é referido na lista dos jurados, surgindo no ano de 1902 António de Magalhães Júnior, certamente descendente de João Magalhães[174]. Em 1903 não se deram alterações de maior na lista e em 1904 o Dr. Domingos de Frias volta a pagar uma contribuição de cerca de 13$000, tal como nos anos seguintes. Em 1905, o Dr. Domingos de Frias Sampaio e Melo já é dado como casado, mas ainda domiciliado em Carrazeda. Só em 1907 passa a ser domiciliado em Tralhariz, certamente na Casa de Tralhariz, e com uma contribuição maior (à volta dos 20$000). Confrontando estes dados com os do recenseamento eleitoral de 1906 e de 1907, podemos verificar que, em 1906, o Dr. Domingos de Frias é domiciliado em Carrazeda, mas foi-lhe adicionado a lápis "*reside em Tralhariz*", pelo que a mudança ter-se-á dado ainda nesse ano ou no início de 1907[175]. Em 1908, o Dr. Domingos de Frias continua a ser dado em Tralhariz, com 44$435 de contribuição predial e pouco mais de 22$000 de

[172] A.M.C.A., Documentos da Comissão de Recenseamento Eleitoral - freguesia do Castanheiro, 1895.
[173] A.M.C.A., Recenseamento Eleitoral, 1900, fl. 31.
[174] A.M.C.A., Recenseamento dos jurados, 1890-1911.
[175] A.M.C.A., Recenseamento eleitoral, 1907.

contribuição industrial. Terá, provavelmente, entrado na posse de bens da Casa de Tralhariz. Teria falecido Cândido Albino de Frias Sampaio e Melo? Não tivemos acesso ao registo de casamento da sua filha mais nova, para o podermos confirmar. Por outro lado, o valor da contribuição do Dr. Domingos de Frias irá baixar bastante dois anos depois.

Continuando a análise das listas de jurados do concelho de Carrazeda de Ansiães, em 1909 não se alterou nada de substancial para os nomes que nos interessam. Em 1910, os mais ricos do concelho incluídos na lista eram António José de Freitas, de 55 anos, casado e residente em Carrazeda, com 150$171 de contribuição; e Manuel António de Assis Morais Sarmento, de 64 anos, solteiro, proprietário, residente em Vilarinho da Castanheira, com 147$530. Em Tralhariz temos quatro nomes na lista: o Dr. Domingos de Frias como o mais abastado do lugar, com 22$063 de contribuição, sendo dado como advogado, de 40 anos; António de Magalhães Júnior, com 49 anos, casado, com 19$224 de contribuição; Gabriel Gomes dos Santos, de 66 anos, proprietário, casado, com 14$775 de contribuição; e Joaquim Tomé, 57 anos, casado, proprietário, com 14$252 de contribuição[176]. Aparentemente, a fortuna de Cândido de Frias tinha sido já dividida e/ou estava em sua grande parte em mãos femininas, uma vez que continua a não surgir nesta lista. Lembremo-nos, porém, que Cândido de Frias tinha pedido anos antes para não ser incluído na lista.

De qualquer modo, após a morte de Cândido de Frias, a casa deverá ter passado (no todo ou em parte) para o seu sobrinho, o Dr. Domingos de Frias Sampaio e Melo. Alegadamente, ele já tinha ali vivido algum tempo com os avós maternos, embora a referência seja pouco fiável, uma vez que localiza a residência dos seus avós maternos em Carrazeda[177]. Como já se afirmou, o Dr. Domingos de Frias Sampaio e Melo esteve primeiramente num colégio privado do Porto. Formou-se depois em Direito pela Universidade de Coimbra.

No recenseamento dos jurados de 1911, o Dr. Domingos de Frias é referenciado para o Lugar das Areias[178]. Não deverá ser lapso, porque também na lista do recenseamento eleitoral o Dr. Domingos de Frias Sampaio e Melo não surge, quer na freguesia do Castanheiro, quer na vila de Carrazeda[179]. Parece-nos que este homem acabaria por deixar de residir regularmente no concelho pouco tempo depois. O Dr. Domingos de Frias Sampaio e Melo era membro do Directório do Partido Republicano Português. Esteve envolvido na reacção contra a incursão couceirista de

[176] A.M.C.A., Recenseamento dos jurados, 1890-1911.

[177] FONTE - *Dicionário dos mais ilustres transmontanos e alto-durienses*, vol. 1., p. 361.

[178] A.M.C.A., Recenseamento dos jurados, 1890-1911.

[179] A.M.C.A., Recenseamento eleitoral, 1911.

Braga (1911), tendo sido em 1912 nomeado Secretário Geral de Moçambique, chegando a Governador deste território ultramarino. Em 1915 foi eleito deputado pelo círculo de Moncorvo. Foi também Senador pelo distrito de Bragança (1924), Director Geral das Colónias, Administrador e Presidente da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães e oficial do Registo Civil de Carrazeda de Ansiães[180]. Foi igualmente conservador do Registo Predial de Moncorvo e Governador Civil de Bragança[181].

A Casa de Tralhariz como casa de Feliciana Gonçalves Martinho

Segundo informação oral que recolhemos, Maria Teresa Fernandes Frias viveu na Casa de Tralhariz mesmo após o casamento com Francisco Monteiro Filipe, em 1909. Porém, ambos viveriam ali supostamente em conjunto com uma tal Feliciana, senhora que algumas pessoas mais idosas do Castanheiro e de Tralhariz ainda recordam vagamente. Contudo, ao certo não nos puderam adiantar com exactidão quem era esta Feliciana.

A Dra. Fernanda Natália Pereira adiantou a possibilidade de esta Feliciana ser irmã de Maria Teresa Fernandes Frias (outra filha ilegítima, pois, de Cândido de Frias). Porém, não encontrámos, desde 1870 a 1898, nenhuma Feliciana nascida no Castanheiro que coincida com esses dados. Em Parambos (de onde era originária Júlia Fernandes Ranhados, mãe de Maria Teresa Fernandes Frias) também não aparece nenhuma Feliciana que coincida, nos baptismos das décadas de 1870, 1880 e 1890 (até 1891). Sabemos que, em 5 de Fevereiro de 1885, Cândido de Frias Sampaio e Melo foi padrinho de uma Feliciana Augusta, filha de João de Sousa Machado, jornaleiro, e de Maria Cândida da Costa, moradores em Tralhariz[182]. Porém, não só os nomes dos pais levam a crer que não se trate da Feliciana em causa, como esta última teria de ter nascido vários anos antes, como se verá.

Nesta região, existiram desde há muitas décadas várias Felicianas, muitas delas porque eram afilhadas de outras Felicianas da família que estivemos a abordar até aqui. Contudo, graças aos recenseamentos eleitorais, apurámos que esta Feliciana que foi proprietária da Casa de Tralhariz não deveria ser filha de Cândido de Frias, nem sequer sua parente próxima, mesmo que seja curiosa a coincidência do primeiro nome.

A partir de 1931, o recenseamento eleitoral passa a incluir também mulheres, desde que estas fossem chefes de família e tivessem um rendimento razoável. Ora,

---

[180] FONTE, - *Dicionário dos mais ilustres transmontanos e alto-durienses*, vol. 1., p. 361.

[181] FONTE - *Dicionário dos mais ilustres transmontanos e alto-durienses*, vol. 1., p. 361.

[182] A.D.B., Castanheiro, Baptismos, 1860-1887, fl. 253v., n.º 7.

em 1931, surge então em Tralhariz Feliciana Gonçalves Martinho, viúva, de 65 anos, proprietária, certamente a senhora da Casa de Tralhariz. Feliciana Gonçalves Martinho poderia já lá residir anos antes, mas não era mencionada nos recenseamentos, porque só os nomes masculinos eram assinalados. Aliás, nos anos anteriores, através dos livros de recenseamento existentes, também não surge em Tralhariz ninguém com os apelidos Frias Sampaio e Melo, pelo que o Dr. Domingos de Frias Sampaio e Melo terá mesmo saído de Tralhariz e a Casa de Tralhariz passou para a posse de outra família, bem distinta. Feliciana Gonçalves Martinho terá residido na Casa de Tralhariz vários anos, justificando-se bem o facto de ter ficado na memória dos habitantes, que não se recordam já de quem foi o anterior proprietário da casa. Em 1932 também surge Feliciana Gonçalves Martinho no recenseamento eleitoral para Tralhariz, agora com 66 anos, pelo que teria nascido por volta de 1866. Contudo, em 1934, o último ano em que surge referenciada no recenseamento eleitoral em Tralhariz, Feliciana Gonçalves Martinho é dada com 62 anos[183].

Quem era então Feliciana Gonçalves Martinho? Ainda não o apurámos, até porque alegadamente não faleceu no Castanheiro ou, pelo menos, não foi encontrada a sua morte na Conservatória do Registo Civil: entre 1930 e 1939 não surge qualquer Feliciana Gonçalves Martinho a falecer na freguesia do Castanheiro. Surge apenas em 1936 uma Feliciana Gonçalves a falecer em Zedes, mas deve ser outra pessoa. Aliás, pode ser lapso da busca[184], já que no recenseamento de 1935 surge efectivamente uma Feliciana em Zedes, mas era Feliciana Gomes[185]. Perante estas lacunas e a impossibilidade de consultar directamente os livros existentes na Conservatória do Registo Civil, ficamos sem saber também quem eram os pais de Feliciana Gonçalves Martinho. Podemos apenas adiantar que o apelido Martinho existia nas Selores em finais do século XIX: um António, filho de António Martinho (então já falecido) e de Florentina de Morais, estava então quase na idade de ser recrutado para o serviço militar[186]. Contudo, pode não existir qualquer relação entre estes apelidos Martinho. A própria Feliciana Gonçalves Martinho pode ter recebido o apelido Martinho por casamento, já que era viúva.

Segundo a tradição oral, Feliciana Gonçalves Martinho foi proprietária da Quinta da Ribeira em Tralhariz (que vinha dos Frias de Sampaio da Casa de Tralhariz), pelo que ela terá adquirido todos os bens adstritos à Casa de Tralhariz. A mesma tradição

[183] A.M.C.A., Recenseamento Eleitoral, 1931; IDEM, Ibidem, 1932 e IDEM, Ibidem, 1934.
[184] Busca efectuada pela própria conservatória.
[185] A.M.C.A., Recenseamento Eleitoral, 1935 e IDEM, Ibidem, 1936.
[186] A.M.C.A., Actas, 1876-1880, fl. 98.

oral aponta Feliciana Gonçalves Martinho com uma filha, alegadamente ilegítima, porque a gente de Tralhariz mais idosa – não lhe conhecendo o nome do marido (que deve ter falecido vários anos antes da morte de Feliciana Gonçalves Martinho) associa-lhe vagamente vários amantes, nomeadamente um militar de alta patente. Aparentemente, pelas histórias que se contam, Feliciana Gonçalves Martinho não vivia na Casa de Tralhariz permanentemente, mas viajava bastante.

A referida filha de Feliciana Gonçalves Martinho chamava-se Magnífica e morava na Régua. Teve pelo menos dois filhos: o Dr. Artur, que ficou ligado a uma fábrica de plásticos na região do Porto, e o Dr. Hernâni (médico)[187].

Quando Feliciana Gonçalves Martinho faleceu, a Casa de Tralhariz terá sido vendida. Magnífica não chegou, pois, a ser moradora regular na Casa de Tralhariz[188]. Aliás, se a partir de 1934 Feliciana Gonçalves Martinho deixa de ser referenciada no recenseamento eleitoral, não surge no ano seguinte a sua suposta filha Magnífica, pelo que a quinta terá mesmo sido vendida pouco tempo depois, ou então ficou devoluta até à compra por parte do Dr. Manuel Joaquim Pereira dos Santos, certamente antes de 1939, como se verá.

Supostamente, a Quinta da Romaneira (que terá sido do Dr. Manuel Monteiro Filipe, como se referiu) foi também de Feliciana Gonçalves Martinho, mas esta (ou um dos amantes) tê-la-á perdido ao jogo[189]. Não sabemos ainda até que ponto estas informações, todas de carácter oral, são ou não inteiramente fiáveis.

O Dr. Manuel Joaquim Pereira dos Santos

O Dr. Manuel Joaquim Pereira dos Santos nasceu no Castanheiro em 7 de Abril de 1896 (figura 11). Era filho de José Maria dos Santos, professor primário, natural do Castanheiro, e de Joaquina Augusta Pereira da Cruz, professora primária, natural de S. Mamede de Riba Tua. Eles casaram em Linhares e moravam no Castanheiro. Manuel Joaquim Pereira dos Santos era neto paterno de avô incógnito e de Maria Teresa Ferreira Canelhas; neto materno de Manuel Pereira da Cruz e Maria Bernarda Pereira da Rocha. Os padrinhos foram Joaquim Rodrigues Castelo e Ana Teresa Alves Ribeiro Castelo, solteiros, moradores no Porto, representados pelos procuradores Martinho Guerra, casado, proprietário, e pela avó materna do baptizado[190].

---

[187] Informação de Maria do Céu Magalhães e seu marido Luís Armando Martins.

[188] Informação da D. Felicidade (do Castanheiro), do Eng.º Casimiro de Carvalho e sua esposa.

[189] Informação de Maria do Céu Magalhães e seu marido Luís Armando Martins.

[190] A.D.B., Castanheiro, Mistos, 1896-1898, fl. 8-8v., n.º 19.



Fig. 11



Fig. 12

Joaquina Augusta Pereira da Cruz, que supomos poder estar representada numa foto ainda existente na casa (figura 12[191]) deu aulas em Linhares[192]. O seu marido José Maria dos Santos não devia ser homem rico. Em 1895, a sua contribuição era somente predial e atingia um valor muito modesto - $855[193]. Em 1931 ainda era vivo José Maria dos Santos, exercendo como professor[194].

Manuel Joaquim Pereira dos Santos tinha um irmão mais novo, o Dr. Eurico Pereira dos Santos, que era médico e morou no Castanheiro, tendo 32 anos em 1934[195]. Em 1971 ainda era vivo, estando então gravemente doente. Por curiosidade, refira-se que a sua mulher, da família Múrias, serviu de modelo para as mãos

[191] Esta e outras duas fotos encontradas na casa representam uma mulher jovem, que nos identificaram como sendo talvez Magnífica, filha de Feliciana Gonçalves Martinho. Contudo, o que fariam ali fotos de gente tão antiga na casa, quando outros proprietários a ocuparam durante décadas? Certamente não queriam as fotos dos antigos proprietários para nada. Representarão essas fotos Maria do Céu Pimentel quando nova, a sua mãe ou a mãe do Dr. Manuel Joaquim Pereira dos Santos? Não o apurámos. De qualquer modo, estas fotografias são cópias e existe coincidência do fotógrafo que as copiou para papel (Foto Beleza, Porto), pelo que serão mesmo da família do Dr. Manuel Joaquim Pereira dos Santos e/ou de sua mulher. Através da fisionomia, julgamos que possam ser da mãe do Dr. Manuel Joaquim Pereira dos Santos.

[192] Existe mesmo uma alcunha em Linhares que deriva de alguém se ter feito passar pela professora, alugando uma cavalgadura. Informação da D. Felicidade (do Castanheiro), do Eng.º Casimiro de Carvalho e sua esposa.

[193] A.M.C.A., Documentos da Comissão de Recenseamento Eleitoral - freguesia do Castanheiro, 1895.

[194] A.M.C.A., Recenseamento eleitoral, 1931.

[195] A.M.C.A., Recenseamento Eleitoral, 1934. Segundo um livro existente no espólio da casa, este Dr. Eurico terá servido na Colónia Penal de Sintra.

da imagem da Senhora das Dores da Igreja do Castanheiro, feita por um artista de S. Mamede de Riba Tua[196].

Manuel Joaquim Pereira dos Santos casou com Maria do Céu Pimentel (figura 13), numa casa da Rua dos Quartéis, em Bragança, em 29 de Abril de 1918. Ela tinha então 28 anos (nasceu em 7 de Março de 1890), morava na Rua de Monte Alegre, n.º 363, Cedofeita (Porto). Manuel Joaquim Pereira dos Santos tinha 22 anos e morava na Rua da Cordoaria Velha, n.º 69, Miragaia (Porto).



Fig. 13



Fig. 14

Os pais de Maria do Céu Pimentel eram Acácio Augusto Pimentel, militar, natural da Sé – Bragança, e Elvira Maria Carmo Afonso, doméstica, natural da Sé – Bragança[197]. Os avós de Maria do Céu eram Luís dos Santos Pimentel e Adelaide Leopoldina de Leão (paternos) e Francisco José Afonso e Rita Mafalda Pires Moreira. As testemunhas do casamento foram um industrial natural de Zamora, Namésio Silero, e sua mulher Francisca Gomes, também de Zamora, residentes em Bragança. Aquando do nascimento de Maria do Céu, o seu pai era coronheiro do Regimento de Cavalaria 7[198], mas era já cavaleiro no mesmo regimento quando a filha casa. Maria do Céu Pimentel tinha um irmão com loja em Bragança. Tinha também uma irmã, que teve uma filha chamada Matilde[199].

Supomos que o Dr. Manuel Joaquim Pereira dos Santos e Maria do Céu Pimentel terão residido na região do Porto, após o casamento. O Dr. Manuel Joaquim Pereira dos Santos começou como contabilista na conhecida fábrica de fiação Efanor (Senhora da Hora – Matosinhos). Terá progredido no quadro da empresa e investido até em acções da mesma, enriquecendo o seu pecúlio (figura 14). Não apurá-

[196] Informação do Eng.º Casimiro de Carvalho e sua esposa.

[197] Registo Civil de Bragança, Casamentos, 1918.

[198] A.D.B., Paróquia de Bragança – Santa Maria, Baptismos, 1887-1892.

[199] Informação da D. Felicidade (do Castanheiro), do Eng.º Casimiro de Carvalho e sua esposa.

mos ainda que formação académica teve, havendo até quem levante a questão do Dr. Manuel Joaquim Pereira dos Santos ter sido realmente bacharel ou licenciado. Porém, uma coisa é certa, o Dr. Manuel Joaquim Pereira dos Santos teria alguma formação superior ao habitual, já que foi professor de Tecnologia e Mercadorias na Escola Comercial Mouzinho da Silveira, em 1941 (quando um engenheiro amigo lhe faz a dedicatória de um livro, existente no espólio da Casa de Tralhariz).

Quanto a Maria do Céu Pimentel, supomos também que fosse professora ou que estivesse ligada ao ensino. De facto, existe no espólio da casa um ofício de 16 de Janeiro de 1944, da Direcção Escolar do Distrito do Porto, no qual "*mais uma vez*" se louvava a "*bela acção educativa*" da "*directora modelar*", desejando-se saúde para acompanhar a "*cristianíssima e bem patriótica obra de amor, a que tão abnegada e generosamente se devotou*". Sabemos também que Maria do Céu Pimentel era a irmã n.º 80 de uma Ordem Terceira de S. Domingos, pelo menos em 1962[200].



Fig. 15

O Dr. Manuel Joaquim Pereira dos Santos terá adquirido a Casa de Tralhariz e respectiva quinta a algum herdeiro de Feliciana Gonçalves Martinho (talvez à referida Magnífica). No ano de 1949 foram registadas as matrizes de alguns dos terrenos da quinta actual. Não parece, no entanto, que a Casa de Tralhariz tenha sido adquirida tão tarde. De facto, segundo espólio da casa, a garagem foi construída em 1943, e a obra vinha já de 1939, data dos documentos de despesa mais antigos relativos à empreitada. Em 1940, por exemplo,



Fig. 16



Fig. 17



Fig. 18

[200] Recibo no espólio da Casa de Tralhariz.

foi adquirida uma retrete à Companhia das Fábricas de Cerâmica Lusitânia e também foi adquirida telha e um sifão à Fábrica de Cerâmica de Valadares[201], materiais que supomos fossem destinados à Casa de Tralhariz e não (só) para a garagem.

De qualquer modo, o Dr. Manuel Joaquim Pereira dos Santos nunca surge no recenseamento eleitoral do concelho de Carrazeda de Ansiães, pois era domiciliado noutro concelho. Tralhariz não era, de facto, a sua residência habitual.

O Dr. Manuel Joaquim Pereira dos Santos e Maria do Céu Pimentel tiveram dois filhos (figuras 15, 16, 17 e 18):

- Manuel Pimentel dos Santos, que se formou em engenharia civil, tendo publicado (pelo menos) um trabalho na Revista de Engenharia dos Alunos do Instituto Superior Técnico, em 1945[202]. Manuel Pimentel dos Santos casou com uma senhora chamada Fernanda e teve, pelo menos, três filhos: Manuel, José e Maria do Céu. O Eng.º Manuel Pimentel dos Santos foi chefe de laboratório do L.N.E.C. (c. 1953). Foi mais tarde Director das Obras Públicas, posteriormente Secretário Provincial (supõe-se que também terá estado em Angola ao serviço do Estado). Por volta de 1970, quando Marcelo Caetano assume o poder, o Eng.º Manuel Pimentel dos Santos foi para o cargo de Governador de Moçambique, porque o então Governador – Rebelo de Sousa – veio para Lisboa, para ministro[203]. Era Governador de Moçambique aquando do 25 de Abril (figura 19, à esquerda).
- Maria do Céu Pimentel dos Santos, que estudou Direito em Coimbra (figura 20). Os versos do livro de curso de 1944 que lhe foram dedicados (pela sua colega Virgínia Gersão, que ficou a residir em Coimbra) dizem que Maria do Céu Pimentel dos Santos era uma jovem sonhadora, *"mimalha"*, que só estava bem junto dos pais. Fazia versos e gostava de dançar. Também se refere que, nos fins de semana, ia para



Fig. 19



Fig. 20

[201] Documentação no espólio da Casa de Tralhariz.
[202] Documentação no espólio da Casa de Tralhariz.
[203] Informação do Eng.º Casimiro de Carvalho.

a Foz e ninguém a via em Coimbra fora do período de aulas. Na época, dizia que não tinha tempo para amores e que era "*muito exigente*". Sabemos, por informação oral, que Maria do Céu Pimentel dos Santos casou, mas que o seu marido (cujo nome ainda desconhecemos) terá falecido pouco tempo depois, supostamente sem geração.

Segundo uma agenda que se encontra no espólio da Casa de Tralhariz, em 1965, Maria do Céu Pimentel morava na Rua Dr. Sousa Rosa, n.º 53, na Foz do Douro, Porto[204]. Seria esta já a mesma casa onde habitaria o casal na década de 1940 e para onde a filha ia nos fins de semana, vinda de Coimbra? Seria já esta a casa onde foram tiradas as fotografias existentes no espólio da Casa de Tralhariz que mostram Manuel Pimentel dos Santos e Maria do Céu Pimentel dos Santos ainda crianças, com um triciclo (figura 17)? Mesmo que não o fosse, em 1965, a casa na Foz seria a casa principal da família e a Casa de Tralhariz seria a quinta *da aldeia*, talvez para férias e para que o Dr. Manuel Joaquim Pereira dos Santos passasse o tempo e ganhasse algum rendimento com actividades agrícolas.

Apesar de tudo, o Dr. Manuel Joaquim Pereira dos Santos tinha certamente uma ligação forte a Tralhariz, até porque a sua raiz familiar estava no Castanheiro (que era a sua terra natal). O Dr. Manuel Joaquim Pereira dos Santos era bem conhecido e respeitado em Tralhariz, como se fosse uma pessoa da terra. Pelas conversas tidas com alguns habitantes de Tralhariz mais idosos que o conheceram, fica a ideia de um homem algo distante e altivo, fazendo jus à sua posição social mais destacada, sendo a própria Casa de Tralhariz um instrumento de afirmação dessa superioridade, já que era a maior casa da aldeia e uma das mais importantes da região, em termos agrícolas. A Casa do Pátio já não era o que tinha sido no século XVIII (aliás, hoje está até dividida por vários proprietários). Contudo, o Dr. Manuel Joaquim Pereira dos Santos procurava conquistar a simpatia dos habitantes. Pelo Natal, o Dr. Manuel Joaquim Pereira dos Santos dava prendas ao povo da aldeia: calças aos rapazes e tecido para vestidos às moças.

Outro exemplo da ligação do Dr. Manuel Joaquim Pereira dos Santos a Tralhariz e, mais concretamente, ao Castanheiro foi a sua iniciativa de construir um edifício dos correios no Castanheiro, para o qual existe planta de 1970. O Dr. Manuel Joaquim Pereira dos Santos dispunha-se a construir o edifício, segundo uma tipologia já definida pelos CTT, e depois arrendá-lo-ia aos CTT[205]. Porém, perante o orçamento

[204] Não consta hoje número de telefone da rede fixa com esta morada.
[205] Documentação existente no espólio da casa.

(da Cooperativa dos Pedreiros Portuenses, de 1971), totalizando 950 contos, o Dr. Manuel Joaquim Pereira dos Santos desistiu da ideia e preferiu tentar vender o terreno (Março de 1971[206]). Surgiu então a hipótese de Álvaro Morais, empreiteiro do Castanheiro, adquirir o terreno, erigir o edifício e arrendá-lo aos CTT. Tal não foi possível porque o terreno era também pertença do irmão do Dr. Manuel Joaquim Pereira dos Santos (Dr. Eurico Pereira dos Santos) e dizia-se que um herdeiro ia ali construir uma casa[207].

O conhecimento que temos sobre o Dr. Manuel Joaquim Pereira dos Santos e sua família é feito de dados excessivamente avulsos, com base no espólio da casa e em informações orais de quem os conheceu. Assim, sabemos que o Dr. Manuel Joaquim Pereira dos Santos tinha outras propriedades no Castanheiro e até pretendeu fazer rebentamentos para explorar águas[208]. Aliás, a julgar pela data de 1948 existente à entrada, foi o Dr. Manuel Joaquim Pereira dos Santos quem mandou abrir uma mina para a quinta da Casa de Tralhariz (figura 21). Em 1965 existia um Eduardo Pimentel, no Banco Nacional Ultramarino (secção de obras), que era certamente parente de Maria do Céu Pimentel, mas não apurámos qual o grau de parentesco. Sabemos também que o Dr. Manuel Joaquim Pereira dos Santos e Maria do Céu Pimentel tinham um sobrinho João de Deus Pimentel que foi engenheiro pela Universidade do Porto (estudava ainda em 1939)[209].



Fig. 21

O Dr. Manuel Joaquim Pereira dos Santos faleceu na freguesia do Castanheiro em 14 de Novembro de 1977[210]. Sua mulher, Maria do Céu Pimentel, faleceu em Lisboa (S. Mamede), a 22 de Janeiro de 1978[211]. Quer o facto de Maria do Céu Pimentel ter já falecido em Lisboa, quer o próprio espólio da casa indiciam que a Casa de Tralhariz tenha ficado praticamente devoluta após 1977. No entanto, só cerca de uma década depois os herdeiros desfizeram-se da quinta, de forma – ao que parece – algo apressada, o que precipitou a

[206] Documentação existente no espólio da casa.
[207] Documentação existente no espólio da casa.
[208] Documentação existente no espólio da casa.
[209] Documentação existente no espólio da casa.
[210] A.D.B., Castanheiro, Mistos, 1896-1898, fl. 8-8v., n.º 19, nota à margem.
[211] A.D.B., Paróquia de Bragança – Santa Maria, Baptismos, 1887-1892.

manutenção de muito espólio na casa. Só algum mobiliário e objectos considerados de maior valor foram levados, num camião. É claro que vários objectos que ficaram possuem um valor bastante apreciável, não só em termos documentais, mas também porque se tornam – com o passar dos anos – cada vez mais raros.

A casa e respectiva quinta foi vendida a Arlindo dos Santos Lopes e Fernando Pereira, que ali terão feito algumas obras, mas tendo sido mantido o espólio restante dos anteriores proprietários, bem como muito mobiliário. Finalmente, em 2003, a casa foi vendida a João Pedro Melo Alvim Coelho (filho de João Casimiro Coelho, do Pombal), actual proprietário.

DESCRIÇÃO DA CASA DE TRALHARIZ

O alçado principal

Vista pelo exterior (reveja-se a figura 4), a casa assemelha-se claramente a um solar, com o piso superior e respectiva cornija sensivelmente simétricos a partir do eixo de axialidade do alçado, que é marcado pela pedra de armas, colocada sobre uma janela não nobilitada, mas em espaço propositado, estando até a cornija aí mais elevada. Esta solução é típica dos solares tardo-barrocos da região duriense, existindo sobretudo duas grandes variantes: remate curvo ondulante e remate em triângulo, que é o caso da Casa de Tralhariz. O primeiro é mais comum em fachadas de solares mais nobres, mais decorados e também mais do período barroco joanino e (sobretudo) rococó. O segundo tipo é mais comum em solares neoclássicos, sendo uma solução que lembra um frontão triangular, ficando a pedra de armas no tímpano simulado desse frontão. É claro que existem remates curvos em casas da região já neoclássicas, como uma existente em Provesende. Mas esta última possui um remate curvo não ondulado. O solar de Zedes apresenta remate triangular, sendo claramente neoclássico, mas mais erudito e com uma simetria perfeita, notando-se que o alçado foi levantado de uma só vez. As aberturas na fachada principal da Casa de Tralhariz denotam maior antiguidade que o solar de Zedes.

Tendo em conta que a simetria, mesmo no piso superior, não esconde que a Casa de Tralhariz é feita de várias adições no alçado principal, a união de todos estes elementos numa ordem comum deverá corresponder ao alteamento da cornija e colocação da pedra de armas, a qual pode não ser necessariamente a original, como explicaremos.

As duas sacadas da Casa de Tralhariz estão colocadas de forma simétrica. É possível que sejam ligeiramente posteriores à conclusão do alçado como hoje se vê, uma vez que um dos portais com sacada interrompe parte da cornija, parecendo ter

sido ali encaixado (veja-se a figura 26). O próprio tipo de granito e as marcas de desbaste parecem ser diferentes entre a cornija e este portal com sacada.

Nesta região, é muito comum o uso da sacada em casas solarengas, mesmo quando estas casas não possuem qualquer relação evidente com a via pública. Normalmente, existe apenas uma sacada no andar nobre, com correspondência a apenas um portal. Todos os baixos destas casas solarengas são geralmente pouco nobres, sobretudo em termos de aberturas, as quais muitas vezes não apresentam cantaria nos umbrais e verga – como é o caso da Casa de Tralhariz. Isto sucede sobretudo em casas solarengas de aldeia. É precisamente o que se passa com a casa dos Sampaio em Linhares (figura 22).

Contudo, a Casa de Tralhariz possui duas sacadas, as quais provêem de duas partes diferentes da casa, tendo em conta que uma corresponde à sala do oratório – a parte menos privada da casa, e a outra está num quarto (pelo menos actualmente), o que não é o mais comum. É claro que as duas sacadas servem também para conseguir alguma simetria numa fachada que não a atinge totalmente, dado ser a reunião de várias partes preexistentes.

As grades das duas sacadas da Casa de Tralhariz são em ferro fundido, de motivos neogóticos, modelo muito comum no Porto em finais do século XIX (figura 23). Foram certamente ali colocadas a mando de Cândido de Frias Sampaio e Melo, substituindo outras anteriores, talvez por estarem deterioradas. A casa dos Sampaio em Linhares ainda possui a grade original, rococó, em ferro forjado.

As urnas flamejantes que rematam os cunhais do alçado principal da Casa de Tralhariz são típicas do período rococó, sendo muito semelhantes à existente na fachada da Igreja de Linhares, de 1774 (figura 24). Esta igreja possui aberturas



Fig. 22

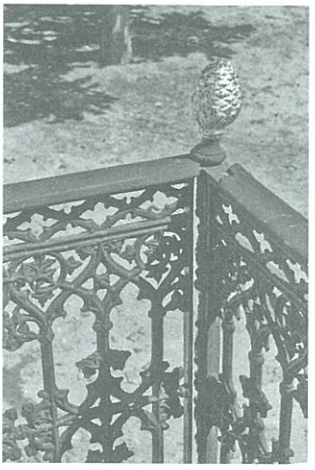


Fig. 23



Fig. 24

no corpo principal muito semelhantes ao portal principal da Casa de Tralhariz, mas com uma excepção: o portal principal da Casa de Tralhariz, assimétrico em relação ao alçado, possui uma pequena voluta na parte inferior de cada umbral (reveja-se a figura 5) - reminiscência barroca numa casa que está já claramente a pender para o neoclassicismo. É, pois, um portal talvez algumas décadas mais antigo que os dois portais de sacada do primeiro piso, cujo talhe e tipo de pedra, bem como a moldura na verga simulando chave, denotam estéticas mais assumidamente neoclássicas, embora de uma fase anterior ao romantismo.

Um outro aspecto que realçamos na Casa de Tralhariz prende-se com a pilastra de cantaria que pretende separar o corpo central do alçado principal da respectiva ala poente. Em primeiro lugar, esta pilastra não tem correspondência na ala nascente senão através de uma pilastra fingida, rebocada e pintada sobre alvenaria. Em segundo lugar, esta pilastra de cantaria da ala poente não tem correspondência no interior através de uma qualquer parede mestra. Ainda assim, esta pilastra poderá não ter surgido ali por acaso, uma vez que toda a ala poente a partir daqui possui uma menor regularidade na cornija, a qual nem sequer está alinhada a cordel (figura 25). Note-se que o mesmo sucede também na casa dos Sampaio em Linhares. Por outro lado, esta pilastra de cantaria na Casa de Tralhariz une-se à cornija de uma forma pouco conseguida pelo lado da ala poente, indiciando talvez algum tipo de arranjo, já que a pedra não é inteiriça (fig. 26).



Fig. 25



Fig. 26

Esta pilastra possui um ornato pouco comum simulando capitel. Trata-se de um toro que forma um "U". Foi difícil encontrar na região outra casa com semelhante ornato, de modo a recolher mais elementos para a datação deste alçado. Porém, encontrámos um ornato muito semelhante (mais elaborado) num solar em Sabrosa, o qual é de transição entre o rococó e o neoclássico (fig. 27) e possui também umas urnas flamejantes de remate, embora mais esguias do que as da Casa de Tralhariz.



Fig. 27

Este solar em Sabrosa também é assimétrico em termos de aberturas no rés-do-chão, embora seja perfeitamente simétrico no primeiro piso.

A pedra de armas da Casa de Tralhariz

Como já referimos, o brasão da Casa de Tralhariz possui as armas dos Sousa, dos Morais, dos Tavares e timbre dos Sampaio, mais o coronel de nobreza (reveja-se a figura 8). Este brasão é de tipo oitocentista, embora seja tão tosco o seu trabalho de cantaria que não nos admiraria nada que fosse já do início do século XX. É claro que, no início do século XX, não veríamos porque razão teriam escolhido aquelas armas, uma vez que o brasão não inclui os Frias, que ligam-se a esta família ainda no primeiro quartel do século XIX. Assim, se olhássemos às armas representadas, o brasão seria de finais do século XVIII. Contudo, pelo trabalho de cantaria do mesmo, pelo tipo de pedra utilizado, pelo estilo do brasão e seus ornatos, este parece ser mais do século XIX ou mesmo já do início do século XX. Terá sido colocado no início do século XX, por Cândido Frias, por exemplo, para substituir um outro anterior? Porque razão, então, não se incluíram as armas dos Frias? Esta hipótese é pouco defensável, até porque a fachada não sofreu outras modificações e não se substituía um brasão à toa, ainda para mais se o que lá existe alude a uma família que estava já na casa desde finais do século XVIII. Assim, optamos por não apontar uma data aproximada para a execução da pedra de armas da Casa de Tralhariz.

Aliás, relativamente à Casa de Tralhariz, não pudemos ainda resolver uma outra questão: segundo o Abade de Baçal[212], existia na *"fachada da casa de Cândido Frias"*, em Tralhariz, um brasão com as armas dos Borges, Pimentel e Morais. Ora, a que propósito? Não será um erro esta referência? Os Borges poderão ter relação com Miguel Francisco Soares Borges Maciel, marido de Flora Amália de Sampaio e Melo? Porém, esta senhora não terá sequer residido em Tralhariz. O brasão referido pelo Abade de Baçal poderá nunca ter existido na Casa de Tralhariz, mas em outra casa, embora não conheçamos mais casa alguma em Tralhariz hoje com brasão na fachada.

Refira-se que a casa dos Sampaio em Linhares tem dois brasões, com diferenças. Ainda assim, referem-se à mesma família da Casa de Tralhariz, incluindo também as armas dos Tavares[213].

O terreiro da Casa de Tralhariz

O terreiro da casa faz a ligação com a via pública através de um simples portão de ferro já do século XX. Havendo diferença de cotas, é necessário aceder a este terreiro através de uma escadaria, a qual é também muito simples, sem qualquer intenção de aparato cenográfico (reveja-se a figura 4). O terreiro assenta, em grande parte, em rocha viva, o que pode ajudar a explicar a posição da casa, divorciada do caminho publico. É claro que a Casa de Tralhariz poderia estar mais chegada à rua, mas num plano superior. A rocha do solo não explica tudo. Aliás, o terreiro está pouco cuidado em termos de benfeitorias e, outrora, pode ter tido um carácter menos privado do que aquele que hoje tem. Por um lado, existem embutidas no muro nascente do terreiro duas pedras em correspondência, com dois nichos e duas volutas em relevo (figura 28). Poderiam ter sido umas alminhas, até porque a pedra inferior possui uma abertura quadrangular em baixo, onde talvez estivesse embutida uma caixa de esmolas. Os dois nichos poderiam destinar-se a imagens de S. João e



Fig. 28

[212] ABADE DE BAÇAL - *Memórias arqueologico-históricas do Distrito de Bragança*, tomo V, p. 776.
[213] ABADE DE BAÇAL - *Memórias arqueologico-históricas do Distrito de Bragança*, tomo V, p. 761.

da Virgem Maria (figuras recorrentes no calvário, ladeando Cristo Crucificado). Estas alminhas serão talvez da primeira metade do século XIX, pelo seu desenho.

Ora, estas alminhas não têm hoje uso, mas existem outras, viradas para a rua e no muro do terreiro, junto ao portão, as quais são mais recentes (reveja-se a figura 4). Eventualmente, poderão ter substituído as antigas alminhas, dentro de um processo de privatização progressiva do terreiro da Casa de Tralhariz. Sabemos que o terreiro da casa tinha outrora uma tília e uma acácia logo ao lado do portão, tendo esse espaço servido para representação teatral, com a montagem de bancadas e ficando os camarotes apoiados na antiga casa do caseiro (na extremidade nascente, virada para a rua – onde hoje existe uma placa de cimento armado). Neste terreiro representou-se, por exemplo, o Auto de Leonor Teles[214].

É provável que tivesse sido o Dr. Manuel Joaquim Pereira dos Santos a pretender fechar o terreiro à aldeia. Foi durante a sua administração da casa que foi construída uma nova casa do caseiro, cujo acesso a partir da rua se fazia mais a poente, salvaguardando a intimidade na Casa de Tralhariz e mesmo diferenciando de forma mais clara as duas casas, em termos hierárquicos. Por baixo da antiga casa do caseiro ficava um lagar de vinho, que não vimos, mas que se manteve, uma vez que estava a uma cota mais baixa e não prejudicava o desafogo do terreiro. Foi também o Dr. Manuel Joaquim Pereira dos Santos quem mandou subir e regularizar o muro que separava o terreiro da rua, mais ou menos na mesma época em que construiu o actual lagar de azeite, como se pode ver pelo aparelho existente, sobretudo nos umbrais do portão. Assim, a transferencia das alminhas para o exterior poderá ter sido feita em meados do século XX.

O alçado posterior da Casa de Tralhariz

O alçado posterior da casa é mais irregular, uma vez que aqui se notam as adições à casa, em várias épocas, épocas essas que só podem ser devidamente destrinçadas através da análise do aparelho que se esconde sob o reboco. Do lado poente, existe um pátio, definido pela ala poente da casa e pela cozinha, bem como pelo quinteiro a cota superior (figura 29).



Fig. 29

[214] Informação de Maria do Céu Magalhães e seu marido Luís Armando Martins.

As aberturas da casa possuem aqui pequenas mísulas de enquadramento, muito comuns em casas rurais da região norte do país. Estas são, aliás, de um estilo semelhante ao de umas existentes numa casa no Pombal datada de 1794. Este indício poderá ajudar a datar este alçado posterior como de finais do século XVIII, mais ou menos coetâneo, pois, do alçado principal da Casa de Tralhariz tal como ele se apresenta hoje.

O interior da ala poente

Estruturada por um corredor, onde se vê algum mobiliário, nomeadamente uma mesa com tampo de abrir, esta ala possui cinco divisões (reveja-se a figura 6). Ao fundo do corredor existe também uma casa de banho (recente). Temos então quatro quartos, todos virados para sul e para o terreiro da casa, sendo um deles de muito maior dimensão e com sacada. O mobiliário dos quartos é praticamente todo dos últimos 50 anos, geralmente em bom estado de conservação e alguns formando mesmo conjunto. Porém, o estilo varia bastante de quarto para quarto. Existe também uma sala, que faz ligação com a sala do oratório, onde existem algumas peças interessantes, a abordar adiante.

A sala do oratório e a escadaria vinda do recebimento

A sala do oratório é a parte mais nobre da actual Casa de Tralhariz (figuras 30 e 31). O tecto, em madeira e pintado de branco, tem formato de masseira e é neoclássico (primeira metade do século XIX), podendo ser coetâneo das sacadas de granito. Aliás, a sala do oratório tem ligação com uma das duas sacadas da casa, para além de uma janela, conferindo-lhe bastante luz. Como é óbvio, apesar desta sala do oratório funcionar como o centro da casa e placa giratória de acesso às alas, esta sala não corresponde à simetria que se tentou no alçado principal,



Fig. 30



Fig. 31

parecendo ter surgido num vazio entre a ala poente e a ala nascente (que seria uma casa mais antiga).

O mobiliário existente nesta sala está em bom estado, sendo sobretudo imitação de estilos antigos. De notar o canapé, que é – quanto a nós – a peça de mobiliário mais interessante da casa. As duas cadeiras, dentro do estilo da sua época, também são interessantes.

O oratório nota-se ter sido colocado ali *a posteriori*, pois, como já afirmámos, esta sala nasceu talvez de um vazio entre duas edificações e não terá sido delineada a pensar na sua função actual. Porém, o oratório já aqui existia em 1864, como se viu. Ainda assim, é difícil datá-lo, porque é de um estilo bastante tosco, sobretudo em termos dos motivos pintados. Este oratório terá sido talvez modificado (repintado e levado as suas actuais portas) já no século XX. A pintura do remate – vaso com flor – é de tal forma *naif* que nos custa a crer ser anterior ao século XX. A estrutura do oratório propriamente dita é claramente neoclássica, podendo ser de inícios do século XIX. Das últimas imagens que faziam parte do oratório quando ele tinha uso, destaca-se somente o crucifixo, que poderá ser ainda o original. É um crucifixo neoclássico em madeira com folha de ouro, muito semelhante a inúmeros outros crucifixos de oratório da primeira metade do século XIX.

Uma das toalhas do oratório é de Santo António, por quem alguém da família do Dr. Manuel Joaquim Pereira do Santos devia ter grande devoção, a julgar pelo nicho a Santo António existente no exterior da casa, cuja imagem é do século XX. Aliás, o Dr. Manuel Joaquim Pereira dos Santos e sua mulher deveriam ser bastante religiosos, tendo em conta o espólio encontrado na casa, nomeadamente um quadro com prece ao Santo Padre (de 1950), existente na sala do oratório.

A sala do oratório era a parte menos privada da Casa de Tralhariz. Mesmo aquando da doação de metade das casas, em 1864, esta sala continuou a ser de serventia para quem ficou com a ala poente, sobretudo pela existência do oratório, mas também porque era a esta sala que ia dar a escadaria que vinha do recebimento da casa. A população de Tralhariz lembra-se de haver missa neste oratório, pelo que se supõe que algumas pessoas da aldeia pudessem assistir à mesma, na dita sala, facto que vem reforçar ainda mais a ideia de que o terreiro da casa era de carácter bem mais público do que actualmente.

A ala nascente

Esta ala inicia na sala do oratório, através do actual escritório, havendo um desnível entre as duas divisões, denotando maior antiguidade (menor pé-direito)

desta ala nascente relativamente à sala do oratório e, possivelmente, também relativamente à ala poente. O escritório possui mobiliário em bom estado e em imitação do estilo antigo, nomeadamente um contador à maneira barroca e uma secretária. Existe também uma curiosa mesinha de armar com parras, de influência orientalizante. Num dos cantos pode ver-se uma salamandra, da marca "*La salamandre*". Nas paredes, existem fotografias colorizadas do Dr. Manuel Joaquim Pereira do Santos e da sua mulher, bem como fotografias dos seus filhos, quando crianças, as quais aqui se reproduzem.

Os dois quartos que se seguem possuem mobiliário do século XX, nem todo de boa qualidade. Existe também um grande armário no acesso aos dois quartos, onde se guardam os aprestes do oratório.

Nas traseiras desta ala, num plano superior (devido ao relevo do local e ao facto de a casa estar sobre rocha), existem também mais quartos, cujo mobiliário é algo pobre e nem todo em bom estado. Na época do Dr. Manuel Joaquim Pereira dos Santos, parte desta ala foi transformada em biblioteca. Existe também um pátio, hoje envidraçado, que fazia ligação com a adega (figura 32) e também com a cozinha e forno.

O piso inferior da Casa de Tralhariz

Nos baixos da Casa de Tralhariz temos, de poente a nascente:

- Um compartimento com dois lagares de vinho do tipo vara e fuso, quase totalmente apetrechados (figura 33), ao qual se acede por dois degraus. Um dos lagares foi modificado recentemente para servir de sustentação ao pavi-

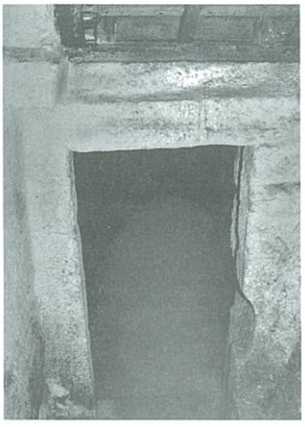


Fig. 32



Fig. 33

mento do piso superior, existindo ali arrumados dois antigos lavatórios de ferro com bacia. Neste compartimento dos lagares de vinho existe também uma prensa para bagaço (com os canais de corrimento do precioso néctar sulcados no granito). Pela sua disposição na casa e pela sua tipologia, trata-se de um habitual complexo duriense de lagares vinícolas.

- Um armazém de azeite, ainda com os recipientes de armazenamento e outros apetrechos, havendo também um armário marmoreado com instrumentos de medição da acidez (figura 34) e uma planta do lagar de azeite, bem como recibos. A porta deste armazém possui um martelo em forma de mão com esfera, em ferro fundido, típico de finais do século XIX.
- "Hall" de entrada da casa e escadaria nobre para o andar superior. Deste "hall" ou recebimento pode-se ter acesso ao armazém de azeite pelo interior. Neste recebimento existem dois vasos da importante Fábrica de Cerâmica das Devesas[215].
- Adega principal, dividida em duas partes inter-comunicantes, ambas com porta para o terreiro da casa. Podem ver-se várias pipas, uma delas com a marca "*215 - Andresen*" (podendo indicar que daqui saía vinho para a Casa Andresen) e outra com a marca "*MPS -598-L*" (Manuel Pereira dos Santos). Também existe um curioso armário-garrafeira, ainda provido de garrafas. Esta adega principal assenta sobre rocha, sendo a parte inferior das paredes interiores em rocha viva. A notar o típico orifício na soleira granítica, para permitir a saída de líquidos aquando das lavagens feitas na adega.

Num plano intermédio, temos mais dois compartimentos, independentes entre si, aos quais se acede por uma escada vinda da adega principal (através do seu compartimento do lado poente). Estes compartimentos são: uma despensa de arrumos (com garrafas e utensílios de vinificação, bem como uma pipa e um saco com uma colecção bastante apreciável de jornais regionais antigos) e uma adega-garrafeira (com pipas, quase todas marcadas e com vinho do tempo do Dr. Manuel Joaquim Pereira dos Santos, bem como várias garrafas de vinho, também produção



Fig. 34

[215] PORTELA, Ana Margarida / QUEIROZ, J. Francisco F. – *A Cerâmica das Devesas: um notável complexo fabril oitocentista. In* "Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia", 8º vol., n.º 52, Junho de 2001, p. 61-70.

local). Apesar de estarem também assentes sobre um piso tosco, estes compartimentos são independentes da adega principal, até porque a escada sobe a partir de um portal granítico que se nota ter sido inicialmente portal de exterior (figura 32).

O espólio existente na Casa de Tralhariz

O espólio existente na casa é relativamente rico, em termos de fotografias, de livros e de alguns documentos, mas também em termos de objectos, alguns dos quais são já respeitáveis velharias e antiguidades.

Em termos de louça de cozinha (terrinas, pratos, etc.), temos vários conjuntos, quase todos do início do século XX, a maioria com marca: *"Massarellos - EO"*; *"Massarellos, Porto - M"*, *"Massarellos - C&W - Porto"*; *"Empreza Electro-Ceramica - V. N. Gaia"*, *"Cavaco - Gaia - Portugal - PH"*; *"Fabrica C. Soares dos Reis - Gaia - made in Portugal, A. Moreira, n.º 86"*. Também existe louça da Fábrica do Carvalhinho (quando esta ainda se situava no Porto), nomeadamente o lavatório do início do corredor, bem como louça da marca *"Lusitânia - ELOL"*. Existem ainda duas saboneteiras com a marca *"Massarellos -Porto / Floral / CEP"*.

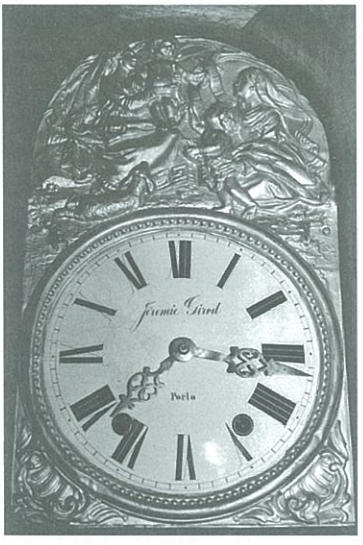


Fig. 35

Uma das peças mais curiosas encontra-se na sala. Trata-se de um relógio do célebre relojoeiro estabelecido no Porto, Jeremie Girod (figura 35). O relógio não tem a sua armação original, tendo sido adaptado a um móvel mais recente. Existe somente o mecanismo e o relevo decorativo oitocentista. Este relevo representa o menino Jesus com sua mãe e S. João Baptista, também com sua mãe. As duas crianças seguram ambas uma cruz com faixa onde se lê *"agnus dei"*: S. João Baptista foi quem anunciou Jesus Cristo como o cordeiro de Deus que viria tirar os pecados do mundo. Na representação surge também um cordeiro, símbolo do sacrifício de Jesus Cristo. Nota-se que a representação está envolvida por molduras neo-góticas.

Também na sala, existe uma garrafa com rótulo da Casa de Tralhariz, colheita de bagaceira velha – um testemunho dos tempos áureos da Casa de Tralhariz no século XX. Existe igualmente uma caixa de música com "chinoiserie" (talvez dos anos 50) e um barco típico em miniatura com a inscrição "Casa de Tralhariz".

Ainda na sala, encontra-se um pequeno quadro sobre chapa de metal, com aspecto antigo e provavelmente retirado de algum conjunto maior, mas já adulterado e repintado. No tardoz lê-se "*Dor. Juiz*", pessoa que não pudemos identificar. O quadro representa S. Jerónimo como anacoreta, orando frente a um crucifixo, com um crânio e com o leão que terá domesticado (seu atributo), bem como a pedra com que se auto-flagelava e o livro que escrevia. É uma obra com mais de dois séculos e meio, seguramente.

Num dos quartos existe um leque em tecido com a marca "Gaston B.", já deteriorado. Aliás, espelhados pelos quartos e por vários armários existem também outras peças curiosas, como: uma maleta de viagem; caixinhas de tabaco e de sortido do período colonial (anos 40 e 50 do século XX); uma escova e pá com "chinoiserie" (talvez das primeiras décadas do século XX); uma caixa de charutos vermelha, com pintura dourada ao estilo colonial; um estojo antigo de barbear e um outro estojo de viajem com objectos de higiene pessoal (anos 50?); uma miniatura do livro de curso de Maria do Céu Pimentel dos Santos e várias fotos antigas do Dr. Manuel Joaquim Pereira dos Santos, sua mulher, filhos e netos, sendo algumas bastante interessantes (em parte são aqui reproduzidas). Uma delas é a que mostra o Dr. Manuel Joaquim Pereira dos Santos na Efanor, como gerente, juntamente com os seus empregados (reveja-se a figura 14). Também existem várias fotos do seu filho, como Governador de Moçambique. Existem ainda na casa gravuras de costumes editadas pela Efanor, bem como uma vista da Régua (cópia de um original do século XIX).

Em termos de livros existentes na antiga biblioteca, destacamos o núcleo de periódicos dos anos 40 e 50 (como a revista "National Geographic" e uma publicação dos Amigos de Bragança), livros sobre a vinha, nomeadamente um da colecção "livraria do lavrador" (Porto, offícinas de "O Comércio do Porto", 1923) e outro sobre o Azeite, da mesma colecção, publicado em 1924. Existe também uma colecção muito grande de romances, embora com encadernações de má qualidade. A colecção de livros é heterogénea, mas notam-se grupos particulares de temas, relacionados com os interesses de quem habitava na casa. Alguns dos livros são já raros, como um livro com fotografias de uma célebre exposição colonial que houve no Palácio de Cristal do Porto.

Os anexos da Casa de Tralhariz

Não iremos dar muito realce aos anexos da Casa de Tralhariz, por não serem muito relevantes, exceptuando o complexo do lagar de azeite. A garagem, como

se afirmou, é obra concluída em 1943. Existem também cortes de gado, pombal e cavalariça, em redor da casa do caseiro.

Como se referiu ao abrir este trabalho, no início do século XVIII Tralhariz era *"terra quente e abundante de azeite"*. Só mais tarde o vinho passou a dominar a economia local, muito embora o azeite tivesse permanecido como grande cultura agrícola. Também a aguardente era por aqui cada vez mais fabricada: o Dr. Casimiro António Ribeiro da Silva (nascido em 1834), deputado e Governador Civil de Bragança, que morou no Castanheiro, obteve em 1866 licença para instalar uma máquina de destilação de aguardente[216]. A Casa de Tralhariz, como grande casa agrícola que foi - sobretudo a partir de cerca de 1870, quando os seus proprietários dela fizeram novamente casa de habitação regular e permanente, teria de ter também activos os seus lagares, de vinho (e aguardente) e de azeite.

O actual lagar de azeite da Casa de Tralhariz foi construído pelo Sr. Carvalho, do Castanheiro, bem como por António Carvalho e António Bernardino, que traziam a pedra da pedreira do monte, com um carro de bois[217], por volta do ano de 1953, como consta numa epígrafe sobre a porta do lagar que dá para a quinta. Os mesmos pedreiros refizeram também o muro da frente da Casa de Tralhariz.

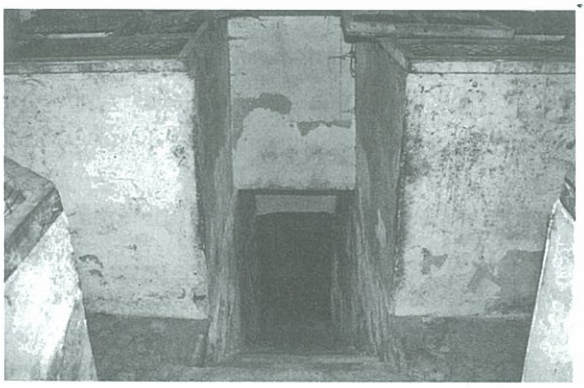


Fig. 36

O complexo do lagar de azeite começa nas tulhas para receber a azeitona (figura 36). Cada casa da aldeia tinha ali a sua tulha, sendo o seu topo vedado com rede e tudo fechado, para evitar "desvios" de azeitona de uma tulha para outra. Em suma, este lagar, mesmo sendo privado, tinha um claro carácter comunitário. A Casa de Tralhariz era, efectivamente, o motor da economia da aldeia e foi-o sobretudo durante os anos de 1950 e 1960. Note-se que o projecto para o lagar foi até sub-dimensionado, pois previa menos de metade do espaço actual para as tulhas. Parte das tulhas foi já construída em cimento, numa época em que o Dr. Manuel Joaquim Pereira dos Santos era idoso, subindo as tulhas mesmo para cima da garagem.

[216] TAVARES - *Conheça a nossa terra*, p. 29-33.

[217] Informação de Maria do Céu Magalhães e seu marido Luís Armando Martins.

De cada tulha, a azeitona descia e ia para a galga (moinho para moer a azeitona). Depois juntava-se a água a ferver, que vinha da estufa, e a massa de azeitona era moída na batedeira. Posteriormente, tirava-se tudo para o balsão e daí para a prancha de fuso, onde se metiam os *capachos* ou *ceiras* (ou ainda *troças*), alternadas com a massa da azeitona. Depois, ia tudo para uma prensa e o azeite saía para a tarifa.

Todos estes elementos encontram-se no lagar, podendo-se quase dizer que está pronto a funcionar novamente (figura 37). Existem no lagar vários outros utensílios, como a batedeira para limpar os capachos (que já é uma introdução mais recente pois, dantes, os capachos eram batidos à mão). Existe também a sala da máquina, com o motor, os eixos de transmissão e respectivos volantes, o sistema de carris, o armário de primeiros socorros, a escrivaninha, um lavatório e uma dependência anexa para arrecadação (figura 38).

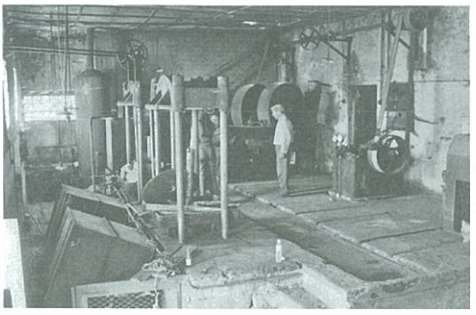


Fig. 37

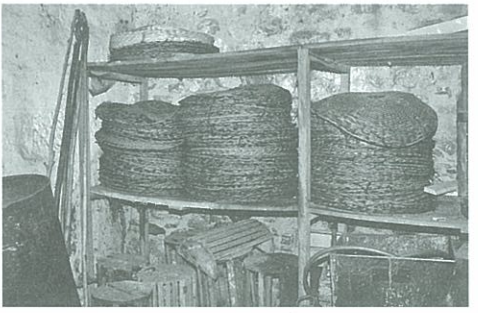


Fig. 38

O projecto para este lagar é de 1945, feito pela Metalúrgica Duarte Ferreira & Filhos, do Tramagal. Note-se que o projecto era para o Dr. Manuel Joaquim Pereira dos Santos, "*do Porto*". Era um projecto-tipo, que aqui foi simplesmente aplicado com ligeiras adaptações (figura 39).

Na planta do projecto podem ver-se os alinhamentos daquilo que seria o anterior lagar da Casa de Tralhariz. O projecto previa regularizar o alinhamento sobre a rua, algo que não foi feito, tendo-se aproveitado as fundações das paredes antigas. Aliás, na parte poente ainda existe um portal granítico que seria uma antiga entrada para o lagar primitivo, depois transformado em fresta (reveja-se a figura 10). Este portal antigo abre-se para um recuo do caminho público, indiciando uma entrada com alguma importância desde há muito tempo.

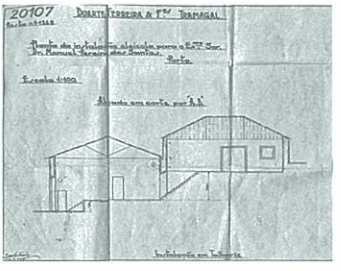


Fig. 39

Em 1962, foram comprados vários apetrechos (aparentemente de substituição) para o lagar de azeite, também à Metalúrgica Duarte Ferreira – Tramagal[218]. Vários maquinismos do lagar ostentam a marca da fábrica.

O azeite produzido neste lagar era transportado para o Porto através do caminho de ferro, entrando no Tua, como ainda se pode ler numa das caixas. Na Casa de Tralhariz existem ainda várias caixas de metal com torneiras, uma delas indicando-nos "*Natália*" e outra, "*Patrão*".

Anexo ao lagar de azeite, existem os meios para produção de aguardente, os quais estão completos, desde o alambique (com marca "Barros & Filho, Amarante"), ao pote de alambique e fornalha, ao crivo, etc.

Conclusão

A Casa de Tralhariz é uma casa ligada às mais importantes famílias da região, com um história que remonta ao século XVIII. Foi formada por casas anteriores, unidas num só edifício. Em poucas décadas, passou a ser a mais importante casa agrícola de Tralhariz (ultrapassando a Casa do Pátio, mais antiga) e, já no século XX, foi mesmo das maiores casas agrícolas da região poente do concelho de Carrazeda. A Casa de Tralhariz esteve também associada a uma das maiores fortunas do concelho, sendo inserível num conjunto de casas nobres desta região que, em comum, tinham como tronco familiar os Sampaio e os Morais. A Casa de Tralhariz possui igualmente a curiosidade (talvez única) de ter servido de residência ocasional a dois homens que viriam a ser governadores de Moçambique, de famílias distintas e em diferentes épocas.

Claramente duriense, a Casa de Tralhariz representa de forma evidente o salto económico que a região de Ansiães em particular deu devido ao fenómeno do Vinho do Porto. Julgamos que o estudo de casas como esta, sendo feito por profissionais da história da arte, é muito útil para a sua eventual valorização turística e mesmo para a fundamentação de qualquer projecto de recuperação arquitectónica ainda que sem objectivos turísticos. Gostaríamos que o mesmo servisse como exemplo metodológico para outros futuros estudos sobre as inúmeras casas durienses que aguardam um restauro e uma readaptação, de modo a que toda a intervenção se faça valorizando o que cada casa tem de mais singular e mais autêntico. Com este trabalho, esperamos ter também contribuído para solidificar a investigação que pode e deve ser feita sobre as grandes casas do Alto Douro.

[218] Documentação existente no espólio da casa.



Fontes e bibliografia

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE CARRAZEDA DE ANSIÃES

Património Histórico (fichas)

ARQUIVO MUNICIPAL DE CARRAZEDA DE ANSIÃES (A.M.C.A.)

Actas, 1807-1815; Actas, 1836-1842; Actas, 1842-1854; Actas, 1861-1867; Actas, 1876-1880; Recenseamento militar, 1901; Recenseamento militar, 1931; Registo de ordens de pagamento, 1882-1883; Recenseamento dos jurados, 1890-1911; Actas da Comissão Recenseadora, 1894; Documentos da Comissão de Recenseamento Eleitoral - freguesia do Castanheiro, 1895; Recenseamento eleitoral, 1900; Recenseamento eleitoral, 1906; Recenseamento eleitoral, 1907; Recenseamento eleitoral, 1908; Recenseamento eleitoral, 1910; Recenseamento eleitoral, 1911; Recenseamento eleitoral, 1913; Recenseamento eleitoral, 1914; Recenseamento eleitoral, 1918; Recenseamento eleitoral, 1925; Recenseamento eleitoral, 1929; Recenseamento eleitoral, 1930; Recenseamento eleitoral, 1931; Recenseamento eleitoral, 1932; Recenseamento eleitoral, 1934; Recenseamento eleitoral, 1935; Recenseamento eleitoral, 1936; Recenseamento eleitoral, 1938; Recenseamento eleitoral, 1940; Recenseamento eleitoral, 1941; Recenseamento eleitoral, 1949; Actas da Comissão Recenseadora, 1894; Contribuição municipal, 1855-56; Contribuição municipal, 1856-57; Contribuição municipal, 1857-58; Contribuição municipal, 1862-63; Contribuição municipal, 1866; Contribuição municipal, 1873-74; Contribuição municipal, 1869-70; Contribuição municipal, 1879; Contribuição municipal, 1881; Contribuição municipal, 1884; Requerimentos avulsos.

ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA (A.D.BRA.)

Registo geral: Ermida do Bom Jesus de Tralhariz, 1757 (doação e obrigação à fábrica da ermida); Ermida de S. Tomé do Castanheiro, 1563 (obrigação à fábrica da ermida).

ARQUIVO DIOCESANO DE BRAGANÇA (A.DI.B.)

Paroquiais: Castanheiro, Baptismos, 1753-1794; Fontelonga, Baptismos, 1734-1775; Fontelonga, Casamentos, 1722-1772.

ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGANÇA (A.D.B.)

Paroquiais: Bragança (Sé), Baptismos, 1884-1890; Bragança (Sé), Baptismos, 1890-1892; Bragança (Santa Maria), Baptismos, 1887-1892; Carrazeda de Ansiães, Baptismos, 1814-1860; Castanheiro, Baptismos, 1825-1852; Castanheiro, Baptismos, 1860-1887; Castanheiro, Baptismos, 1888-1892; Castanheiro, Casamentos, 1746-1757; Castanheiro, Casamentos, 1759-1846; Castanheiro, Óbitos, 1753-1867; Castanheiro, Óbitos, 1868-1892; Castanheiro, Mistos, 1893-1894; Castanheiro, Mistos, 1896-1898; Fontelonga, Óbitos, 1780-1890; Fontelonga, Óbitos, 1890; Fontelonga, Baptismos, 1734-1775; Fontelonga, Baptismos, 1831-1858; Fontelonga, Baptismos, 1858-1864; Fontelonga, Casamentos, 1722-1772; Fontelonga, Casamentos, 1803-1852; Fontelonga, Casamentos, 1854-1887; Linhares, Baptismos, 1885; Linhares, Óbitos, 1871-1891; Parambos, Baptismos, 1882; Parambos, Baptismos, 1883; Parambos, Baptismos, 1884; Parambos, Baptismos, 1885; Parambos, Baptismos, 1886; Parambos, Baptismos, 1887; Parambos, Baptismos, 1888; Parambos, Baptismos, 1860-1891.

Notariais: Cartório Notarial de Carrazeda de Ansiães - cx. 3, lv. 16; cx. 4, lv. 18; cx. 4, lv. 19; cx. 4, lv. 20; cx. 6, lv. 30; cx. 6, lv. 31; cx. 6, lv 32; cx. 6, lv. 33; cx. 7, lv. 34; cx. 7, lv. 35; cx. 13, lv. 85 (1811-1813); cx. 14, lv. 89 (1814-1815); cx. 14, lv. 91 (1815-1816); cx. 14, lv. 92 (1816-1818); cx. 15, lv. 96 (1816-1817); cx. 15, lv. 97 (1817-1818); cx. 15, lv. 99 (1819-1823); cx. 16, lv. 105 (1823-1826); cx. 16, lv. 110 (1826-1831); cx. 28, lv. 196.

Judiciais: Tribunal da Comarca de Moncorvo - mç. 786, n.º 6118, 1875 (inventário de menores) e 1880 (inventário orfanológico).

ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (A.U.C.)

Livro de matrículas, 1732-1733; Livro de certidões de idade, 1ª série, 1772-1833; Livro de matrículas, 1745-1746; Livro de certidões de idade, 2ª série, 1834-1900; Fichas de pesquisa de matrículas e de exames; Fichas de pesquisa de matrículas.

CONSERVATÓRIA DO REGISTO CIVIL DE CARRAZEDA DE ANSIÃES

Óbitos (década de 1930).

CONSERVATÓRIA DO REGISTO CIVIL DE BRAGANÇA

Casamentos (1919).

Fontes impressas

Memórias Paroquiais, 1758 (dactilografadas, existentes na Biblioteca Municipal de Carrazeda de Ansiães).

"O Commercio do Porto", 28 de Fevereiro de 1872.

COSTA, António Carvalho da - *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal*. Tomo 1, offerecido a elrey D. Pedro II nosso senhor. Lisboa, na officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706.

Memorias etymologicas e historicas do concelho de Anciães (c. 1749), *offerecidas a Sua Majestade o Senhor D. Pedro Quinto por José Maria de Morais da Mesquita, Presidente da Câmara Municipal do mesmo concelho e mais vereadores, António de Frias Sarmento, Alexandre Alves Pinto, Manuel Moutinho de Sousa e Castro e Francisco de Assis Alves do Amaral*. Porto, Typ. Commercial Portuense, 1857.

MORAIS, João Pinto de / MAGALHÃES, António de Sousa Pinto de – *Memórias de Ansiães* (manuscrito enviado em 1721 à Academia das Ciências, original manuscrito na BN). Com notas de Manuel Paninho Pereira, 1985.

Bibliografia

ALVES, Francisco Manuel (Abade de Baçal) - *Memórias arqueologico-históricas do Distrito de Bragança*. Bragança, Tipografia Académica, 1981 (nova edição, tomos V, VI, VII, VIII, IX, X, XII).

AZEVEDO, José Correia de - *Inventário artístico de Portugal*. Ed. Nova Gesta, vol. Trás-os-Montes e Alto Douro, p. 75.

FERREIRA, Cândida Florinda – *Ansiães, notas monográficas*. Lisboa, Tipografia Silvas, s.d.

FERNANDES, Hirondino da Paixão – *Bachareis do Distrito de Bragança que leram no Desembargo do Paço. In* "Brigantia", n.º 1-2, vol. 7, Janeiro-Junho de 1987, p. 27-70 e n.º 3-4, vol. 7, Julho-Dezembro de 1987, p. 249 a 293.

FONTE, Barroso da - *Dicionário dos mais ilustres transmontanos e alto-durienses*. Guimarães, 1998, vol. 1.

LOPES, Roger Teixeira - *Carrazeda de Ansiães. Património artístico*. Mirandela, José Azevedo, editor, terra transmontana, 1996.

Portugal económico, monumental e artístico. Vol. 2 - Distritos de Vila Real e Bragança.

QUEIROZ, Francisco (coordenação de) – *Santa Maria Madalena de Fermucia (Madalena – Vila Nova de Gaia). Subsídios para uma Monografia*. Vol. 1, Junta de Freguesia da Madalena, 1997.

TAVARES, Virgílio - *Conheça a nossa terra. Carrazeda de Ansiães*. Edição do autor, 1999.

ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins *et al.* - *Nobreza de Portugal: Biografia, cronologia*. Lisboa, Editora Enciclopédia, 1960, vol. III.